



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

# FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Weber Soares

EDITORAufmg

# FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

Reitor: Clélio Campolina Diniz

Vice-Reitora: Rocksane de Carvalho Norton

### **EDITORA UFMG**

Diretor: Wander Melo Miranda

Vice-Diretora: Roberto Said

### **CONSELHO EDITORIAL**

Wander Melo Miranda (presidente)

Flávio de Lemos Carsalade

Heloisa Maria Murgel Starling

Márcio Gomes Soares

Maria das Graças Santa Bárbara

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

Paulo Sérgio Lacerda Beirão

Roberto Said

WEBER SOARES

# FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Belo Horizonte  
Editora UFMG  
2010

© 2010, Weber Soares

© 2010, Editora UFMG

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

---

S676f Soares, Weber  
Formação territorial do Brasil / Weber Soares. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

141 p. : il. (Educação a Distância)

Inclui referências.

ISBN: 978-85-7041-817-3

1. Geografia – Brasil. 2. Geografia – História.  
I. Título. II. Série.

CDD: 911.81

CDU: 911:94(81)

---

Elaborada pela DITI – Setor de Tratamento da Informação  
Biblioteca Universitária da UFMG

Este livro recebeu apoio financeiro da Secretaria de Educação a Distância do MEC.

ASSISTÊNCIA EDITORIAL: Eliane Sousa e Euclídia Macedo

EDITORAÇÃO DE TEXTOS: Maria do Carmo Leite Ribeiro

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO: Danívia Wolff

REVISÃO DE PROVAS: Cláudia Campos e Patrícia Falcão

PRODUÇÃO GRÁFICA: Warren Marilac

PROJETO GRÁFICO: Eduardo Ferreira

FORMATAÇÃO E CAPA: Robson Miranda

#### EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Ala direita da Biblioteca Central - Térreo

Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG

Tel.: +55 (31) 3409-4650 - Fax: +55 (31) 3409-4768

[www.editora.ufmg.br](http://www.editora.ufmg.br) - [editora@ufmg.br](mailto:editora@ufmg.br)

#### PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Reitoria - 6º andar

Campus Pampulha - 31270-901 - Belo Horizonte - MG

Tel.: +55 (31) 3409-4054 - Fax: +55 (31) 3409-4060

[www.ufmg.br](http://www.ufmg.br) - [info@prograd.ufmg.br](mailto:info@prograd.ufmg.br) - [educacaoadistancia@ufmg.br](mailto:educacaoadistancia@ufmg.br)

Os Cursos de Graduação da UFMG, modalidade a distância, foram concebidos tendo em vista dois princípios fundamentais. O primeiro deles se refere à democratização do acesso à educação superior; o segundo consiste na formação de profissionais de alto nível, comprometidos com o desenvolvimento do país.

A coletânea da qual este volume faz parte visa dar suporte aos estudantes desses cursos. Cada volume está relacionado com um tema, eleito como estruturante na matriz curricular. Ele apresenta os conhecimentos mínimos que são considerados essenciais no estudo do tema. Isso não significa que o estudante deva se limitar somente ao estudo do volume. Ao contrário, ele é o ponto de partida na busca de um conhecimento mais amplo e aprofundado sobre o assunto. Nessa direção, cada volume apresenta uma bibliografia, com indicação de obras impressas e virtuais que deverão ser consultadas na medida em que se fizer necessário.

Cada volume da coletânea está dividido em aulas, que consistem em unidades de estudo do tema tratado. Os objetivos, apresentados em cada início de aula, indicam as competências e habilidades que o estudante deve adquirir ao término de seu estudo. As aulas podem se constituir em apresentação, reflexões e indagações teóricas, em experimentos ou em orientações para atividades a serem realizadas pelos estudantes.

Para cada aula ou conjunto de aulas, foi elaborada uma autoavaliação com o objetivo de levar o estudante a avaliar o seu progresso e a desenvolver estratégias de metacognição ao se conscientizar dos diversos aspectos envolvidos em seus processos cognitivos. A autoavaliação auxiliará o estudante a tornar-se mais autônomo, responsável, crítico, capaz de desenvolver sua independência intelectual. Caso ela mostre que as competências e habilidades indicadas nos objetivos não foram alcançadas, ele deverá estudar com mais afinco e atenção o tema proposto, reorientar seus estudos ou buscar ajuda dos tutores, professores especialistas e colegas.

Agradecemos a todas as instituições que colaboraram na produção desta coletânea. Em particular, agradecemos às pessoas (autores, coordenador da produção gráfica, coordenadores de redação, desenhistas, diagramadores, revisores) que dedicaram seu tempo e esforço na preparação desta obra que, temos certeza, em muito contribuirá para a educação brasileira.

*Maria do Carmo Vila*  
*Coordenadora do Centro de Apoio à Educação a Distância*  
*UFMG*

Somente a consciência individual do agente dá testemunho dos atos sem testemunha,  
e não há ato mais desprovido de testemunha externa do que o ato de conhecer.

*Olavo de Carvalho*

|  |     |
|--|-----|
| Apresentação . . . . .   | 9   |
| Aula 1 Espaço, território, territorialidade<br>e a formação territorial do Brasil . . . . .  | 11  |
| Aula 2 A expansão marítima portuguesa. . . . .   | 25  |
| Aula 3 A apropriação do território no Brasil . . . . .   | 37  |
| Aula 4 Os mitos fundadores e o território brasileiro . . . . .   | 51  |
| Aula 5 A consolidação da soberania portuguesa no Brasil . . . . .  | 61  |
| Aula 6 O Tratado de Madri e Alexandre Gusmão . . . . .   | 71  |
| Aula 7 O Barão da Ponte Ribeiro e as fronteiras do império . . . . .   | 79  |
| Aula 8 Adscrições territoriais: o problema da mão de obra no Brasil . . . . .  | 87  |
| Aula 9 A unidade territorial brasileira . . . . .  | 101 |
| Aula 10 O legado do Barão do Rio Branco: as fronteiras do Brasil . . . . .   | 117 |
| Aula 11 A constituição da rede de cidades no Brasil . . . . .  | 125 |
| Aula 12 Os marcos temporais de maior relevância na formação<br>do território brasileiro e os atributos territoriais que a<br>eles conferem especificidade. . . . . | 137 |
| Sobre o autor . . . . .  | 141 |



# Apresentação

Ancoradas no princípio epistemológico de que a “complexa geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua história”,<sup>1</sup> os conteúdos temáticos que constituem suporte da disciplina “Formação Territorial do Brasil” servem à intenção de enxertar uma “sensibilidade geográfica”<sup>2</sup> no estudo dos fenômenos econômicos, sociais, políticos, demográficos etc. do passado brasileiro; fenômenos esses que “são a própria substância da história”.<sup>3</sup> Assim, admitir que um punhado de fatores geográficos – as características econômicas e políticas de determinada região, a coordenação de pessoas em diferentes lugares e o movimento de pessoas e de informações pelo espaço – são fundamentais à criação de pedaços de história significa enaltecer a sensibilidade geográfica em face de um ‘historicismo’ arraigado, “de uma tendência que os estudiosos de quase todos os credos têm de interpretar o mundo social à luz de relações temporais, isto é, de cadeias de causas e efeitos que se perseguem ‘através dos anos’”.<sup>4</sup>

A pesquisa temática e bibliográfica serviu tanto à seleção, no âmbito da História, da Economia, da Ciência Política e da Geografia, de material disperso sobre territorialidades pretéritas do Brasil, quanto para firmar o entendimento de que a discussão a respeito da relação entre Geografia e História é, no mínimo, supérflua, pois aquela ciência deve ser entendida como conhecimento histórico, isto é, ela também se sujeita à estrutura do devir. Além disso, seu objeto não deveria ser visto como uma coisa ou fato. A Geografia estuda processos; sua ótica é sempre a da formação do fenômeno ou evento. Não cabe, portanto, definir seu objeto como a paisagem ou o lugar, e sim como a formação dessas realidades.<sup>5</sup>

Vários são os processos que admitem manifestação objetiva, que apresentam territorialidade direta (a não manifestação da territorialidade de determinado processo não implica a inexistência de territorialidade processual, mas, muitas vezes, uma territorialidade em potência). Logo, se o objeto da Geografia são os processos que possuem relativa autonomia de manifestação na própria realidade, se eles possuem territorialidade direta, se a configuração assumida por uma territorialidade muito revela da inércia, das rugosidades que o espaço abriga, a adjetivação de certa territorialidade é a expressão qualificada da manifestação objetiva (concreta) desse mesmo processo.

Assim, a necessidade de trabalhar as formas concretas que qualificam a relação sociedade/espço, cuja historicidade a define como

<sup>1</sup> PHILO, 1996, 270.

<sup>2</sup> PHILO, 1996.

<sup>3</sup> PHILO, 1996.

<sup>4</sup> PHILO, 1996, 271.

<sup>5</sup> MORAES, 1987.

processo permanente de humanização e socialização do espaço terrestre<sup>6</sup> conduziu o esforço seletivo dos conteúdos temáticos de maior relevância na formação do território brasileiro informados pela Geo-História. Esses conteúdos temáticos, que se definem consoante as distintas formas pelas quais o território ganha manifestação objetiva ou simbólica, que guardam referência com os atributos territoriais que singularizam os processos históricos submetidos à análise, admitem os nomes e a ordem que se segue:

- espaço, território, territorialidade e a formação territorial do Brasil;
- expansão marítima portuguesa;
- apropriação do território no Brasil;
- mitos fundadores e território brasileiro;
- consolidação da soberania portuguesa no Brasil;
- Tratado de Madri e Alexandre Gusmão;
- Barão da Ponte Ribeiro e fronteiras do império;
- adscrições territoriais: o problema da mão de obra no Brasil;
- unidade territorial brasileira;
- legado do Barão do Rio Branco – as fronteiras do Brasil;
- constituição da rede de cidades no Brasil;
- marcos temporais de maior relevância na formação do território brasileiro e os atributos territoriais que a eles conferem especificidade.

<sup>6</sup> MORAES, 1987.

## Espaço, território, territorialidade e a formação territorial do Brasil

### Objetivo

- Traçar as bases teóricas e conceituais do que vem a ser a formação territorial do Brasil.

### INTRODUÇÃO

Que vem a ser formação territorial do Brasil? Quando se tem em conta a expressão “formação territorial ou do território”, verifica-se que o substantivo feminino formação (modo pelo qual algo se forma) recebe qualificação do adjetivo territorial, daí o que se tem é a inferência de um tipo específico de formação: o modo pelo qual se formou ou vem se formando o território brasileiro. Se assim é, o território desponta como elemento chave no deslindar da questão formulada acima.

O primeiro passo para se saber em que consiste a formação territorial do Brasil contempla, portanto, a necessidade epistemológica de lançar luz sobre o conceito de território. Se comparado a outros dois conceitos que constituem a espinha dorsal da ciência geográfica, espaço e territorialidade, a concepção de território adquire maior precisão. Apresentar a etimologia desses termos e analisar a incorporação deles pela Geografia, assim como seus principais usos e interpretações de acordo com as correntes de pensamento geográfico, é a tarefa que se impõe na sequência.

## ESPAÇO, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

### Espaço

A etimologia latina de espaço – *spatium* – inclui a ideia de “passo”, o que é possível de ser mensurado com os passos; aproxima-se também do significado do termo grego *core*, que indica uma ideia de vida, de lugar, no sentido de existir o lugar como uma página em branco onde se desdobra a ação humana.<sup>1</sup>

De acordo com Corrêa (2001), a noção de espaço apresenta-se, muitas vezes, de forma vaga: “(...) ora vem associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o homem aí imprimiu suas marcas, seja com referência à simples localização. Adicionalmente a palavra espaço tem seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior”.<sup>2</sup>

E na perspectiva geográfica, como o conceito de espaço vem sendo trabalhado? O espaço, na Geografia Tradicional (1870-1950),<sup>3</sup> não é um conceito-chave, todavia encontra-se presente na obra de Ratzel (1844-1904) e, de modo implícito, no pensamento de Hartshorne. Para Ratzel, o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade e a perda desse território seria a maior prova de decadência dessa mesma sociedade. Um contexto de progresso implica a necessidade de aumentar o território, logo de conquistar novas áreas.<sup>4</sup> Daí surge o conceito de espaço vital: base indispensável para a vida do homem; expressa as necessidades territoriais de uma sociedade em razão de seu desenvolvimento tecnológico, do total de população e dos recursos naturais.

A Geografia de Hartshorne (1899-1992) fundamenta-se no neokantismo de Rickert e Windelband<sup>5</sup> e destaca os fenômenos organizados espacialmente como objeto essencial no estudo geográfico. Nessa formulação teórica, o espaço é o espaço absoluto, independente, que existe por si mesmo, separadamente da matéria, das coisas. O espaço aparece como receptáculo que contém as coisas.<sup>6</sup>

Em reação à ótica essencialmente retrospectiva, fechada no passado, ao conhecimento ancorado em situações já superadas da Geografia Tradicional, surge a Geografia Teorético-quantitativa (1950), que propõe uma ótica prospectiva, um conhecimento voltado para o futuro, uma renovação metodológica, baseada em novas técnicas, em novas linguagens, para dar conta das novas tarefas postas pelo planejamento.<sup>7</sup>

Nessa corrente de pensamento geográfico, que tem em Johann Heinrich von Thünen (1780-1850), Walter Christaller (1893-1969) e Alfred Weber (1868-1958) seus expoentes, está presente a noção

<sup>1</sup> MACHADO, 1990, p. 19.

<sup>2</sup> MORAES, 2000, p. 10.

<sup>3</sup> Adota-se aqui a classificação das correntes de pensamento geográfico proposta por CORRÊA, 2001.

<sup>4</sup> MORAES, 2005.

<sup>5</sup> MORAES, 2005.

<sup>6</sup> CORRÊA, 2001.

<sup>7</sup> MORAES, 2005.

de espaço relativo. O espaço relativo é o espaço que depende diretamente da matéria, dos objetos. É o espaço entendido com base nas relações entre os objetos, relações que implicam custos – dinheiro, tempo, energia – para vencer a fricção imposta pela distância. A distância ocupa aqui lugar privilegiado, é vista como variável independente. As contradições, os agentes sociais, o tempo e as transformações são inexistentes ou relegadas a segundo plano.<sup>8</sup>

A renovação do pensamento geográfico, denominada Geografia Crítica (1970), abriga um conjunto de propostas que se funda no materialismo histórico e na dialética para romper com a noção de espaço da Geografia Tradicional e da Geografia Teorético-quantitativa. Os representantes dessa vertente crítica, tais como Harvey (1935), Soja (1941) e Santos (1926-2001), posicionam-se por uma transformação da realidade social, pensam seu saber como arma desse processo. São eles os que assumem o conteúdo político do conhecimento científico ao propor uma Geografia militante.<sup>9</sup>

Segundo essa perspectiva crítica, o espaço deve ser entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social. Não é ele o espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções, nem campo de reunião dos objetos produzidos socialmente. O espaço não é receptáculo nem reflexo da sociedade; o espaço é com a sociedade. As formas espaciais são produzidas pela ação humana, isto é, o espaço é histórico, é obra do trabalho e morada do homem; é, por consequência, uma realidade e uma categoria de compreensão da realidade.<sup>10</sup> Além de fato social, o espaço é também um fator, “(...) pois é uma acumulação de trabalho, uma incorporação de capital na superfície terrestre, que cria formas duráveis, as quais Milton Santos chama de rugosidades. Essas rugosidades criam imposições sobre a ação presente da sociedade; são uma inércia dinâmica – tempo incorporado na paisagem – e duram mais do que o processo que as criou.”<sup>11</sup>

Assim, o espaço apresenta natureza social e contribui para certos resultados; condiciona a sociedade e compartilha do complexo processo de reprodução social.

As reflexões epistemológicas<sup>12</sup> de Coraggio<sup>13</sup> afastam-se do que a Geografia Crítica entende como espaço. Para ele, o espaço não é uma categoria de ordem social, pois é possível falar da sociedade sem referência ao espaço.<sup>14</sup> O termo *categoria* deve ser reservado às determinações da existência, constitutivas de um campo de fenômenos delimitado científica e não empiricamente: certas determinações da existência constitutiva da realidade são efetivamente uma categoria quando a ausência de seu conceito no discurso teórico impede que se chegue ao conhecimento eficaz da realidade, transformando-a, eventualmente, como é o caso das relações sociais de produção, ignoradas pela teoria neoclássica que, no entanto, pretende dar conta da dinâmica social.<sup>15</sup>

<sup>8</sup> CORRÊA, 2001.

<sup>9</sup> MORAES, 2005.

<sup>10</sup> MORAES, 2005.

<sup>11</sup> MORAES, 2005, p. 128.

<sup>12</sup> Epistemologia é a parte da filosofia que se ocupa da análise da validade do conhecimento produzido pela ciência. Em geral, um estudo epistemológico corresponde à análise da veracidade e da eficiência dos principais conceitos, das bases e dos resultados de uma pesquisa. A epistemologia implica, portanto, o refletir, fundamentalmente, sobre o método e a metodologia, assim como sobre a evolução e o aprofundamento dos conceitos científicos.

<sup>13</sup> Economista argentino, ex-reitor da Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS), fundada em 1994 na cidade de Buenos Aires. Atualmente é professor pesquisador sênior de sistemas econômicos urbanos nessa mesma universidade.

<sup>14</sup> CORAGGIO, 1987, p. 18.

<sup>15</sup> CORAGGIO, 1987, p. 19.

Em relação aos processos naturais, o espaço deve ser considerado categoria, portanto, determinação constitutiva, dos objetos físicos – o termo *objeto* não se limita a designar as coisas, mas também as relações, os processos físicos. Daí não se poder elaborar sistemas teóricos que deem conta dos processos físicos sem uma conceitualização acerca da espacialidade desses fenômenos. O espaço não é algo que esteja ao lado de outros objetos físicos, é a condição de existência desses objetos. Não existe por si mesmo; é inseparável dos processos físicos; logo, não dá para falar de espaço sem se considerar a espacialidade dos objetos físicos.<sup>16</sup>

Enquanto o espaço não é uma propriedade dos corpos, a espacialidade física é. A espacialidade é o “momento categorial fundamental de todo corpóreo real”; é o que abarca todos os momentos da extensão, forma, posição, distância e diversidade de direção; por isso, abarca também o movimento e as conexões espaciais.<sup>17</sup>

A espacialidade varia de acordo com a natureza do fenômeno. Há a espacialidade de ordem natural, física e orgânica, e a de ordem social. Essa variação da espacialidade entre fenômenos de ordem diversa deve ser analisada para se chegar à diferença específica da espacialidade dos processos sociais. A pergunta pela espacialidade de formações reais concretas, tais como um sistema planetário, um sistema orgânico (como o homem) ou um sistema de produção social de valores de uso, é a pergunta pelas configurações espaciais que adotam os diversos elementos físicos desses sistemas, pelas posições relativas de uns em comparação a outros, pelos seus movimentos etc.<sup>18</sup>

A concepção e a identificação de um sistema planetário só são possíveis quando se têm em conta as relações de movimento relativo para um conjunto submetido a interações recíprocas resultantes de leis da gravitação universal – a ninguém ocorreria pensar que esse sistema é regulado por leis mais gerais de ordem social; a lógica interna da configuração espacial dinâmica desse sistema é uma lógica física (gravitação universal surge como categoria nesse caso). A espacialidade orgânica, isto é, a configuração espacial de um organismo e de seus diversos elementos, a extensão, a forma e a posição relativa de suas partes, o deslocamento dos fluidos entre as diversas ordens, suas possibilidades de movimento etc. não estão determinados por leis físicas, nem suas condições de existência reduzem-se às categorias do campo físico. A espacialidade orgânica só pode decifrar-se com base nas leis biológicas que operam sobre um substrato físico, pois a vida não existe sem condições físicas (evolução, autorregulação, função, reprodução, homeostase<sup>19</sup> são categorias desse campo de fenômenos).<sup>20</sup>

As categorias físicas e biológicas não esgotam as condições de existência dos fenômenos de natureza social (por exemplo, o que faz qualquer mercadoria vencer a lei da gravidade e elevar-se até o alto

<sup>16</sup> CORAGGIO, 1987, p. 22

<sup>17</sup> CORAGGIO, 1987, p. 22.

<sup>18</sup> CORAGGIO, 1987, p. 23.

<sup>19</sup> Tendência à estabilidade do meio interno do organismo.

<sup>20</sup> CORAGGIO, 1987.

de um morro são condicionantes de ordem social). Vale lembrar que o espaço não é uma categoria de ordem social; o espaço não é constitutivo da ordem social. No entanto, as relações e processos sociais só se realizam por meio dos entes que apresentam substrato físico e biológico – a espacialidade social é indireta.<sup>21</sup>

### Território

A palavra território deriva do termo latino *territorium*, que se constrói pela adição do sufixo *torium* ao termo *terra*. *Torium* designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir; território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado. O sufixo enfatiza o sentido de localização do termo original (*terra*); território corresponde, então, à localização de determinada porção do espaço, envolve superfície, formas e limites.<sup>22</sup>

Conforme Machado (1997), a noção de território vem das ciências naturais, da Etologia (estudo dos hábitos dos animais e da sua acomodação às condições do ambiente), e foi introduzida na Geografia por intermédio de Ratzel, em 1882. Ratzel desenvolve uma leitura jurídica do conceito de território e, nela, procura transferir a noção de domínio natural para as ciências sociais através da ideia de propriedade. Assim, território passa a representar uma parcela do espaço terrestre identificada pela posse, uma área de domínio de uma comunidade ou Estado.<sup>23</sup>

O conceito de território que emerge na obra de Ratzel provém de sua grande preocupação com a construção e a sedimentação do Estado alemão; daí repousar na escala do Estado-nação a ordem de preocupações que circunda o elaborar do conceito de território em Geografia. A associação desse conceito apenas à escala nacional prevaleceu até a década de 1960: admitia-se que o território era inteiriço, limitado apenas pelas fronteiras com outros países; uma única instância territorial de poder era reconhecida e, portanto, uma única categoria de análise geográfica – o poder e a atuação do Estado nacional definiam a territorialidade a ser investigada.<sup>24</sup>

Em virtude das grandes transformações históricas por que passa o mundo ao longo dos anos 1970, da internacionalização da economia e dos mercados, do que se convencionou chamar de globalização, cuja manifestação mais notável é a possibilidade de tudo conhecer e utilizar em escala planetária, é que ocorre a evolução da antiga noção de Estado-territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. As mudanças postas por esse processo criam, ainda, simultaneamente, vários territórios descontínuos e fragmentados e novas formas de sociabilidade, que promovem intensa reestruturação do espaço mundial em diferentes escalas geográficas, na qual certos territórios se fundem enquanto outros se desintegram. Cabe considerar não apenas as grandes transformações mundiais dadas pelo desenvolvimento das redes técnicas,

<sup>21</sup> CORAGGIO, 1987.

<sup>22</sup> MACHADO, 1997, p. 20.

<sup>23</sup> MACHADO, 1997, p. 20.

<sup>24</sup> MACHADO, 1997, p. 21.

mas também o novo funcionamento do território que ocorre em níveis locais. Assim, os fenômenos da organização socioespacial da política tornam-se muito mais ricos que a mera associação ao território nacional.<sup>25</sup>

A importância que o território assume para a Geografia nesse contexto repousa, portanto, em seu significado concreto, o que envolve não apenas o aspecto físico ou material, mas também tudo o que uma sociedade pode comportar como ideal, como representações, sentimentos de vinculação, de comportamentos individuais ou de instituições que participam de uma organização espacial. Analisar concretamente o território significa entendê-lo como produto da história da sociedade, como algo que está em constante modificação. Resultado do processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, o território comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente; e apresenta-se como recorte espacial que pode ser utilizado, sem problemas, em todas as escalas de análise.<sup>26</sup>

É das reivindicações por uma análise mais efetiva da realidade, por uma análise que não negligenciasse seu principal ator, a sociedade, que ressurge na Geografia toda uma preocupação com o termo território. No discurso de Souza (2001) o território é visto como espaço definido e delimitado por e com base em relações de poder. O poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação, abarca outras escalas além do Estado-nação: o território pode corresponder tanto a um quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens quanto por um bloco constituído pelos próprios membros da Otan.<sup>27</sup>

Para Sack,<sup>28</sup> o conceito de território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas que, por meio desse domínio, podem controlar, dominar e influenciar o comportamento de outros. À luz dessa concepção de Sack, novo modo de usar o conceito de território é sugerido por Souza (2001): o território seria um campo de forças, uma tela ou uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade) e os outros (os de fora, os estranhos).<sup>29</sup>

A convicção de que o processo universal de apropriação do espaço natural e de construção do espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da história é resultante exclusivo do trabalho (ato teleológico de incorporação e criação de valor) leva Moraes (2000) a adotar a valorização do espaço como formulação categorial mais precisa e genérica para expressar esse mesmo processo: “Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre (...) Essas formas, que expressam uma quantidade de valor (trabalho morto) incorporado ao solo, substantivam na

<sup>25</sup> MACHADO, 1997, p. 21.

<sup>26</sup> MACHADO, 1997, p. 22.

<sup>27</sup> BORDO *et al.*, 2004.

<sup>28</sup> Citado por MACHADO, 1997, p. 27.

<sup>29</sup> VALVERDE, 2004, p. 121.

paisagem relações sociais específicas, tornando-se qualidades dos lugares. Assim, a História apresenta-se como uma progressiva e reiterada apropriação e transformação do planeta, resultando numa cumulativa antropomorfização do espaço terrestre.”<sup>30</sup>

Dessa forma, a valorização do espaço “(...) transforma-se historicamente; suas manifestações concretas ocorrem guiadas pelas determinações gerais do modo de produção em que estão contidas. A temporalidade submete a espacialidade e o processo de valorização do espaço torna-se, em si mesmo, denso de particularizações temporais e espaciais. (...) A dominância de certas relações sociais de produção específicas não explica – em si mesma – os processos concretos de valorização do espaço. A singularidade absoluta das diferentes porções da superfície terrestre impõe-se como um imperativo espacial; imperativo esse que se manifesta, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos do planeta: a diversidade local é inicialmente natural; a esse substrato natural diversificado sobrepõem-se heranças espaciais também desigualmente acumuladas nos diferentes pontos da superfície terrestre. É o trabalho morto que se fixa ao solo seletivamente, ampliando as singularidades locais.”<sup>31</sup>

Na formulação de Moraes (2000), a valorização do espaço “(...) pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação de um território. O território envolve a relação de uma sociedade específica com seu espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando sincronicamente as formas de sociabilidade reinantes na paisagem e numa estrutura territorial. O valor fixado vai se tornando uma qualidade do lugar, o quadro corográfico<sup>32</sup> sendo cada vez mais resultado de ações sociais, obras humanas que subvertem as características naturais originais. (...) A constituição de um território é, assim, um processo cumulativo, a cada momento um resultado e uma possibilidade – um contínuo em movimento. Enfim, um modo parcial de ler a História.”<sup>33</sup>

### Territorialidade

A noção de territorialidade surge, como ocorreu com o conceito de território, no âmbito das ciências naturais, em especial na Zoologia, para designar a área de ocorrência de uma espécie animal: refere-se a uma primeira apropriação, parcial ou provisória, do terreno, aos estímulos e às reações defensivas e agressivas das sociedades animais. Os estudos iniciais sobre a territorialidade humana, porque admitem também controle sobre determinada área, estiveram fortemente associados à concepção naturalista e a interpretações que a consideravam como ramificação do comportamento animal. É preciso, no entanto, levar em conta as marcas distintivas da humanidade: as regras morais, políticas e culturais.<sup>34</sup>

<sup>30</sup> MORAES, 2000, p. 16.

<sup>31</sup> MORAES, 2000, p. 16.

<sup>32</sup> Corografia: estudo ou descrição geográfica de um país, região, província ou município.

<sup>33</sup> MORAES, 2000, p. 17.

<sup>34</sup> MACHADO, 1997, p. 22.

O abandono das analogias animais para tratar a territorialidade humana encontra eco nas recentes contribuições teóricas de Sack e Soja.<sup>35</sup> A territorialidade consiste, para Soja, em fenômeno comportamental “(...) associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define”.<sup>36</sup>

Entendida por Sack como forma espacial de comportamento social, a territorialidade humana corresponde às estratégias de um indivíduo ou de um grupo para afetar ou influenciar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e do controle sobre determinada área geográfica, área essa entendida como território. “Assim variadas são as escalas pelas quais a territorialidade pode ser investigada: tanto o quarto, quanto a cozinha, a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, o estado ou o país, apesar da diversidade de escalas, são instâncias da territorialidade, são territórios e merecem ser vistos como tais.”<sup>37</sup>

Ao serem postas em prática as estratégias territoriais, um simples lugar, um simples ponto, ou uma dada região da superfície terrestre transforma-se em território. Postas em prática tanto por instituições formais quanto por indivíduos ou grupos sociais para o controle de dada extensão espacial, essas estratégias são de múltiplas naturezas (políticas, ideológicas, econômicas ou culturais) e podem ser agrupadas em quatro tipos de ações:

- a) delimitação de áreas para as quais se estabelecem normas claras do que é permitido ou proibido;
- b) implementação de limites ou fronteiras através de marcas simbólicas ou físicas;
- c) distribuição e alocação de recursos;
- d) repasse da responsabilidade das decisões e atitudes sociais para a área, como se fosse um atributo natural do lugar (por exemplo: “isto é a lei desta terra, é necessário obedecê-la”).<sup>38</sup>

### Formação territorial

Será que esse esforço de precisão conceitual, em especial o que foi dito sobre território e sobre territorialidade, permite traçar com mais clareza o que vem ser formação territorial? Será que eles indicam ao que se deve estar atento quando o objeto é a formação territorial do Brasil?

Sobre o conceito de *território* duas foram as linhas interpretativas focalizadas aqui: a) uma que põe em relevo as relações de poder, a dimensão política, o conflito; b) outra que acentua a valorização

<sup>35</sup> Citados por MACHADO, 1997.

<sup>36</sup> MACHADO, 1997, p. 23.

<sup>37</sup> MACHADO, 1997, p. 23.

<sup>38</sup> MACHADO, 1997, p. 23.

do espaço, as relações de trabalho. No primeiro caso, o território constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas, “(...) é produzido temporalmente pelas relações de poder engendradas por determinado grupo social; (...) pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas na que se conhece convencionalmente como o território nacional sob gestão do Estado-nação”.<sup>39</sup>

A opção metodológica por trabalhar o temário geográfico consoante o materialismo histórico e dialético confere sustentação à segunda linha interpretativa sobre o território. Nela o território comparece como espaço social que não pode existir sem uma sociedade que o crie e o qualifique; ele é construído com base na apropriação e transformação dos meios criados pela natureza. Resultado da relação de um grupo humano com o espaço, o território tem uma história, que lança luz sobre sua conformação e estrutura mais recente.<sup>40</sup>

O processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social pelas diferentes sociedades ao longo da História é passível de ser identificado, pois se manifesta na realidade de maneira específica; particulariza fenômenos e situações. Esse processo é resultado exclusivo do trabalho humano; trabalho esse que apresenta como finalidade da incorporação e da criação de valor. Logo, a categoria que expressa essa apropriação e construção do espaço é a valorização do espaço. De que forma a valorização do espaço pode ser apreendida? A valorização do espaço pode ser apreendida como processo historicamente identificado de formação do território. O território envolve a relação de uma sociedade específica com seu espaço, num intercâmbio contínuo que humaniza essa localidade, materializando as formas de sociabilidade reinantes.

Ao passo que a valorização do espaço aparece como horizonte teórico genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como objeto empírico, é uma perspectiva analítica que busca apreender a valorização do espaço em manifestações singulares sincronicamente analisadas. A constituição/formação do território pode ser um rico caminho para a análise da formação histórica de um país, pois a qualidade de sua inércia torna-o depositário da acumulação de trabalho, das lutas pela manutenção da sua posse/domínio e das instâncias de legitimação do domínio e do poder que não resultam de recurso à força, mas sim de construções jurídicas e ideológicas.

No tocante à territorialidade, além de pensá-la à luz da definição dada por Soja e por Sack<sup>41</sup> (organização do espaço em esferas de influência, para aquele, e estratégia para influenciar pessoas por meio do controle de determinada área, para este), admite-se, com base na definição de Coraggio (1987) sobre espacialidade – atributo, propriedade de todo o corpóreo real; vale lembrar que os fenômenos

<sup>39</sup> BORDO *et al.*, 2004, p. 4.

<sup>40</sup> MORAES, 2000.

<sup>41</sup> Citados por MACHADO, 1997.

de ordem social também apresentam espacialidade, espacialidade indireta que se realiza através de suportes físicos correspondentes –, que a territorialidade consiste na espacialidade dos fenômenos de ordem natural ou social em referência geográfica à superfície terrestre. Chega-se a outra característica da formação do território: como são múltiplos os fenômenos/processos de ordem econômica, política, demográfica etc., centrando atenção agora apenas nos fenômenos de ordem social, múltiplas serão as territorialidades, pois processos distintos apresentam distintas territorialidades com temporalidades também distintas.

Essa incursão epistemológica centrada nos conceitos de território e territorialidade põe em evidência que a formação territorial tem como objeto a história do território; consiste em análise histórica retrospectiva que busca a gênese de conjuntos espaciais contemporâneos, ou melhor, a formação territorial trata de conhecer as diferentes territorialidades assumidas por processos econômicos, políticos, demográficos etc. ao longo do tempo. Em relação ao Brasil, caberia a análise, por exemplo, da forma pela qual determinadas frações do território brasileiro foram incorporadas pela lógica econômica, política e demográfica: alguns territórios perdem, outros ganham importância de acordo com os processos que lhes conferem existência, de acordo com a territorialidade deles – a atividade canavieira, a pecuária, a mineração aurífera, o café etc., atividades econômicas que, no Brasil, comportaram temporalidades diferenciadas, territorialidades diferenciadas e, portanto, resultaram em territórios distintos.

### Sensibilidade geográfica

O reconhecimento de que as realidades de espaço e lugar foram básicas para a formação de acontecimentos históricos fundamentais, como o surgimento do capitalismo, as revoluções agrícolas e industriais, a rápida expansão do urbanismo etc., serve de alerta para o que Foucault<sup>42</sup> chama de História Total. Uma história que busca a face de um período, que estabelece uma nítida linha em torno de determinada época, de determinado lugar e depois julga que todos os eventos e fenômenos encontrados no interior desse recorte espacial estão ligados por forma, princípio, importância ou lei comum a todos.<sup>43</sup> O que Foucault desaprova “(...) é a forma pela qual os historiadores tão frequentemente suavizam o caos e as arestas recortadas da História ao fazer com que as coisas pareçam nitidamente ordenadas e coerentes; desaprova a maneira como eles patinam sobre as minúcias de pequenos detalhes da pequena escala e do dia a dia que podem parecer confusos de certa distância (...), mas eram a substância das práticas, lutas, esperanças e receios das pessoas no passado”.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> Citado por PHILO, 1996.

<sup>43</sup> PHILO, 1996.

<sup>44</sup> PHILO, 1996, p. 290.

Outra História se faz necessária em face dessa História Total, uma História espacializada, que fale, como quer Foucault, de “(...) séries, divisões, limites, diferenças de nível, desvios, especificidades cronológicas, formas particulares de remanejamento, possíveis tipos de relações”.<sup>45</sup> A imagem espacial que se deve mobilizar para captar o caráter dessa História espacializada não é a de um núcleo central que irradia efeitos e influências, mas uma planície imaginária sobre a qual as coisas, os eventos e os fenômenos estão dispersos. A diversidade da História é o que Foucault salienta com essa imagem; e o desenvolvimento de uma sensibilidade geográfica se apresenta como condição fundamental para se captar essa diversidade.

O deixar que a sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo do passado brasileiro não significa aceitar que esse passado possa ser reduzido às complexidades da sua geografia, mas apenas admitir que a distribuição espacial/territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam fazem uma diferença crucial na constituição da História. A diversidade natural, imposta pela variedade dos quadros físicos do planeta, vai sendo alterada pela ação humana, pelo trabalho. Essa ação humana (trabalho acumulado) intensifica as singularidades locais. Daí a intenção que move o explicitar a territorialidade dos fenômenos ser a de revelar as singularidades, as particularidades desses mesmos fenômenos: as determinações oriundas do meio natural e construído acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas.

Enfim, os procedimentos de ordem prática que podem dar vazão à sensibilidade geográfica, que servem para apreender as articulações entre tempo e espaço e, por isso mesmo, lançam nova luz sobre os acontecimentos históricos, assumem aqui a discriminação que se segue:

- Conferir nome às formas assumidas pelas territorialidades de distintos processos sociais – o processo guarda relação com a configuração territorial que ele enseja; logo, a adjetivação de certa territorialidade é a expressão qualificada da manifestação objetiva (concreta) desse mesmo processo.
- Identificar fatores geográficos que foram fundamentais para a criação de pedaços da história brasileira.
- Indicar a prevalência desta ou daquela relação em períodos distintos da formação territorial brasileira, consoante as interpretações que consideram o território como resultado de relações de poder (conflito) ou de relações de trabalho (valorização do espaço).

<sup>45</sup> PHILO, 1996, p. 291.

# Autoavaliação

1. Estabeleça a diferença e relacione os conceitos de território e territorialidade.
2. À luz do que foi dito sobre território e territorialidade, em que consiste a formação territorial do Brasil?
3. “(...) ‘o mistério ainda maior’ da Geografia histórica (...) permite a compreensão de como a geografia do mundo está estreitamente ligada com o que acontece em sua História.” Em que direção Philo (1996) desenvolve essa alegação? Qual é seu argumento principal? Justifique sua resposta.

## REFERÊNCIAS

- BORDO, Adilson Aparecido *et al.* *As diferentes abordagens do conceito de território*. São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br/textos/051018\\_TERRITORIO\\_ESPACO\\_quarta.pdf](http://www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br/textos/051018_TERRITORIO_ESPACO_quarta.pdf)> Acesso em: 3 maio 2005.
- CORAGGIO, José Luis. *Territórios en transición: crítica a la planificación regional en América Latina*. Quito: Ciudad, 1987. Disponível em: <[http://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_public\\_complet.htm](http://www.coraggioeconomia.org/jlc_public_complet.htm)> Acesso em: 2 jun. 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352 p.
- MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17-32, jan/jun. 1997.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de; COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1987. 196 p.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2005. 152 p.
- PHILO, Chris. História, geografia e o mistério ainda maior da geografia histórica. In: GREGORY, Dereck *et al.* (Org.). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. cap. 9, p. 269-298.
- SOUZA, Marcelo José L. O. Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352 p.
- VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. *Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 15, p. 119-126, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>> Acesso em: 5 abr. 2005.



## A expansão marítima portuguesa

### Objetivos

- Discutir as causas da expansão marítima portuguesa e explicitar os vínculos dessa expansão com os fatores de ordem territorial.

### EXCERDOS DO TEXTO DE ANTÔNIO ROBERT DE MORAES

#### Introdução

Segundo Moraes (2000), o longo século XVI (1460-1640) realiza as potencialidades geradas na crise da ordem feudal e estabelece as premissas de uma nova ordem: rompem-se as amarras do medievalismo, nasce a época moderna. É um período de transição cuja essência é a opacidade dos processos, a convivência de distintos padrões e estruturas e a indefinição das dominâncias.

Em meio a uma institucionalidade ainda dominada pelas formas de poder feudal, o século XVI assiste à emergência das relações capitalistas, ao instalar-se um novo modo de produção. “(...) A passagem de um modo de produção a outro desdobra-se com a convivência – muitas vezes associada – de relações próprias da ordem que se finda e da que emerge, além de outras formas específicas geradas na transição. O processo de acumulação primitiva<sup>1</sup> do capital nomeia esse mosaico que supera o feudalismo e objetiva as condições prévias de domínio do capitalismo.”<sup>2</sup>

As formas básicas do mosaico da transição são, de acordo com Moraes (2000), três: a monarquia absolutista, o mercantilismo e o expansionismo.

<sup>1</sup> “(...) a acumulação primitiva representou um amplo movimento de circulação, de redistribuição dos meios de produção que se centralizaram quer nas mãos da velha classe dominante, quer nas da burguesia. Concentração que efetiva a separação entre o trabalhador e os meios de produção, condição prévia do desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção.” (MORAES, 2000, p. 37).

<sup>2</sup> MORAES, 2000, p. 34.

### Monarquia absolutista

A expropriação dos camponeses e pequenos artesãos na gênese do capitalismo gerou um contingente de despossuídos que constituiu a base das guerras camponesas e da chamada reação aristocrática. “O temor da insurreição popular fornece o cimento de uma aliança – verdadeiro bloco histórico – entre a nobreza feudal, os grandes mercadores e a Coroa, que impulsiona a forma política da acumulação primitiva.”<sup>3</sup> O caráter ainda feudal da monarquia absolutista não deve obscurecer o fato de ser essa forma um veículo de desenvolvimento das relações capitalistas. O absolutismo realizou certas funções vitais da acumulação primitiva tais como a proteção da propriedade, a secularização da terra e, sobretudo, a centralização do poder que implica integração territorial e centralismo administrativo, ou seja, ele objetiva o nascimento do Estado moderno com sua feição nacional e territorial, faculta a superação do particularismo e da fragmentação feudal e, com isso, fundamenta a emergência do capital nacional.<sup>4</sup>

### Mercantilismo

O papel ambíguo do capital comercial na gênese do capitalismo escora-se na sua dependência de fundamentos extraeconômicos. Sua valorização repousa na indulgência política; na articulação entre Estado e economia, fundamentada na nação. A soberania exercitada sobre a população identificada num território e o incremento da riqueza nacional tido como móvel do bom governo constituem o desígnio desta outra forma básica do mosaico da transição, o mercantilismo.<sup>5</sup> A economia nacional é o objeto da reflexão e das práticas mercantilistas, o que guarda correspondência tanto com as tentativas de gerir o Estado como empresa do príncipe, cuja prosperidade beneficiaria todos os súditos, quanto com a crença na inelasticidade do mercado internacional – daí o pressuposto de que a riqueza nacional teria por único conduto uma posição vantajosa nos termos de troca.<sup>6</sup>

A estruturação do campo econômico pelo reforço à afirmação das fronteiras nacionais europeias (ao ter nas medidas aduaneiras um de seus instrumentos permanentes de ação) e pela uniformização dos mercados internos de cada país estimulou o confronto entre capitais nacionais, tornando a guerra uma constante durante toda a época mercantilista. “Uma vez que o crescimento econômico escora-se em privilégios monopolistas (que se fundamentam na coerção política), e circunscreve-se estritamente ao quadro nacional, o antagonismo entre os diferentes Estados aparece como um componente estrutural da transição.”<sup>7</sup>

<sup>3</sup> MORAES, 2000, p. 38.

<sup>4</sup> MORAES, 2000.

<sup>5</sup> MORAES, 2000.

<sup>6</sup> MORAES, 2000.

<sup>7</sup> MORAES, 2000, p. 46.

## Expansionismo

É preciso ter em conta que as guerras do século XVI visavam ao “(...) controle de mercados, rotas e produtos, o que se traduzia no expansionismo latente dos Estados. Havia a necessidade imperiosa de expandir o mercado aliada à obrigação de controlá-lo; o caráter extensivo da circulação versus o fundamento monopolista do lucro comercial aparecendo como contradição essencial no movimento do capital mercantil. Todavia, isso reforça o perfil frentista da base política do absolutismo: o mercador acompanha-se do guerreiro. Os objetivos comerciais das disputas mesclam-se com a demanda dos interesses aristocráticos.”<sup>8</sup>

Componente central do processo de acumulação primitiva, o expansionismo mostra-se como outra forma básica do mosaico da transição, pois a ocupação territorial realiza o limite ótimo do mercantilismo – o mercado cativo –, expressa o apetite territorial dos Estados europeus do período. Todavia, a unificação interna da nação é um pressuposto para sua expansão, e os países que não lograram realizá-la ficaram fora da partilha do mundo colonial e retardaram seu desenvolvimento capitalista. Vital para o desenvolvimento das economias nacionais europeias, o controle do espaço está no centro das motivações do expansionismo quinhentista, seja para produzir, comercializar ou simplesmente navegar.<sup>9</sup>

## Conclusão

“O longo século XVI é ininteligível sem o estudo da formação do sistema colonial, sem o processo de dilatação do horizonte geográfico e do espaço de relações europeus, enfim, sem a captação da lógica de constituição de uma economia mundializada.”<sup>10</sup>

## EXCERTOS DO TEXTO DE LUÍS FELIPE THOMAZ

### Introdução

“Terão os portugueses dado início, na primeira metade do século quatrocentos, à expansão ibérica ou simplesmente a sua própria expansão – no que a breve trecho foram imitados por Castela e logo depois pelos demais povos do Ocidente europeu?”<sup>11</sup> Essa questão representa o eixo das preocupações de Thomaz (1994), que, em nível mais profundo, consiste em saber se a relativa unidade que a expansão europeia aparenta é meramente externa e formal ou autenticamente intrínseca e material, ou seja, saber se ela é um fenômeno essencialmente múltiplo nas suas origens e na sua natureza ou se é um fenômeno substancialmente uno, fruto das mesmas raízes e produto das mesmas pulsões.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> MORAES, 2000, p. 48.

<sup>9</sup> MORAES, 2000.

<sup>10</sup> MORAES, 2000, p. 49.

<sup>11</sup> THOMAZ, 1994, p. 2.

<sup>12</sup> THOMAZ, 1994.

A expansão marítima demanda uma interpretação mais sutil e mais rica em cambiantes do que o seu simples enquadramento nos marcos de uma causalidade profunda comum a toda a Europa, ou entendê-la como fenômeno múltiplo nas suas origens e na sua natureza. O recurso metodológico adotado por Thomaz (1994) é o de analisar, um a um, todos os fatores invocados como causas da expansão portuguesa, tentando descortinar, ao mesmo tempo, em que medida são esses fatores típica e exclusivamente portugueses ou em que medida são comuns também ao resto da Europa Ocidental.<sup>13</sup>

### Fatores da expansão marítima: unidade ou multiplicidade?

Thomaz (1994), para maior comodidade de análise e clareza de exposição, agrupa as causas da expansão marítima portuguesa em quatro rubricas: instrumentais, finais, formais e materiais.

Entre as causas instrumentais estão: a) a posse de navios, de pessoal afeito ao mar, de técnicas e de instrumentos adequados para a navegação de longo curso; b) a orientação estrutural para o Atlântico do território português; c) a centralização do poder régio; d) a estabilidade das fronteiras; e e) a precoce consciência coletiva da nacionalidade. As causas descritas em (a) são necessárias, mas não suficientes para a produção do efeito, pois a posse do instrumento não implica necessariamente sua utilização. Vale lembrar que, no século 15, as mesmas condições estavam reunidas pelo menos também em Castela. No tocante as causas descritas em (b), cabe o alerta de que quase iguais vantagens possuía o Marrocos, que nunca, ao longo de sua história, tirou dessa vantagem geográfica partido algum.

Quanto aos fatores políticos estruturais em (c), (d) e (e), Thomaz (1994) reconhece que, sem a estabilidade e a coerência que eles conferiram a Portugal, teria sido difícil ou impossível a expansão longínqua, todavia não passam de condição prévia não determinante de um fenômeno dessa natureza.

No grupo das causas finais, encontram-se: a) o desejo de contrabalançar a pressão turca sobre os Bálcãs, atacando no Índico o mundo muçulmano; b) o anseio de entrar em contato com o Preste João; c) a vontade de remontar até as fontes do ouro do Sudão e, assim, compensar a fome monetária que grassava na Europa; e d) o desejo de prevenir uma possível conquista castelhana de Marrocos, que fecharia, praticamente, o cerco a Portugal. Esse conjunto de intencionalidades não parece, de acordo com Thomaz (1994), suficiente para explicar a expansão portuguesa na sua globalidade, nem sua eclosão fora do contexto da expansão dos demais povos europeus: primeiro, porque as causas (a), (b), (c) e (d), desligadas de "(...) uma conjuntura socioeconômica ou geoestratégica mais vasta, quase

<sup>13</sup> THOMAZ, 1994.

não fazem sentido; segundo, porque são pontuais no espaço e a expansão portuguesa logo adquire uma dimensão geográfica que largamente os ultrapassa; terceiro, porque à exceção de “d” – que aliás não explica senão as incursões em Marrocos – são, em boa medida, comuns a toda a Europa”.<sup>14</sup>

A ideia de cruzada e a influência do espírito franciscano e da filosofia aristotélica inscrevem-se no âmbito das causas formais. Estas duas últimas pouco adiantam para a compreensão da especificidade do caso português, porque “(...) o interesse pelo real, a curiosidade pelo concreto, que a um e outro se prendem, de modo algum são exclusivos da cultura portuguesa”.<sup>15</sup>

O crescimento demográfico e econômico, consequência mais notável e a face mais visível da revolução comercial do século XI, Thomaz (1994) enquadra no rol das causas materiais. “No aspecto demográfico é evidente que o crescimento populacional pode facilmente alimentar um fluxo migratório, logo, um movimento de expansão. Este, porém, só se torna quase necessário quando se atinge o limiar da saturação demográfica – definida, é claro, não em termos de densidade, mas de relação entre a população e suas necessidades, os recursos disponíveis e o índice de capacidade tecnológica para os explorar.”<sup>16</sup> No caso da Europa Ocidental, o limiar do superpovoamento estava longe de ser atingido e, em relação a Portugal, se a expansão foi o remédio para um superpovoamento, aliás por demonstrar, foi uma cura pior do que o mal, pois na literatura da época “(...) o que abunda não são as loas à emigração mas as queixas contra o despovoamento. Assim, ao que tudo indica, o crescimento demográfico não predispunha Portugal à expansão.”<sup>17</sup>

Quanto ao efeito do crescimento econômico no movimento expansionista português, cabe ter em conta a chamada Revolução Comercial. Revolução essa que é a face externa de um crescimento econômico interno, porque “(...) o incremento do volume de trocas corresponde logicamente a um aumento dos excedentes de produção. Este resulta essencialmente de um acréscimo de produtividade decorrente de um aperfeiçoamento técnico ou, em certas circunstâncias, meramente do aumento demográfico, por uma questão de economia de escala. Permitindo igualmente a libertação de mão de obra dos setores diretamente produtivos para o setor terciário, tal incremento facilita a formação de uma classe, improdutivo, de mercadores profissionais que assegure a organização e exploração da atividade comercial. Esta, uma vez organizada, leva à progressiva substituição de uma economia fechada, de autoconsumo, por uma economia aberta, de troca, que, por sua vez, provoca o aumento da produção. (...) E o incremento da produção, com o aumento dos excedentes disponíveis para a troca, cria, por sua vez, mercado para os produtos importados.”<sup>18</sup>

<sup>14</sup> THOMAZ, 1994, p. 9.

<sup>15</sup> THOMAZ, 1994, p. 10.

<sup>16</sup> THOMAZ, 1994, p. 17.

<sup>17</sup> THOMAZ, 1994, p. 17.

<sup>18</sup> THOMAZ, 1994, p. 18.

“Se o sistema continua em crescimento, os lucros provenientes do comércio tendem a acumular-se. Como neste período, anterior à revolução industrial, são diminutas as possibilidades de os reinvestir na indústria, os lucros tendem, naturalmente, a ser reinvestidos no próprio comércio; e se os mercados tradicionais estão saturados, a tendência é para buscar novos mercados e, portanto, para a expansão geográfica.”<sup>19</sup>

O crescimento econômico da Europa na baixa Idade Média apresenta uma propensão para a expansão, ou seja, uma potencialidade expansiva; todavia o reinvestimento dos lucros em novas linhas de comércio não é uma necessidade inelutável; outras soluções são possíveis como, por exemplo, a canalização pura e simples dos lucros para o consumo. Assim, a opção expansionista depende, em boa parte, de fatores aleatórios, culturais, psicológicos, políticos ou econômicos – fatores conjunturais e não estruturais.<sup>20</sup>

#### **Ceuta: sobre os reais motivos da conquista**

A conquista de Ceuta é tradicionalmente apontada como ato inaugural da expansão. Ceuta tinha um papel econômico importante e sua posse interessava à classe mercantil, porém a hipótese de que a expansão marítima portuguesa tenha sido o resultado de uma pressão burguesa sobre o rei é gratuita, sem confirmação de nenhum documento.<sup>21</sup> A classe mercantil foi muito mais vítima que autora moral da empresa expansionista: “(...) para custear a expedição apoderou el-Rei de todas as mercadorias e navios disponíveis no reino, explorando durante dois anos por sua própria conta todo o comércio com a Inglaterra e Flandres”.<sup>22</sup>

O principal argumento contra a tese da paternidade burguesa da expedição a Ceuta vem das evidências, oriundas do que se pôde auscultar do sentir das várias camadas da população do reino, de que foi, em geral, a nobreza o segmento social entusiasta das conquistas em Marrocos, enquanto a classe mercantil se lhes mostrava hostil.<sup>23</sup> O desinteresse desta última é fácil de entender: “Se o papel das praças do Algarve de Além-Mar era menos o de servirem de lugar de troca que o de conferirem segurança à navegação pelo Estreito, o acréscimo de lucros resultante do aumento de segurança decorrente da multiplicação das praças fortes é logicamente decrescente enquanto os encargos crescem, praticamente, na proporção direta do número de praças (...) Por isso, Ceuta é suficiente e a multiplicação das posições é uma operação antieconômica.”<sup>24</sup>

Marrocos interessa, fundamentalmente, à nobreza militar: “(...) como em toda a Europa ao longo da baixa Idade Média, a nobreza multiplicara-se em Portugal, (...) devido a uma menor mortalidade decorrente do melhor nível de vida e à entrada constante de novos membros por nobilitação. Se às consequências dessa multiplicação

<sup>19</sup> THOMAZ, 1994, p. 19.

<sup>20</sup> THOMAZ, 1994.

<sup>21</sup> THOMAZ, 1994.

<sup>22</sup> THOMAZ, 1994, p. 24.

<sup>23</sup> THOMAZ, 1994.

<sup>24</sup> THOMAZ, 1994, p. 26.

(...) juntarmos os efeitos da crise do século XIV, com a rarefação da mão de obra devida à peste negra, e os das próprias transformações sociais, jurídicas e políticas tendentes a limitar-lhes os privilégios e o predomínio social, compreenderemos que no seu seio reinasse um mal-estar latente.”<sup>25</sup>

Assim, “(...) a aventura marroquina oferecia aos nobres uma alternativa interessante: para alguns poucos, cargos públicos, nas praças do Algarve de Além-Mar; para outros, possibilidades de se enriquecerem pela pilhagem (...) ou de merecerem de el-Rei, em prêmio de suas proezas, tenças, comendas e benesses variadas, ou mesmo domínios fundiários se a conquista territorial viesse a concretizar-se”.<sup>26</sup>

Que tal móbil estivesse por trás da conquista de Ceuta torna-se claro quando essa conquista toma como referência a agitação da juventude fidalga após as pazes com Castela em 1410. Em face disso, “(...) a intenção da realeza foi, em boa parte, desviar para Marrocos a turbulência latente, pondo-a ao serviço do Estado e vinculando-a assim à Coroa, o que ao mesmo tempo contribuía para afrouxar no interior do reino as tensões sociais”.<sup>27</sup>

Em virtude de suas motivações, do seu caráter, da ideologia que a informa, do espaço geográfico em que se desenrola, da base social, “(...) a expansão portuguesa em Marrocos antes de D. João II é muito mais um derradeiro episódio da História medieval que o primeiro episódio da moderna”.<sup>28</sup>

### O triunfo definitivo do comércio sobre o corso

De 1441 a 1448 estende-se a fase crucial da evolução do fenómeno expansionista: o avanço é rápido para o sul, e o mais importante é a transformação que se dá no próprio caráter da empresa. Pouco a pouco, esboçam-se contatos pacíficos, e o comércio, senão menos rendoso pelo menos mais seguro que o corso, começa a misturar-se às presas.<sup>29</sup>

“Em 1443 surge uma novidade: um particular requer pela primeira vez autorização ao infante D. Henrique para armar um navio para a costa africana, (...) mas essa expedição foi mais de corso que de comércio, e os primeiros escravos que então trouxeram, foram cativados diretamente e não comprados.”<sup>30</sup> A partir do ano de 1444, alarga-se o círculo geográfico dos interessados na empresa. De 26 navios que nesse ano zarpam para a Guiné, 14 vão de Lagos, os outros 12 de Lisboa e da Ilha da Madeira, armados por pequenos nobres e funcionários do Estado. Daí em diante, um terço dos navios, grosso modo, é do infante, os outros dois terços de particulares.<sup>31</sup>

<sup>25</sup> THOMAZ, 1994, p. 27.

<sup>26</sup> THOMAZ, 1994, p. 28.

<sup>27</sup> THOMAZ, 1994, p. 28.

<sup>28</sup> THOMAZ, 1994, p. 28.

<sup>29</sup> THOMAZ, 1994.

<sup>30</sup> THOMAZ, 1994, p. 33.

<sup>31</sup> THOMAZ, 1994.

O triunfo definitivo do comércio sobre o corso tem seu marco em 1448, ano em que a expansão guineense separa-se da marroquina. Nos anos que se seguem, a “(...) burguesia, o capitalismo comercial e os seus métodos de organização fazem, manifestamente, a sua aparição, enxertando-se na modesta planta brotada de outra semente”.<sup>32</sup>

### Expansão portuguesa e expansão europeia – relações dialogais

“O capitalismo parece, pois, ser no tronco da expansão marítima portuguesa um enxerto, que lhe permite crescer e produzir fruto, sem contudo apagar totalmente certos caracteres atávicos da raiz.”<sup>33</sup>

Se assim é, as “(...) relações entre a expansão portuguesa e a expansão europeia em geral parecem extremamente complexas e sutis – nem meramente externas e acidentais, nem intrínsecas e necessárias, mas por assim dizer, dialogais”.<sup>34</sup>

- “Na sua eclosão, o fenômeno expansionista português parece surgir essencialmente como fenômeno local, embora mergulhe as suas raízes mais profundas naquele crescimento orgânico do ocidente europeu de que as demais expansões têm também remota origem.”<sup>35</sup>
- “De fenômeno predominantemente local, logo inflete para se enxertar no grande tronco do movimento comercial europeu já em curso, por meio de uma tripla ligação: formal, absorvendo o seu saber, adotando as suas instituições, reformulando-se à imitação dos seus modelos; material, no duplo aspecto comercial e financeiro. No aspecto comercial, a expansão portuguesa, na sua dimensão mercantil, torna-se economicamente viável porque pode colocar nos mercados europeus os produtos ultramarinos; no financeiro, porque utiliza frequentemente os seus capitais. Esta dupla ligação dá-lhe a possibilidade de sobreviver e prosseguir o seu movimento.”<sup>36</sup>
- “Ao tornar-se, por esse enxerto, empresa mercantil, a expansão portuguesa aponta à Europa um rumo, rasga-lhe um caminho, fornece-lhe um modelo – e assim, excitando-lhe por emulação a sua potencialidade expansiva, serve-lhe finalmente de espoleta.”<sup>37</sup>

<sup>32</sup> THOMAZ, 1994, p. 35.

<sup>33</sup> THOMAZ, 1994, p. 35.

<sup>34</sup> THOMAZ, 1994, p. 36.

<sup>35</sup> THOMAZ, 1994, p. 36.

<sup>36</sup> THOMAZ, 1994, p. 36.

<sup>37</sup> THOMAZ, 1994, p. 37.

### Conclusão

À luz dos elementos que serviram de base a toda a argumentação, Thomaz (1994) formula a seguinte conclusão interpretativa sobre gênese da expansão portuguesa, com base na interação de três fatores:

- a) “(...) a necessidade de uma reconversão que assegurasse a sobrevivência de uma nobreza em crise, porque hipertrofiada e porque entalada entre as classes burguesas em ascensão e uma realeza em crescente afirmação”,<sup>38</sup>
- b) “(...) o desejo de abertura de novas rotas de comércio, que permitissem às classes mercantis reinvestir os lucros provenientes do incremento das trocas, no período imediatamente anterior, ao rei e à aristocracia imitá-los e assim garantir a liquidez pela posse de bens imóveis”,<sup>39</sup>
- c) “(...) a política de afirmação de um Estado nacional que, recém-saído de uma grave crise e dirigido por uma dinastia jovem, intenta, por um lado evitar o cerco ou a absorção por um vizinho poderoso, no momento crucial da formação dos grandes espaços políticos, por outro garantir a paz interna, aliviando as tensões sociais e drenando para o exterior a conflitualidade latente própria de uma época de rápida mutação socioeconômica”.<sup>40</sup>

“Desses três fatores é o último o mais original, o mais moderno, e quiçá o que mais poderosamente contribuiu para o sucesso do movimento nos moldes em que veio a prevalecer, evitando que a interação dos dois primeiros se saldasse por mera entropia social ou por uma anarquia de tentativas sem futuro.”<sup>41</sup>

“Nas suas raízes mais profundas a expansão portuguesa afigura-se como fruto do mesmo processo histórico que deu na Idade Média origem às Cruzadas, na Moderna às expansões coloniais de dominante burguesa, estatal e mercantilista, constituindo como que a charneira, o elo histórico, a transição inflectiva estas e aquelas. Abstenhamo-nos, contudo, de ver em tais fatos o produto necessário das transformações profundas que desde o século XI a sociedade ocidental vinha sofrendo: a existência de vastas regiões europeias que sofreram como as demais tais transformações mas nem por isso se empenharam de forma significativa nem ontem nas Cruzadas nem hoje na aventura colonial parece demonstrar cabalmente que não era a expansão externa a única solução possível para os problemas do Ocidente.”<sup>42</sup>

Enfim, “(...) a expansão portuguesa, que nos seus modestos primórdios parece responder sobretudo a uma problemática local e conjuntural deve ter atuado essencialmente como um exemplo, que, estimulando a emulação ao mesmo tempo que fornecia um modelo, reativou a opção pela solução expansionista em moldes renovados”.<sup>43</sup>

<sup>38</sup> THOMAZ, 1994, p. 38.

<sup>39</sup> THOMAZ, 1994, p. 38.

<sup>40</sup> THOMAZ, 1994, p. 39.

<sup>41</sup> THOMAZ, 1994, p. 39.

<sup>42</sup> THOMAZ, 1994, p. 39.

<sup>43</sup> THOMAZ, 1994, p. 40.

## NOTAS EXPLORATÓRIAS E INTERPRETATIVAS

---

Mais do que buscar as causas da expansão marítima portuguesa o que quer Moraes (2000) é traçar as características deste período de transição: do feudalismo para a Idade Moderna. O expansionismo marítimo constitui apenas mais uma das peças básicas do mosaico da transição; integra ele um processo de natureza mais ampla: a acumulação primitiva. Ao que parece, não há uma preocupação com as realidades de espaço e lugar, com a maneira pela qual esse processo ganha singularidade em porções específicas da superfície terrestre. Nos termos de Foucault,<sup>44</sup> o que Moraes (2000) realiza nesse texto é algo como uma História Total, ou seja, a História que se constrói com base no estabelecimento de uma linha em torno de determinada época (a transição feudalismo > Idade Moderna) e de determinado lugar (Europa Ocidental), e na concepção de que todos os fenômenos encontrados nesse recorte espaço-tempo são regidos por uma lei comum.

Thomaz (1994) lança mão de recurso epistemológico que, para dar conta da gênese da expansão marítima portuguesa, busca uma espécie de diálogo entre o crescimento orgânico do ocidente europeu e a problemática local conjuntural de Portugal. Uma história espacializada é o que se realiza nesse caso, porque é o foco nas singularidades, nas diferenças, nas arestas que pode elucidar o fato de que Portugal tenha assumido a vanguarda da expansão europeia, ainda que vastas regiões europeias estivessem sofrendo as mesmas transformações pelas quais esse pequeno país passava e não tenham se lançado em tal empresa.

<sup>44</sup> Citado por PHILO, 1996.

## Autoavaliação

1. “Terão os portugueses dado início na primeira metade do século de quatrocentos à expansão ibérica ou simplesmente à sua própria expansão – no que a breve trecho foram imitados por Castela e logo pelos demais povos do Ocidente europeu?” (THOMAZ, 1994, p. 2) Qual é a explicação dada por Luís Felipe Thomaz sobre a gênese da expansão marítima portuguesa?
2. Moraes (2000) partilha da mesma opinião de Thomaz (1994) no tocante às causas dessa mesma expansão? Justifique sua resposta.

## REFERÊNCIAS

---

MORAES, Antônio Carlos Robert. A Europa no longo século XVI (1460-1640). In: \_\_\_\_\_. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. cap. 1, p. 31-49.

PHILO, Chris. História, geografia e o mistério ainda maior da geografia histórica. In: GREGORY, Dereck *et al.* (Org.). *Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. cap. 9, p. 269-298.

THOMAZ, Luís Felipe. Expansão portuguesa e expansão europeia: reflexões em torno da gênese dos descobrimentos. In: THOMAZ, Luís Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994. cap. 1, p.1-41.

## A apropriação do território no Brasil

### Objetivo

- Dar a conhecer os fundamentos jurídicos e teológicos da apropriação do território no Brasil.

### EXCERTOS DO TEXTO DE FÁBIO ALVES DOS SANTOS

#### Introdução

“O instituto da sesmaria nasce em Portugal, em 26/6/1375, com D. Fernando em contexto completamente diverso daquele em que é introduzido no Brasil. D. Fernando, à vista do abandono das lides agrícolas por parte dos grandes proprietários, fez promulgar lei drástica e violenta. Forçava todos os proprietários a lavrarem suas terras sob pena de, em não o fazendo, obrigavam-se a ceder tais terras aos que as quisessem lavrar.”<sup>1</sup>

“A legislação de sesmarias representava, em Portugal, uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos, que se acentuava à medida que se decompunha a economia feudal, na razão do crescimento das atividades dos centros urbanos. Esse abandono de terra redundou em escassez de alimentos no País. Desse modo, a terra seria de quem a cultivasse. Seu abandono teria por punição a perda do seu domínio.”<sup>2</sup>

“De comum entre Portugal e Brasil na adoção do regime sesmarial, é que ela incide sobre as terras inaproveitadas. Contudo, a ociosidade do solo decorre de razões bem distintas. No reino, há concentração de terras nas mãos de poucos. Precisava-se, ademais, resolver o problema de escassez de alimentos. Enquanto no Brasil precisava-se ocupar o imenso território para preservá-lo da cobiça estrangeira, deixando-o tão somente reservado aos interesses lusos.”<sup>3</sup>

<sup>1</sup> SANTOS, 1995, p. 36.

<sup>2</sup> SANTOS, 1995, p. 36.

<sup>3</sup> SANTOS, 1995, p. 37.

### Fundamentos teológicos e jurídicos da conquista

Portugal do século XVI vivia o regime de cristandade, a aliança entre o trono e o altar, entre Igreja e poder, espada e cruz; e por ocasião da conquista, prevalecia a ideia de que a terra é o domínio de Deus: ao homem cabia a função de administrador.<sup>4</sup>

“Na realidade, as terras de além-mar eram tidas como propriedade da Ordem de Cristo, criada por João XXII, em 1319. Em 1522, o papa conferiu ao rei de Portugal a dignidade de grão-mestre dessa ordem. Nessa condição, a Coroa portuguesa cobrava o dízimo nas terras conquistadas.”<sup>5</sup>

“Na posse da terra, (...) o demônio se apresentava como grande concorrente de Deus. E a terra estaria apropriada pelo demônio, quando possuída pelos infiéis pagãos, inimigos de Cristo. A conquista, pois, da terra aos índios seria a vitória mesma de Jesus Cristo, a quem os índios deviam doravante se submeter.”<sup>6</sup>

O cenário da conquista constrói-se, então, com base na teoria da representatividade de Deus na pessoa do rei e, sobretudo, na pessoa do papa.<sup>7</sup>

### Aspectos legais

“No Brasil não existiu um direito brasileiro, pois as leis que se aplicavam eram as mesmas da metrópole. Estavam contidas nas Ordenações, acrescidas de legislação específica para questões locais: os regimentos dos governadores-gerais; as cartas régias, leis, alvarás em forma de lei e provisões régias. A mesa de Consciência e Ordens, desde 1532, auxiliava o rei na aplicação dessas leis. Seguiram-se o Conselho da Índia, em 1603, e o Conselho Ultramarino, de 1643. Estes conselhos emitiam pareceres que podiam e costumavam ser sancionados pelo rei, passando a ter valor legal.”<sup>8</sup>

O instituto de sesmarias no território brasileiro tem como fundamento primeiro as Ordenações do reino. “O aprimoramento do instituto se foi dando ao longo do tempo pelas Ordenações Afonsinas, de 1446; Ordenações Manuelinas, de 1514; e Ordenações Filipinas, de 1603. Essas disposições legais aprimoravam o regime de sesmarias em Portugal e o viabilizavam no Brasil.”<sup>9</sup>

“Em 1530, D. João III, por carta régia, autoriza a concessão de sesmarias por parte do capitão-mor Martim Afonso de Souza, donatário da capitania de São Vicente.”<sup>10</sup>

<sup>4</sup> SANTOS, 1995.

<sup>5</sup> SANTOS, 1995, p. 45.

<sup>6</sup> SANTOS, 1995, p. 46.

<sup>7</sup> SANTOS, 1995.

<sup>8</sup> SANTOS, 1995, p. 48.

<sup>9</sup> SANTOS, 1995, p. 49.

<sup>10</sup> SANTOS, 1995, p. 50.

“Em 1548, o mesmo D. João III dá a Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, o Regimento, pelo qual se transferia do capitão-mor para o governador-geral o poder de conceder sesmarias.”<sup>11</sup>

Em 1780, começa a vigorar a proibição de parcelamento das sesmarias, que será a garantia da manutenção da grande propriedade e tornará inviável a pequena propriedade no Brasil.<sup>12</sup>

Em 5 de outubro de 1795, o alvará, conhecido como Lei de Sesmarias, consolida a legislação esparsa sobre o tema e tenta disciplinar as graves questões da propriedade da terra, pois a) regulamenta a não concessão de sesmarias a quem já tivesse sido beneficiado pelo instituto; b) prevê que os estrangeiros não receberão concessões; c) prevê que as religiões não poderão suceder nas sesmarias; e d) prevê que as sesmarias serão concedidas no máximo em três léguas e, no mínimo, em meia légua quadrada. Todavia, ante a ferrenha oposição encontrada, esse alvará é suspenso em dezembro de 1796.<sup>13</sup>

### A terra dos índios

“Cerca de cinco milhões de índios viviam no Brasil, por ocasião da conquista, agrupados em centenas de nações indígenas, enquanto Portugal não tinha mais que um milhão de habitantes.”<sup>14</sup>

“Num primeiro momento o contato entre brancos e índios foi amistoso. Em poucos dias de convívio foram lançadas as bases de um recíproco entendimento e introduzida a prática entre eles. O período extrativista da riqueza da floresta coincide com a política de boa vizinhança com o índio. Em troca de quinquilharias o nativo era a principal força de trabalho na exploração extrativa. Até nas roças que se formavam nas proximidades das feitorias, essa mão de obra indígena não escrava foi utilizada.”<sup>15</sup>

Todavia, breve foi o período de escambo nas relações entre conquistador e índio. “Já em 1530, a Coroa tinha outros projetos para as terras de além-mar. Pelas Capitânicas Hereditárias, concedia o rei vastas extensões de terras para serem empastadas em engenhos de açúcar e escravos e na sujeição dos agricultores, agregados e assalariados mais categorizados. É o fim do período de paz e o início da guerra contra os índios. A terra comunal indígena passa a ser dominada por estrangeiros.”<sup>16</sup>

Com a instalação do Governo-geral, a escravização do índio e a usurpação de suas terras tornam-se fatos corriqueiros. O avanço cada vez mais feroz do português fazia o índio refugiar-se no sertão. Mesmo aí era caçado por predadores cada vez mais ferozes em seus intentos. E os confrontos dizimavam populações inteiras.<sup>17</sup>

<sup>11</sup> SANTOS, 1995, p. 51.

<sup>12</sup> SANTOS, 1995.

<sup>13</sup> SANTOS, 1995.

<sup>14</sup> SANTOS, 1995, p. 40.

<sup>15</sup> SANTOS, 1995, p. 40.

<sup>16</sup> SANTOS, 1995, p. 41.

<sup>17</sup> SANTOS, 1995.

Diante desse quadro, a Lei de 30 de julho de 1609 determina que, por ser contra o direito natural o cativo, não se podem cativar os gentios do Brasil. A reação a essa lei é tão forte que, em 10 de setembro de 1611, volta-se a reconhecer a legitimidade do cativo do índio tomado em guerra justa.<sup>18</sup>

Mais incisivo que os documentos reais anteriores, a Carta de Lei de 1º de abril de 1680, que abolia a escravidão de índios no Brasil, reconhece, pela primeira vez, ao indígena o direito à propriedade das terras. Resta, no entanto, essa lei como letra morta.

“Os colonizadores jamais lhe dedicaram respeito. Somente com o Marquês de Pombal, em 1755, há o rompimento com o regime de escravidão dos índios. Pela Lei de 6 de junho de 1755 se restitui aos índios a liberdade de suas pessoas, bens e comércios.”<sup>19</sup>

### **Conclusão: fim das sesmarias**

Em 17 de julho de 1822, pouco antes da Independência, o regime de sesmarias é levado a termo pela Resolução nº 76. Dois fatores teriam levado a termo o sistema de sesmarias no Brasil:

- a) “o primeiro decorre do surto de crescimento da agricultura mercantil de exportação, a partir do fim do século XVIII e início do século XIX, a requerer mais terras. Esse surto está associado à crise do capitalismo, após as guerras napoleônicas na Europa e à crise da produção colonial nas Antilhas e nos EUA, redundando na alta de preços dos produtos brasileiros”,<sup>20</sup>
- b) “o segundo motivo deve ser associado à transferência da Corte para o Brasil, em 1808, e copiosa distribuição de terras daí decorrente, em face da transação de favores que a proximidade do poder real permitia”.<sup>21</sup>

## **EXCERTOS DO TEXTO DE MAURÍCIO DE ALMEIDA ABREU**

---

### **Introdução**

Em virtude de o território brasileiro de hoje ser regido por normas instituídas no passado, normas cuja compreensão é fundamental para intervir de forma eficaz sobre ele, é que Abreu (1997) traça o objetivo maior de seu trabalho: lançar luz sobre os fundamentos históricos da apropriação territorial brasileira e a forma pela qual essa apropriação evoluiu.

<sup>18</sup> SANTOS, 1995.

<sup>19</sup> SANTOS, 1995, p. 44.

<sup>20</sup> SANTOS, 1995, p. 53.

<sup>21</sup> SANTOS, 1995, p. 54.

### Buscando as origens: a apropriação territorial em Portugal

As formas de apropriação territorial introduzidas no Brasil a partir do século XVI têm sua origem na Idade Média ibérica, mais especificamente no processo de reconquista cristã dos territórios ocupados pelos mouros. A reconquista não raro resultou na reapropriação de territórios quase vazios, abandonados por mouros em fuga. Esses territórios pertenciam aos soberanos por direito de conquista; e, para facilitar a sua ocupação, os reis transferiram grande parte deles a particulares, em especial para a nobreza. Daí a presúria, divisão tumultuária das terras pelos vencedores.<sup>22</sup>

A progressão da reconquista acabou por extinguir a presúria. Simultaneamente à desintegração dessa forma de divisão das terras conquistadas, dois outros processos ganharam corpo: a) a autonomia de Portugal em relação ao Reino de Leão; e b) o desenvolvimento do poder local que deu origem aos conselhos municipais. Esses conselhos multiplicaram-se em terras portuguesas a partir do século XII, e “(...) passou a ser comum dotá-los de um patrimônio territorial, às vezes concedido por algum proprietário local interessado na consolidação do povoamento do lugar ou, o que foi mais comum, instituído pelo rei através de cartas de foral”.<sup>23</sup>

É na distribuição de terras dos conselhos municipais para os residentes nessas terras que está a origem do antigo sistema sesmarial, forma de apropriação territorial que se difundiu pelo sul de Portugal a partir do século XIII e se converteu em verdadeira política de povoamento. Para coibir, no entanto, pretensões territoriais desmesuradas, generalizou-se a utilização de uma variante do antigo instrumento greco-romano da enfiteuse, que ficou conhecido como sesmaria.<sup>24</sup>

A singularidade da sesmaria em relação ao contrato enfiteutico estava num único detalhe: “(...) ao contrário da obrigatoriedade de pagamento de um foro, o que se exigia era o cultivo da terra em tempo determinado. Não sendo satisfeita essa condição, o detentor do domínio eminente poderia retomar o domínio útil da gleba e outorgá-lo a outros (...) As sesmarias foram assim mais uma forma de apropriação do que de propriedade.”<sup>25</sup>

A Lei de Sesmaria de 1375 “(...) foi na realidade uma lei violenta, que não teve com o antigo sistema sesmarial senão um ponto de contato: a obrigatoriedade de cultivo como condição de posse e a expropriação da gleba ao proprietário que a deixasse inculta. No mais, tudo nela era coação, pois o seu objetivo maior era obrigar os trabalhadores rurais a permanecerem no campo. [Essa lei] introduziu um elemento importante na legislação da época, já que restituiu ao Estado o princípio da não absolutização da terra, outorgando-lhe o domínio eminente sobre todo o território, o que abria

<sup>22</sup> ABREU, 1997.

<sup>23</sup> ABREU, 1997, p. 200.

<sup>24</sup> ABREU, 1997.

<sup>25</sup> ABREU, 1997, p. 201.

caminho para combater o latifúndio e expropriar qualquer propriedade que não fosse aproveitada no tempo convencionado.”<sup>26</sup>

“Com a expansão marítima portuguesa, o instituto da sesmaria foi transposto para as conquistas (como, de resto, toda a estrutura jurídica). Grande viabilizador do processo de apropriação do território brasileiro, é impossível entender o período colonial sem que se faça referência ao sistema sesmarial que só foi abolido às vésperas da Independência.”<sup>27</sup>

### A transposição do sistema sesmarial para o Brasil

Foi através do sistema sesmarial que se teve acesso legal à terra no Brasil colônia.

Entre as três cartas régias que trouxe consigo Martim Afonso, havia uma que lhe conferia poderes para doar sesmarias a terceiros. Até mesmo a instituição do sistema de capitânicas hereditárias em nada mudou o espírito da lei. “Nos forais dados aos donatários (...) mandava El-Rei D. João III que se repartissem as terras.”<sup>28</sup>

“Se a ordem da Coroa era para que a concessão de sesmarias no Brasil fosse feita segundo estabeleciam as Ordenações Manuelinas, verdade é que a prática acabou sendo bem outra.”<sup>29</sup> A legislação reinol foi transplantada para meio totalmente diverso quase sem nenhum retoque, de tal modo que as influências diferenciadoras de espaço e tempo acarretaram na colônia resultados opostos aos obtidos em Portugal.<sup>30</sup> Entre essas diferenças, cabe o registro:

- a) do caráter perpétuo da concessão das primeiras sesmarias feita por Martim Afonso, contrariando o texto régio que estabelecia que a doação seria apenas vitalícia;<sup>31</sup>
- b) do desrespeito à determinação das Ordenações que estabelecia prazo igual ou menor do que cinco anos para que os sesmeiros lavrassem e aproveitassem a terra – “(...) ficou claro que o tempo não poderia começar a correr desde a data de doação, já que a insubmissão do indígena dificultava o aproveitamento das terras”;<sup>32</sup>
- c) da desobediência ao velho preceito das Ordenações de não transferir área de terreno superior à capacidade que um sesmeiro tivesse de aproveitá-la – “Como o sistema de produção colonial crescia por extensão, a liberalidade na concessão passou a ser a regra, sobretudo no século XVI, o que fez surgir propriedades de dimensões imensas”;<sup>33</sup>
- d) da inversão do significado do termo sesmeiro – no Brasil, “(...) ele passou a ser aplicado ao beneficiário da doação e não, como era o uso em Portugal, àquele que tinha o poder real para distribuir terras de sesmarias”.<sup>34</sup>

<sup>26</sup> ABREU, 1997, p. 203.

<sup>27</sup> ABREU, 1997, p. 203.

<sup>28</sup> ABREU, 1997, p. 205.

<sup>29</sup> ABREU, 1997, p. 205.

<sup>30</sup> ABREU, 1997.

<sup>31</sup> ABREU, 1997.

<sup>32</sup> ABREU, 1997, p. 206.

<sup>33</sup> ABREU, 1997, p. 207.

<sup>34</sup> ABREU, 1997, p. 208.

## Terras urbanas

Com “(...) a conquista foram transplantadas as praxes metropolitanas de controle territorial, dentre as quais tomou vulto, desde o início, a adoção de um sistema municipalista de base urbana e de raízes romanas, cujas manifestações foram o arraial (ou povoado), a vila e a cidade. Entre esses, apenas o arraial teve origem espontânea, resultando do agrupamento de famílias em algumas residências – chamadas fogos – que apresentavam certa contiguidade e unidade formal.”<sup>35</sup>

A vila e a cidade surgiram no Brasil sempre da ação direta ou indireta do Estado. “As vilas resultaram da decisão de donatários e governadores, que tinham o poder de criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial. A criação de cidades, entretanto, foi sempre um atributo exclusivo da Coroa. Os donatários não tinham o direito de fundá-las porque as cidades, perpetuando em si o antigo município romano, de natureza independente, só assentavam em terras próprias alodiais.”<sup>36</sup>

Os patrimônios municipais no Brasil compunham-se de sesmaria dada à *res publica* (terras do conselho) e de áreas que ficaram conhecidas como logradouros públicos (terras inalienáveis que se destinavam à serventia do povo para a pastagem do gado ou para utilidade pública e proveito comum).<sup>37</sup> “Além das sesmarias de terras, dadas a particulares para fazerem lavouras ou criarem gado, e das sesmarias dadas aos conselhos para o patrimônio municipal, os representantes da Coroa (donatários, governadores, capitães-mores etc.) doaram também outro tipo de sesmaria no Brasil colonial. Trata-se das sesmarias de chãos, ou seja, da doação de solo aos moradores dos núcleos urbanos para que ali construíssem suas casas e quintais.”<sup>38</sup>

## Alienação da propriedade territorial

A alienação das propriedades no Brasil colônia variou em função de quem era o beneficiário original. “A forma mais comum das sesmarias dadas a particulares foi a partilha pelos herdeiros. Muitas passaram de mão por dote de casamento ou por legados pios (...) Em terras de engenho, foi comum a alienação por enfiteuse (...) Embora mais raro, foram instituídos também morgados, forma jurídica segundo a qual o proprietário assegurava a transferência das terras apenas ao filho mais velho, evitando assim o seu retalhamento.”<sup>39</sup>

A venda e o arrendamento também se verificaram desde o início da colonização, o que parece uma incongruência, dada a existência de tanta terra no Brasil. Fato é que um ativo mercado de terras próximo aos centros de povoamento surgiu já no século XVI, porque mesmo que os colonos recém-chegados tivessem recursos materiais para

<sup>35</sup> ABREU, 1997, p. 213.

<sup>36</sup> ABREU, 1997, p. 213.

<sup>37</sup> ABREU, 1997.

<sup>38</sup> ABREU, 1997, p. 218.

<sup>39</sup> ABREU, 1997, p. 220.

solicitar sesmarias, as terras disponíveis já se situavam longe dos portos ou muito perto do gentio hostil.<sup>40</sup>

No tocante “(...) às sesmarias concedidas às ordens religiosas e às câmaras municipais, predominou a alienação por enfiteuse, variando, entretanto, o prazo de cessão do domínio útil”.<sup>41</sup>

### Controles, desconroles e brechas da apropriação territorial

O processo de apropriação das terras brasileiras originou uma série de conflitos em razão da imensidão das glebas concedidas e da imprecisão de seus limites.<sup>42</sup>

“Os posseiros surgiram desde o início. Não tendo acesso a terras gratuitas a não ser a grandes distâncias dos núcleos de povoamento, muitos sesmeiros potenciais optaram por ocupar porções não aproveitadas de sesmarias já concedidas. Alguns deles, ricos e poderosos, conseguiram obter legalmente essas terras, tornando letra morta a cláusula sesmarial de que a doação só era válida não tendo sido dada a terra a outrem.”<sup>43</sup>

“Nas áreas urbanas também eclodiram conflitos, seja pela apropriação indébita das terras públicas, seja devido à ocupação crescente dos terrenos localizados à beira do mar ou dos rios navegáveis, que causava empecilhos à defesa das cidades e vilas e ao transporte de mercadorias.”<sup>44</sup>

### Controles impostos às sesmarias de terras

Os controles administrativos que vigoravam no reino português mostravam-se, no final do século XVII, pouco compatíveis com as singularidades da colônia brasileira, muito mais extensa do que a metrópole, pouco povoada e sujeita a um processo de exploração de terras grandemente predatório, difícil de ser fiscalizado.<sup>45</sup>

“Tentando retomar as rédeas do processo de colonização, que lhe fugia das mãos, o governo português passou então a intervir cada vez mais nos assuntos territoriais brasileiros. Sucederam-se então as cartas régias, as disposições, as provisões, os alvarás, os avisos e os decretos, que tentaram disciplinar, às vezes de forma contraditória, a concessão de sesmarias no Brasil.”<sup>46</sup>

“O sistema sesmarial perdurou no Brasil até 17 de julho 1822, quando a Resolução 76, atribuída a José Bonifácio de Andrada e Silva, pôs termo a esse regime de apropriação de terras. A partir daí a posse passou a campear livremente no país, estendendo-se essa situação até a promulgação da Lei de Terras (Lei n° 601, de 18 de setembro de 1850) que reconheceu as sesmarias antigas, ratificou formalmente o regime das posses, e instituiu a compra como a única forma de obtenção de terras.”<sup>47</sup>

<sup>40</sup> ABREU, 1997.

<sup>41</sup> ABREU, 1997, p. 221.

<sup>42</sup> ABREU, 1997.

<sup>43</sup> ABREU, 1997, p. 224.

<sup>44</sup> ABREU, 1997, p. 224.

<sup>45</sup> ABREU, 1997.

<sup>46</sup> ABREU, 1997, p. 225.

<sup>47</sup> ABREU, 1997, p. 229.

### Controles sobre as propriedades das ordens religiosas

Grandes parceiras do processo colonizador, as ordens religiosas regulares receberam diversas sesmarias no Brasil. Além disso, o patrimônio territorial dos conventos e mosteiros começou, com o tempo, a crescer muito, seja por compra ou, o que era mais comum, graças a legados pios. “Mesmo obtendo rendas crescentes de suas propriedades, as corporações resistiam ao pagamento do dízimo, em claro prejuízo da Fazenda Real.”<sup>48</sup>

Em face do crescente poderio das ordens religiosas, das reclamações dos contratadores dos dízimos e das câmaras municipais e das crises econômicas do final do século XVII, que exigiam um redobrado esforço arrecadador, a Coroa decidiu então vigiar de perto a Igreja. Cerco que se intensificava, ainda mais, no século XVIII, para evitar que as rendas municipais fossem diminuídas por legados pios feitos às comunidades de mão-morta. “O cerco atinge o clímax em 1759, quando D. José I aboliu a Companhia de Jesus de todos os seus domínios e ordenou o confisco dos seus bens, o que fez reverter à Coroa o imenso patrimônio fundiário que os jesuítas haviam amealhado no Brasil desde o início da colonização, grande parte do qual foi vendido a particulares.”<sup>49</sup>

As demais ordens religiosas, apesar de poupadas da decisão extrema que incidiu sobre a Companhia de Jesus, não escaparam à pressão do Estado. “Foi só com a proclamação da República, e com a consequente separação da Igreja do Estado, que lhes foi dada plena liberdade para, como sociedades anônimas, administrar seus bens (...) e gerir, enfim, seu próprio destino.”<sup>50</sup>

### Os patrimônios religiosos

Muitos foram os colonos que, em virtude das elevadas despesas que o aproveitamento integral de grandes glebas envolvia, não tiveram acesso à terra no Brasil. A estes coube o transformar-se em meeiros, rendeiros, ou simples agregados dos proprietários rurais, ou seja, formaram toda uma classe de pobres livres que habitava o campo, que, no entanto, não tinha bens de raiz.<sup>51</sup>

A importância dessa população não proprietária para o setor produtivo era, entretanto, muito grande, e é por isso que outro tipo de apropriação territorial foi surgindo por toda a colônia, os patrimônios religiosos. Esses patrimônios, que tiveram na Igreja um importante ponto de apoio, consistiam em glebas cedidas por um ou vários proprietários fundiários para que os trabalhadores sem terra pudessem aí fixar residência. A cessão não se fazia diretamente a esses trabalhadores, o “(...) beneficiário era sempre o orago de uma capela já existente ou que se queria erigir no local, cabendo à Igreja,

<sup>48</sup> ABREU, 1997, p. 229.

<sup>49</sup> ABREU, 1997, p. 231.

<sup>50</sup> ABREU, 1997, p. 232.

<sup>51</sup> ABREU, 1997, p. 233.

em nome do padroeiro, administrar esse patrimônio. Para tanto, era comum a instituição de uma irmandade, que aforava então aos colonos as terras recebidas.”<sup>52</sup>

### Os terrenos de marinha

Com o progredir do povoamento, os manguezais, terrenos alagadiços imprestáveis para a agricultura e de difícil ocupação, assumiram importância vital para a economia local, pois forneciam excelente madeira para encaibrar as edificações, abasteciam de lenha os fogões domésticos e as fornalhas dos engenhos e, ademais, alimentavam multidões de crustáceos que constituíam complemento essencial da dieta alimentar das populações mais pobres.<sup>53</sup>

Por causa dessas formas de utilização, os mangues, incluídos nas glebas distribuídas de sesmária, cedo se tornaram palco de conflitos. Preocupada com tais conflitos, com a crescente ocupação dos terrenos de marinha, isto é, de todos os terrenos lindeiros ao mar, que dificultava a defesa da colônia e obstaculizava o real serviço, a Coroa passou a disciplinar essa matéria.<sup>54</sup>

### Conclusão

Pensar o passado do espaço significa buscar em tempos já idos as chaves da interpretação do presente. Para tanto, não se deve ater apenas aos vestígios concretos que ele deixou, isto é, às formas materiais que ainda subsistem na paisagem; as formas não materiais também precisam ser investigadas, como é caso das formas jurídicas que presidiram a apropriação territorial no Brasil colonial e fazem valer seus efeitos até hoje.<sup>55</sup>

### NOTAS EXPLORATÓRIAS E INTERPRETATIVAS

Ambos os autores enfocados neste capítulo se ocupam do processo de apropriação do território brasileiro pelos portugueses: o sistema de sesmarias, grosso modo, é o eixo sobre o qual gravitam os dois discursos. Santos (1995), todavia, acentua os fundamentos teológicos da conquista; põe em evidência que a territorialidade demoníaca encontra sujeição na territorialidade divina levada a efeito pelos representantes máximos de Deus na Terra, o rei e, sobretudo, o papa. A luta contra infieis pagãos, leia-se no caso brasileiro os índios, é meta que justifica a conquista, que a ela confere sentido divino.

Se no período inicial da conquista a relação com os índios, diz Santos (1995), é pacífica, se nesse período foram lançadas as bases de um recíproco entendimento e introduzida a prática do escambo, a empresa açucareira altera esse quadro e a preação do gentio torna-se a regra.

<sup>52</sup> ABREU, 1997, p. 233.

<sup>53</sup> ABREU, 1997.

<sup>54</sup> ABREU, 1997.

<sup>55</sup> ABREU, 1997.

Abreu (1997) lida com os fundamentos históricos da apropriação do território brasileiro e sua evolução para registrar as transformações que aí sofre o sistema sesmarial; põe em evidência que as realidades de espaço e lugar exigem a acomodação da norma: a realidade fundiária no Brasil nada tinha em comum com a portuguesa e a necessidade que orienta a ocupação do território admite outra natureza – era preciso tomar posse do imenso território brasileiro para preservá-lo da cobiça estrangeira, reservando-o aos interesses lusos.

Três foram, de acordo com Abreu (1997), os tipos de sesmarias a vigorar no Brasil com funções distintas: a) as sesmarias de terras, transferidas a particulares como fator de produção na empresa açucareira e na pecuária; b) as sesmarias repassadas aos conselhos municipais denominadas patrimônios municipais; e c) as sesmarias de chãos, terras destinadas aos moradores dos núcleos urbanos para a moradia. Vale notar que a imensidão das glebas concedidas, a imprecisão dos limites dessas glebas, o que teria levado a uma escassez socialmente criada da terra, alimentaram vários conflitos tanto na área rural quanto na urbana: os posseiros, agentes sociais presentes desde o início da colonização, fomentavam as disputas fundiárias em território brasileiro.

Por fim, a defesa de que as formas não materiais, de que as formas jurídicas que presidiram a apropriação territorial no Brasil precisam ser investigadas coroa o discurso de Abreu (1997), porque essas formas fazem valer seus efeitos até hoje: sem entender as normas instituídas no passado, a probabilidade de compreender bem os espaços atuais e a eficaz intervenção sobre eles é muito reduzida.

## Autoavaliação

1. De acordo com Abreu (1997), que transformações sofre o sistema de sesmarias no Brasil?
2. Quais foram os tipos de sesmarias a vigorar no Brasil? Que funções passaram essas sesmarias a desempenhar em face de uma nova realidade de espaço e lugar?

---

## REFERÊNCIAS

---

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. cap. 6, p. 107-279.

SANTOS, Fábio Alves dos. O regime de sesmarias. In: \_\_\_\_\_. *Direito agrário: política fundiária no Brasil*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. cap. 1, p. 35-54.



## Os mitos fundadores e o território brasileiro

### Objetivos

- Traçar a linhagem dos mitos que fundam a nacionalidade brasileira e estabelecer as conexões entre a valorização do espaço (horizonte teórico) e a formação territorial (objeto empírico).

### EXCERTOS DO TEXTO DE DEMÉTRIO MAGNOLI

#### Introdução

De acordo com a tese de Jaime Cortesão<sup>1</sup> sobre a formação das fronteiras nacionais, o Estado lusitano operou por recurso instrumental um mito geográfico: a Ilha-Brasil. Assim, a cartografia portuguesa sobre o Brasil refletiu e difundiu a lenda de uma entidade territorial segregada, envolvida pelas águas de dois grandes rios, cujas fontes situavam-se num lago unificador. A repetição, através de relatos e cartas, da imagem insulada do território, conferiu-lhe aceitação mais ampla e a introduziu na cartografia europeia da época. O relato tornou-se, para todos os efeitos, descrição verdadeira da terra do Brasil.<sup>2</sup>

Perseguindo o fundamento real do relato lendário, Cortesão sugere que os conquistadores teriam filtrado e traduzido informações de fonte indígena sobre a rede hidrográfica complexa e quase entrelaçada dos formadores e afluentes do Paraguai e do Madeira e Tapajós, cujos divisores submergem em pântanos e lagoas na prolongada estação das chuvas. O cerne da teoria está na postulação de uma vasta unidade ecológica dos domínios de florestas pluviais, associada à configuração de um espaço cultural indígena, fluido e poroso, correspondendo, grosso modo, à área recoberta pela Ilha-Brasil.<sup>3</sup>

#### Mito base: Ilha-Brasil

Esse relato lendário transformou-se em mito territorial sob orientação de um desígnio político. O mito da Ilha-Brasil, uma entidade

<sup>1</sup> Citado por MAGNOLI, 1997.

<sup>2</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>3</sup> MAGNOLI, 1997.

natural, indivisa e isolada, cumpriria a função de contraponto português à ordenação da empresa colonial subjacente ao Tratado de Tordesilhas e teria fornecido legitimação poderosa à vontade política expansionista da Coroa, conferindo limites geográficos alternativos para o empreendimento colonial. A Ilha-Brasil teria operado, segundo Cortesão, na construção de uma razão geográfica de Estado e na definição de um imperativo geopolítico para os três primeiros séculos da formação territorial do Brasil. O meridiano de Tordesilhas, pela lógica geográfica, representava uma abstração matemática e astronômica, assentada na ignorância do território do Novo Mundo. A razão geográfica de Estado, elaborada com base no mito da Ilha-Brasil, era portadora de uma legitimidade superior e, por essa mesma razão, a unicidade do território colonial lusitano, fruto da sua segregação insular, emanava da própria natureza. Assim, as fronteiras desenhadas pelos homens deveriam se identificar com o abraço divino dos grandes rios.<sup>4</sup>

Magnoli (1997) afirma que para Jaime Cortesão “(...) a força da noção da Ilha-Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral. No lugar dos tratados entre as coroas – e, em particular, do acerto de Tordesilhas –, ela invocava uma verdade prévia, anterior à História. Por essa via, introduzia-se a lógica da descoberta: a descoberta de uma terra preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como realidade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses. Ao invés da conquista e exploração colonial, dádiva e destino.”<sup>5</sup>

Considerada superficialmente, a proposta de Cortesão consiste na hipótese “(...) de que o expansionismo lusitano na América se serviu da lenda indígena para erguer a mitologia cartográfica da Ilha-Brasil, a fim de dissolver o limite de Tordesilhas (...) Entretanto, o sentido profundo da obra de Cortesão é outro: sobre a investigação do uso colonial da Ilha-Brasil, ele edifica uma plataforma de legitimação nacional para o Brasil.”<sup>6</sup> O discurso de Cortesão, cujo objeto aparente é um mito colonial, articula um mito da origem nacional. O Brasil atualiza e prossegue a Ilha-Brasil pré e proto-histórica, definida por um espaço cultural e pela consciência e representação desse espaço. Nessa linha, a pré-história ameríndia desempenha uma função de elo entre o Brasil histórico e a pura natureza.<sup>7</sup>

### Língua geral

“A expressão língua geral, vista por Cortesão, é a manifestação da “difusão ripária e circular do tupi-guarani”, que teria engendrado a Ilha-Brasil ameríndia, “pré e proto-histórica”. A mitologia nacional mascara, dessa forma, uma operação de apropriação histórica de um elemento cultural e de sua transformação em instrumento de

<sup>4</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>5</sup> MAGNOLI, 1997, p. 47.

<sup>6</sup> MAGNOLI, 1997, p. 53.

<sup>7</sup> MAGNOLI, 1997.

colonização e catequese. No curso dessa operação, os jesuítas inicialmente atribuíram caráter geral ao que era singular, para então, pela apropriação gramatical e pela atividade missionária, conferir uma generalidade bastante ampla à língua que tinha se tornado a sua.”<sup>8</sup>

Na verdade, “(...) a língua geral surgiu da atividade catequizadora dos jesuítas na América portuguesa, que gramaticalizaram o tupi antigo e o difundiram para os mais variados grupos ameríndios, utilizando-o como idioma oficial da conversão do gentio”.<sup>9</sup>

### **Bandeirismo: fundador de um proto-Estado brasileiro**

Diante da afirmação de que o bandeirismo funciona como vanguarda da expansão geográfica e territorial; na introdução de um sentido e de um espírito americanos, na gênese da independência, isto é, de que o bandeirismo “(...) fundou um proto-Estado brasileiro, instalando-o no interior da entidade colonial lusa”, Magnoli (1997) registra uma inversão ideológica patente: “o bandeirismo, de instrumento direto ou indireto do poder colonial nas suas estratégias expansionistas, torna-se um fator de subversão da soberania lusitana e de difusão territorial de uma nova soberania, a brasileira”.<sup>10</sup>

### **Tratado de Madri**

De acordo com Magnoli (1997), foi sutil a operação ideológica que incorporou o Tratado de Madri à linhagem dos mitos fundadores da nacionalidade brasileira: “(...) o ocultamento da moldura que o enquadrava – as disputas entre as coroas ibéricas pelo controle da América do Sul – e a invenção de outra moldura, referenciada na constituição de uma nação e um território brasileiros”.<sup>11</sup>

“O Tratado de Madri une as pontas do discurso ideológico. Absorvido como chave diplomática das fronteiras brasileiras, funciona como depositário da epopeia territorial bandeirante que (...) reafirmou o direito primordial inscrito no mito Ilha-Brasil. Assim, a realidade geográfica anterior à História franqueava o seu caminho, consubstanciando-se como realidade política: o corpo da Pátria.”<sup>12</sup>

## **CONCLUSÃO**

A nacionalidade brasileira encontra fundamento em quatro mitos: a) no mito Ilha-Brasil (mito-base); b) no mito da língua geral; c) na concepção de que o bandeirismo promovera a difusão territorial de uma soberania propriamente brasileira; e d) na operação ideológica de ocultamento que o Tratado de Madri implicava.

<sup>8</sup> MAGNOLI, 1997, p. 55.

<sup>9</sup> MAGNOLI, 1997, p. 54.

<sup>10</sup> MAGNOLI, 1997, p. 59.

<sup>11</sup> MAGNOLI, 1997, p. 75.

<sup>12</sup> MAGNOLI, 1997, p. 77.

## EXCERTOS DO TEXTO DE ANTÔNIO ROBERT DE MORAES

### Introdução

A intenção primeira de Moraes (2005) consiste em apresentar uma teoria da colonização que se funda na natureza das relações entre colônia e metrópole; daí são arroladas as particularidades do processo colonizador e sua difusão. A intenção segunda remete ao equacionamento e à superação da colonização; e, por fim, as conexões entre identidade e geografia encerram o discurso de Moraes (2005).

### Teoria da colonização

“Todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de dado grupo humano. (...) Todavia, nem toda expansão resulta diretamente em colonização, [pois] a colonização é um assentamento que apresenta certa dose de fixação e perenidade. A colônia expressa então a instalação de elemento externo (...) que passa a atuar como elemento de estruturação interna do território.”<sup>13</sup>

A colonização implica a criação de uma nova estrutura nas terras incorporadas ao patrimônio da sociedade que se expande, uma estrutura articulada com os interesses da expansão, comumente localizados no centro difusor original. “Assim, a colônia corresponde à existência de uma metrópole, que atua como núcleo irradiador do dinamismo que impulsiona a própria consolidação da colônia e o avanço do movimento colonizador. As novas estruturas criadas no solo colonial devem responder funcionalmente aos interesses da metrópole, aos quais estão subordinadas. A colônia deve ser um anexo territorial do território metropolitano, uma adição de espaço à economia do país colonizador.”<sup>14</sup>

Cada país colonizador possui sua geopolítica metropolitana, que orienta a organização do espaço imperial e depende da organização sociopolítica desse mesmo país.<sup>15</sup> É por isso que a História registra empreendimentos colonizadores de três tipos:

- a) privados, cujo paradigma é o caso holandês;
- b) estatais, caso da Espanha; e
- c) mistos, nos quais a ação privada e estatal não ficavam bem demarcadas, caso de Portugal.

Outro elemento da geopolítica metropolitana comum a qualquer processo colonial são as estruturas militares de apoio à colonização, porque a violência “(...) acompanha de forma inelutável a apropriação de novas terras quando elas possuem habitantes autóctones que devem ser submetidos ao novo poder que se instala”.<sup>16</sup>

<sup>13</sup> MORAES, 2005, p. 63.

<sup>14</sup> MORAES, 2005, p. 63.

<sup>15</sup> MORAES, 2005.

<sup>16</sup> MORAES, 2005, p. 64.

O domínio territorial que necessariamente pressupõe a colônia possui um custo; logo o empreendimento colonial tinha de gerar um retorno do investimento realizado. “Enfim, o processo colonial demandava uma retroalimentação, que só podia ser suprida pela apropriação de riquezas entesouradas ou pela exploração dos recursos naturais da terra. A presença ou ausência de tais insumos atuou como outra mediação particularizadora dos lugares no mundo extraeuropeu (...)”<sup>17</sup> e representa mais um elemento da forma pela qual a geopolítica metropolitana se manifestava.

“Na verdade, o sentido da colonização em cada território se estabelece numa conjunção entre a geopolítica metropolitana e as condições locais defrontadas pelo colonizador notadamente no tocante aos contingentes demográficos e aos recursos naturais existentes, num jogo comandado pela lucratividade do capital.”<sup>18</sup>

“O colonizador defrontava-se com realidades díspares nas variadas terras de além-mar. Em certos lugares se depara com sociedades antigas, numerosas e complexas, muitas vezes possuidoras de tecnologias bem superiores às utilizadas na Europa (...) Em outras partes, são quadros naturais quase intocados que se apresentam, com populações errantes e pouco adensadas. Em algumas paragens, as condições naturais assemelhavam-se às vigentes em terras europeias, permitindo o uso de técnicas similares de cultivo. O meio tropical, por outro lado, obriga a busca de novos procedimentos e a identificação de novos produtos. Enfim, a diversidade de situações locais imperava exigindo certa plasticidade e certa inventividade dos agentes coloniais para lograr êxito em suas instalações.”<sup>19</sup>

“Em qualquer situação, entretanto, o colonizador necessitava montar uma base de assentamento para suas operações, a qual – na sua perenização – constitui a origem do território colonial. A qualidade diferenciada das colônias repousa, em muito, no grau de sua inserção nos fluxos mercantis e na lucratividade que realizava. Nessa ênfase, diferenciam-se colônias de povoamento e de exploração. As primeiras apresentam laços mais tênues com os circuitos comerciais, logo são mais autôcentradas e autárquicas (...) As segundas, devem seu dinamismo às possibilidades de acumulação que propiciam, sendo os lugares do capital mercantil por excelência, os quais constituem na época os principais espaços capitalistas do mundo colonial.”<sup>20</sup>

Quanto à ocupação do território colonial, o padrão em que ela se estrutura volta-se para fora, isto é, “(...) a apropriação de espaços obedece a um itinerário que exprime o sentido prioritário dos fluxos (centrípetos do ponto de vista da colônia, e centrífugos na ótica da metrópole). O desenho espacial básico observado é o denominado de bacia de drenagem, em que um eixo de circulação central ramifica-se por caminhos que vão buscar as zonas de produção, e este eixo tem por destino um porto que articula os lugares drenados com os fluxos do comércio ultramarino.”<sup>21</sup>

<sup>17</sup> MORAES, 2005, p. 65.

<sup>18</sup> MORAES, 2005, p. 67.

<sup>19</sup> MORAES, 2005, p. 66.

<sup>20</sup> MORAES, 2005, p. 67.

<sup>21</sup> MORAES, 2005, p. 68.

A *colonização* é, sobretudo, uma relação sociedade-espço; relação de uma sociedade que se expande com os lugares onde se realiza a expansão: os atrativos evidentes comandam a instalação inicial dos colonizadores; e os espaços desconhecidos atuam constantemente no imaginário colonial (“os atrativos simbólicos imaginados atuaram fortemente na apropriação dos territórios coloniais, a conquista sendo também impulsionada por mitos e lendas”<sup>22</sup>). A configuração geográfica dessa expansão admite, consoante Moraes (2005) a seguinte sequência:

- a) zonas de difusão – núcleos de assentamento original que servem de base para movimentos expansivos posteriores;
- b) áreas de trânsito – trata-se de espaços sem ocupação perene e de lugares recém-ocupados com colonização não consolidada;
- c) fundos territoriais – correspondem a áreas ainda não devassadas pelo colonizador; são os sertões, lugares sob o domínio da natureza ou dos naturais;

### Equacionamento e superação da colonização

De acordo com Moraes (2005), a *colonização* pode ser equacionada como um *processo de valorização do espaço* que se realiza pelas modalidades que se seguem: a) apropriação dos meios naturais; b) transformação de tais meios numa segunda natureza; c) apropriação desses meios naturais transformados; d) produção de formas espaciais; e e) apropriação do espaço produzido.

A gradativa fixação de valor ao solo da colônia, cujo adensamento qualifica a região colonial, “(...) acaba por contribuir para a formação de um capital local, e este passa a desenvolver interesses que não necessariamente caminham no mesmo sentido do capital metropolitano. Assim, a partir de certa quantidade de capital fixado no espaço colonial, estão dadas as bases de movimentos econômicos autocentrados, que perseguem objetivos próprios de realização e acumulação.”<sup>23</sup>

A constituição de um mercado interno local e os circuitos de complementação produtiva gerados nesse processo que delineiam círculos de cooperação, responsáveis por relacionar espaços que se tornam cada vez mais interdependentes, ensejam os “(...) prototerritórios dos projetos de rompimento com a condição colonial, isto é, a área reivindicada de jurisdição dos Estados a serem criados pelos movimentos de independência”.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> MORAES, 2005, p. 69.

<sup>23</sup> MORAES, 2005, p. 71.

<sup>24</sup> MORAES, 2005, p. 71.

### Identidade e Geografia

Distinguem-se três situações típicas na formação das identidades nacionais no caso americano:

- a) povos testemunhos – constroem sua identidade com base nas raízes de um passado pré-colonial, no resgate histórico de laços identitários anteriores à colonização europeia;
- b) povos transplantados – cuja identidade se constrói com base nos traços culturais do país de imigração;
- c) povos novos – com base na mescla de influência dos diferentes povoadores da colônia se forma a identidade desses povos (o caso brasileiro é paradigmático desse tipo).

Essas três situações típicas “(...) mostram as dificuldades de equationamento da questão nacional num contexto periférico pós-colonial. Nesse contexto, as identidades não são evidentes nem se amparam numa história imemorial ou numa cultura bem diferenciada”. Em contextos periféricos as argumentações de índole geográfica ganham destaque, pois o “(...) território muitas vezes supre carências que a História e a estruturação da vida social negam ao processo de afirmação das identidades pós-coloniais”.<sup>25</sup>

### Conclusão

“Nos países de origem colonial a geografia adquire centralidade ímpar, pois se trata de formações criadas na conquista de espaços, de formações que tinham na apropriação das novas terras a sua razão de ser. Nesses países, o espaço a conquistar aparece como eixo estruturador da vida social.”<sup>26</sup>

### NOTAS EXPLORATÓRIAS E INTERPRETATIVAS

O objetivo de Magnoli (1997) é traçar a linhagem dos mitos que fundam a nacionalidade brasileira. A plataforma de legitimação nacional para o Brasil tem no mito-base, Ilha-Brasil, o centro de articulação dos outros três mitos: língua geral, bandeirismo e Tratado de Madri, ou seja, do mito-base os outros “submitos” retiram sua força e certa unidade de conjunto. O mito da língua geral estaria assentado na concepção de que a essa unidade territorial separada corresponderia uma unidade cultural, uma unidade linguística. O bandeirismo constituiria fator de subversão da soberania lusitana, de difusão territorial de uma nova soberania, a brasileira. E o Tratado de Madri funcionaria como depositário da epopeia territorial bandeirante; reafirmaria o direito primordial inscrito no mito da Ilha-Brasil.

Pôr em evidência as representações míticas que se associam ao território significa reconhecer que a nacionalidade brasileira não se descola da produção do território do Brasil. Mas qual seria o sentido de qualificar o Brasil como pátria virtual? Se o sentido de virtual é o de algo suscetível de se realizar, potencial, que contém as condições essenciais a sua realização, caberia perguntar: quais seriam os

<sup>25</sup> MORAES, 2005, p. 73.

<sup>26</sup> MORAES, 2005, p. 73.

indícios de realização dessa pátria Brasil? Os mitos sinalizam o que está em potência? A resposta é sim: a realidade geográfica anterior à história franqueia o corpo da pátria; o mito confere sentido ao discurso de uma nacionalidade territorial.

A valorização do espaço e, portanto, a construção do território pela ação humana consoante o processo de colonização está no cerne das preocupações de Moraes (2005); a análise se ocupa da dimensão empírica da formação territorial (vale lembrar que em Magnoli (1997) a atenção se volta para a dimensão simbólica, mítica, dessa mesma formação) genérica (o Brasil é apenas mais um caso) de um espaço que não tem existência própria, pois é anexo territorial da metrópole.

Para Moraes (2005), a geografia da colônia, ou melhor, as condições locais defrontadas pela colonização e a geopolítica metropolitana conferem sentido a essa mesma colonização; esta é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaço; é a resultante da conexão entre a sociedade que se expande e os lugares onde se realiza a expansão.

Quanto à fundação da nacionalidade brasileira em Magnoli (1997) e a afirmação das identidades (ou seria nacionalidades?) estatais pós-coloniais em Moraes (2005), a conexão é do imaterial ao não material: neste caso, a geografia concreta ganha voz, ou seja, em contextos periféricos, o território apresenta-se como elemento que supre as carências da história e da estruturação da vida social na afirmação das identidades; naquele caso, uma geografia “abstrata” é acionada, são as representações míticas do território que respondem pela afirmação da nacionalidade brasileira. Enfim, o território tanto num quanto noutro discurso adquire centralidade ímpar: material e/ou mítico, ele funda a nacionalidade.

## Autoavaliação

1. Sobre a investigação do uso colonial da Ilha-Brasil, Cortesão (Magnoli, 1997) edifica uma plataforma de legitimação nacional para o Brasil. Que outros mitos fazem parte dessa plataforma? Como se articulam esses outros mitos ao mito base Ilha-Brasil? Que confere a eles sua natureza mítica?
2. Para Moraes (2005), em que consiste a colonização? Por que a geografia adquire centralidade ímpar nos países de origem colonial?

## REFERÊNCIAS

---

MAGNOLI, Demétrio. O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). In: \_\_\_\_\_. *Os mitos fundadores e o território brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. cap. 2, p. 45-77.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Formação colonial e conquista do espaço. In: \_\_\_\_\_. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. cap. 4, p. 63-73.

## A consolidação da soberania portuguesa no Brasil

### Objetivos

- Analisar a forma pela qual se deu a fragmentação do território colonial na segunda metade do século XVII; pôr em evidência os processos sociopolíticos que originaram essa fragmentação e a atuação da Coroa, no campo político e diplomático, para consolidar a soberania sobre as terras brasileiras.

### EXCERDOS DO TEXTO DE ANTÔNIO ROBERT DE MORAES (CAPÍTULO 12)

#### Introdução

Depois de contínuo período de crescimento ininterrupto da economia ao longo do século XVI, o sistema mundial montado pelas metrópoles ibéricas começa a dar sinais de esgotamento e entra em crise em meados do século XVII. A tônica geral dessa fase de estagnação e depressão econômica, que atua desigualmente em cada parte do sistema, é a de retração de negócios. A falência de várias casas bancárias, e mesmo das finanças de alguns Estados, bem atesta a situação reinante. Trata-se da primeira crise do proto-capitalismo já em seu centro, que terá desdobramentos tentaculares sobre as periferias ultramarinas.<sup>1</sup>

Novo padrão de relacionamento com as colônias emerge nessa época, padrão esse que se caracteriza pela menor ênfase extrativa e por estruturas produtivas que envolvem maiores investimentos de capital e maior fixação de valor. Ocorre, dessa forma, o incremento da produção colonial, e as colônias – agora mais povoadas de europeus – despontam como mercado para os produtos metropolitanos, o que estimula políticas protecionistas para tornar esse mesmo mercado mais cativo do comércio com a metrópole.<sup>2</sup>

As colônias americanas responderam de forma diferenciada ao movimento recessivo, várias delas crescendo num contrafluxo com a situação metropolitana. Foi o caso da economia brasileira que se expandiu no período, apesar do fracionamento do território.

<sup>1</sup> MORAES, 2000.

<sup>2</sup> MORAES, 2000.

“Dos finais do século XVII a 1822, o Brasil constituiu a essência do império Português (...) Foi o Brasil que, em grande parte, levou à separação da Espanha, em 1640. Foi o Brasil que deu a Portugal os meios de se conservar independente depois.”<sup>3</sup> Nesse período, o Brasil adquire maior relevo na geopolítica colonial lusitana; o império ultramarino português ocidentaliza-se e daí a necessidade de consolidação da soberania portuguesa no território brasileiro. Durante um período de quase três décadas, os portugueses tiveram de atuar, no campo militar e diplomático, para consolidar essa soberania, para superar certas extraterritorialidades coloniais, a saber: invasão holandesa, Palmares, levantes indígenas e missões jesuíticas espanholas.<sup>4</sup>

### Invasão holandesa

A invasão holandesa de terras sul-americanas envolveu um período de 30 anos, do ataque à Bahia em 1624 à rendição de Recife em 1654, sendo mediado pela Restauração lusitana.<sup>5</sup> A Holanda, principal economia ascendente em meados do século XVII, havia sentido o fechamento do rendoso comércio do açúcar brasileiro imposto pelo governo espanhol. Assim, os “(...) ataques ao Brasil e a tomada de Pernambuco inscrevem-se no duplo propósito batavo: de expansão colonial e de combate à Espanha”.<sup>6</sup> A retomada da soberania portuguesa nas terras brasileiras vai ser marcada pelo movimento de expulsão do invasor, campanha levada a cabo fundamentalmente pelas forças locais da colônia. Esse movimento inicia-se com a retomada do Maranhão já em 1642, adquire ímpeto em Pernambuco a partir de 1645 e encerra-se plenamente em 1662, com o pagamento de polpuda indenização à Holanda.<sup>7</sup>

### Palmares

Associada à fratura na soberania lusitana, ocasionada pela invasão holandesa, a extraterritorialidade provocada por Palmares atravessou quase todo o século XVII. O quilombo de Palmares, localizado nos interstícios da produção canavieira, entre os estados de Pernambuco e Alagoas, na região da Serra da Barriga, constituiu uma organização social singular bem estruturada. “Porém, uma vez expulsos os holandeses e reorganizada a economia pernambucana, o perigo representado pelo quilombo de Palmares – o inimigo ‘das portas a dentro’ – tornou sua destruição uma prioridade para a geopolítica da colônia brasileira.”<sup>8</sup> “O ano de 1670 marca o período da guerra palmarina, que se arrastará por 25 anos, até a eliminação total do quilombo em 1694. À sua destruição concorrem bandeirantes paulistas, homens da Casa da Torre, e remanescentes das tropas de libertação de Pernambuco, compondo um exército que reproduz em muito o utilizado no extermínio indígena na Guerra dos Bárbaros.”<sup>9</sup>

<sup>3</sup> MORAES, 2000, p. 372.

<sup>4</sup> MORAES, 2000.

<sup>5</sup> MORAES, 2000.

<sup>6</sup> MORAES, 2000, p. 373.

<sup>7</sup> MORAES, 2000.

<sup>8</sup> MORAES, 2000, p. 381.

<sup>9</sup> MORAES, 2000, p. 380.

## Levantes indígenas

A Guerra dos Bárbaros, entre os anos de 1657 e 1704, inaugura um terceiro momento de confirmação da soberania portuguesa no território brasileiro. “Expulsos os holandeses e subjugados os negros, restava controlar os levantes dos índios para consolidar o pleno domínio português sobre a vasta porção do território colonial: o nordeste oriental.”<sup>10</sup> A rebelião indígena nesta zona também pode ser entendida como desdobramento do processo de expulsão dos batavos, pois uma das “preocupações constantes da política dos invasores holandeses do Brasil Oriental foi, sem dúvida, a aliança das tribos indígenas do país, aliança que procuraram angariar e manter por todos os meios”.<sup>11</sup> “A primeira etapa do conflito, entre 1657 e 1659, envolveu o sertão de Orobó, e marca a introdução de tropas paulistas no processo de repressão às tribos ‘rebeldes’. A segunda etapa, conhecida como Guerra do Aporá, vai de 1669 a 1673, tendo sido motivada pelos ataques indígenas na zona de Juquiça e de Jacobina e pela invasão da vila de Cairu.”<sup>12</sup> “A Guerra do Açú, entre 1687 e 1704, também se inscreve nesse intuito de restaurar o controle territorial português, submetendo as tribos que atuaram como explícitos aliados dos holandeses.”<sup>13</sup> Tais conflitos demonstram “(...) nova orientação adotada pelos colonizadores em face das populações autóctones: não mais a escravização ou a tentativa de integração como meta, mas a eliminação como objetivo das ações”.<sup>14</sup>

## Missões jesuíticas

As reduções jesuíticas constituíram outra área de extraterritorialidade na colônia, onde a soberania portuguesa era sombreada pela geopolítica do Vaticano: elas adensaram-se nas áreas a leste dos rios Paraná e Uruguai, a partir de 1608, exatamente para se afastarem dos núcleos de colonização espanhola, que cobriam os indígenas, e tinham por centro difusor o colégio de Assunção, que comandava o trabalho da ordem na província eclesiástica do Paraguai.<sup>15</sup> “A historiografia mais recente rejeita a tese de que foi a pobreza que impulsionou o avanço dos paulistas em busca de metais preciosos, ao contrário, credita ao desenvolvimento de uma agricultura comercial de abastecimento o móvel de uma expansão que visava à captura de escravos para uma lavoura que, em meados do XVII, já extrapolava a bacia paulistana, adentrando-se pelos vales circunvizinhos.”<sup>16</sup> “O ataque de Raposo Tavares às missões do Guairá em 1628 inaugurou um novo ciclo de apresamento dos paulistas, marcado pelo aumento significativo na escala da população aprisionada, estimada no caso entre 33.000 e 55.000 índios escravizados. (...) Em 1632, foram devastadas as missões de Itatim, na borda pantaneira. Na sequência, entre 1635 e 1641, são atacadas as missões do Tape, no atual estado do Rio Grande do Sul.”<sup>17</sup>

<sup>10</sup> MORAES, 2000, p. 382.

<sup>11</sup> MORAES, 2000, p. 382.

<sup>12</sup> MORAES, 2000, p. 383.

<sup>13</sup> MORAES, 2000, p. 384.

<sup>14</sup> MORAES, 2000, p. 384.

<sup>15</sup> MORAES, 2000.

<sup>16</sup> MORAES, 2000, p. 388.

<sup>17</sup> MORAES, 2000, p. 390.

## CONCLUSÃO

No final do século XVII, “(...) as bases da formação territorial do Brasil estavam dadas, isto é, a soberania lusitana estava reafirmada sobre uma vasta porção do oriente sul-americano, abarcando conjuntos regionais extensos, núcleos de colonização, enclaves, e uma vasta zona de trânsito e visitação na hinterlândia englobada na designação ‘sertão’. O território colonial brasileiro havia sido recomposto, *pari passu* ao próprio processo de Restauração e afirmação política do reino português.”<sup>18</sup> “Os invasores holandeses haviam sido expulsos, com a reintegração da região pernambucana, que se expandiu ao norte e a oeste, anexando as terras do sertão de fora na Guerra dos Bárbaros. O estado afro-brasileiro de Palmares fora destruído, e as terras de Alagoas colonizadas, gerando uma zona de ocupação contínua entre Pernambuco e a região baiana. A pecuária expandiu-se pelo sertão de dentro, definindo caminhos perenes que, da Bahia, demandavam as Gerais e o Maranhão (...) As reduções dos jesuítas espanhóis haviam sido desalojadas, migrando para além do rio Uruguai, abrindo campos gerais e as vacarias do sul para a exploração portuguesa.”<sup>19</sup>

Enfim, nesse período, a conformação básica do futuro território brasileiro estava posta, havia o pleno controle de uma superfície já considerável composta por núcleos de ocupação que podiam, como no caso da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro, ser considerados na escala de regiões, pois agrupavam-se em redes de povoações inter-relacionadas cujo objetivo era a constituição de um espaço de povoamento contínuo. A colônia já se integrava como um todo político e econômico que entabulava trocas e realizava ações comuns, como a defesa do território.<sup>20</sup>

Quando se diferencia o período de instalação lusitana na América do Sul do estágio posterior de dilatação territorial, a segunda metade do século XVII emerge bem demarcada como intervalo de mudança dos padrões de comportamento da ação colonizadora. A tendência mais estadista da orientação metropolitana revela bem essa modificação no agir dos governos pós-Restauração, com maior esforço na montagem de um aparato administrativo mais efetivo na colônia. As cidades começaram a adquirir maior importância no processo de ocupação e gestão do território brasileiro: os órgãos e cargos da administração reinol na colônia alocavam-se nos meios urbanos, e a hierarquia entre os núcleos estabelecia-se em muito pela competência das instituições que abrigavam. Vale lembrar que a maior presença metropolitana em solo colonial foi ocasionada pela importância do Brasil na conformação do próprio império português após a Restauração.<sup>21</sup>

<sup>18</sup> MORAES, 2000, p. 401.

<sup>19</sup> MORAES, 2000, p. 402.

<sup>20</sup> MORAES, 2000.

<sup>21</sup> MORAES, 2000.

Esse período da história brasileira “(...) permite bem matizar a distinção entre a dimensão *geográfica* e a estritamente *econômica* na interpretação de uma formação social, (...) qualifica-se como de afirmação territorial, ao mesmo tempo que registra grande retração no que importa ao desempenho da economia colonial. A ótica da Geografia é essencialmente internalista, vendo o desenvolvimento como apropriação de espaço, como fixação de valor, como perenização de relações internas, como diversificação das instalações e atividades. Assim, o balanço da segunda metade do século XVII é francamente positivo no tocante à consolidação do domínio territorial colonial.”<sup>22</sup>

### EXCERTOS DO TEXTO DE ANTÔNIO ROBERT DE MORAES (CAPÍTULO 13)

#### Introdução

A história da formação colonial brasileira que confere devido realce à dimensão geográfica sofre de um viés de origem; geralmente lança mão de posturas valorativas que veiculam ideias de cunho nacionalista: ora é a mitologização dos bandeirantes, ora é a tese geopolítica do destino manifesto. Em razão disso, muitos acontecimentos que são essenciais para compreender a conformação territorial do Brasil escapam à análise, como ocorre em relação ao período filipino.<sup>23</sup>

A crítica a esse tipo de viés geo-histórico peca, no entanto, pela perda da ótica geográfica em vários trabalhos que se dedicam a estudos de história econômica. “Com isso, uma dimensão fundamental para explicar a formação social brasileira é desconsiderada em perspectivas em que a economia se descola totalmente de sua base espacial, tornando-se a causa onipresente de toda a motivação do processo colonial.”<sup>24</sup>

#### Conquista do território: coesão e identidade social

“A colônia é um resultado da instalação lusitana nas novas terras, cujo desenvolvimento se dá com a incorporação constante de novos espaços, com a conquista e exploração de novos lugares.”<sup>25</sup> Um móvel expansionista comanda de berço a estruturação do território, dando razoável densidade explicativa à geografia na interpretação do processo colonizador, ou seja, a conquista do território apresenta-se, muitas vezes, como elemento estruturante das ações numa formação social, construída em claro movimento de apropriação e domínio de espaços.<sup>26</sup>

<sup>22</sup> MORAES, 2000, p. 407.

<sup>23</sup> MORAES, 2000.

<sup>24</sup> MORAES, 2000, p. 410.

<sup>25</sup> MORAES, 2000, p. 410.

<sup>26</sup> MORAES, 2000.

“O Brasil como entidade geográfica emerge como resultado da instalação portuguesa na América do Sul. Foi a colonização lusitana que inventou e gerou o Brasil, na apropriação das terras desconhecidas (...) Não há nenhum elemento de identidade (política, étnica, linguística ou natural) pré-colonial que agregue esta porção do planeta num conjunto unitário, que lhe dê alguma feição individualizadora ou identitária. Não existe um passado comum nem demarcações naturais que minimamente delimitem e articulem o espaço onde se constrói a colônia.”<sup>27</sup>

É a presença reiterada do colonizador que configura o território brasileiro, ou seja, “(...) é a ocupação efetiva que qualifica a colônia, que a objetiva como espaço subordinado. Portanto, o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial: trata-se da construção de uma sociedade e de um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos básicos de coesão e identidade sociais.”<sup>28</sup>

### Periodização interna que demanda a perspectiva geográfica

Uma leitura geográfica da história brasileira evidencia que “(...) a condição colonial comum não basta para caracterizar uma época com individualidade própria, dada a ampla variedade dos ritmos e processos observados na formação territorial do Brasil em seus 300 anos iniciais”.<sup>29</sup> A perspectiva geográfica demanda, de acordo com Moraes (2000), uma periodização interna que toma a espacialidade como dimensão particularizadora da História:

- a) 1500-1530 – etapa de descoberta e exploração das bordas litorâneas da colônia. As terras brasileiras são apenas um pouso na carreira das Índias, vivem um quase esquecimento;
- b) 1530-1580 – etapa de instalação efetiva. Verifica-se mudança de orientação que ocasiona o primeiro surto povoador; com clara índole geopolítica, a motivação desse movimento é de controle territorial;
- c) 1580-1640 – etapa do Brasil hispânico. Entre as modificações ensejadas pela nova soberania estão a perda de sentido da linha demarcatória de Tordesilhas, o início da significativa expansão espacial praticada no século XVII e, em especial, a fragmentação da soberania sobre o território brasileiro;
- d) segunda metade do século XVII – consolidação do domínio territorial e de integração da América portuguesa. O desalojamento dos holandeses do Nordeste, os ataques às missões jesuíticas no Sul, a destruição de Palmares e a guerra contra o gentio são fatos que confluem na reafirmação da unidade da colônia, na consolidação da sua identidade, na conformação de seu território;

<sup>27</sup> MORAES, 2000, p. 410.

<sup>28</sup> MORAES, 2000, p. 411.

<sup>29</sup> MORAES, 2000, p. 411.

e) primeira metade dos setecentos – apogeu da exploração econômica do Brasil. A descoberta das minas fornecem ao conjunto territorial brasileiro já consolidado um setor econômico dominante que polarizará as economias regionais já assentadas. A região das minas torna-se foco de atração migratória e enseja um padrão de povoamento mais urbanizador.

A segunda metade dos setecentos apresenta indícios de um novo período, agora de crise do antigo sistema colonial.<sup>30</sup>

### Conclusão

“O território colonial é a expressão espacial da formação social criada pela colonização. Suas determinações particularizam a via colonial de desenvolvimento do capitalismo, com suas singularidades e exotismos, entre estas o uso majoritário do trabalho compulsório, ressaltando-se a escravidão africana e a indígena.”<sup>31</sup>

A via colonial de formação histórica é marcada por um relacionamento todo específico para com o espaço. “No caso latino-americano, a expansão territorial e a conquista de espaços ocupam lugar central na explicação dos processos sociais, fazendo da história da formação de seus territórios um campo importante no desvendamento das particularidades desse singular capítulo da constituição do modo de produção capitalista.”<sup>32</sup>

### NOTAS EXPLORATÓRIAS E INTERPRETATIVAS

Na periodização interna da história colonial da América portuguesa consoante a perspectiva geográfica proposta por Moraes (2000), a unificação das coroas ibéricas constitui etapa chave. O Brasil hispânico deixa em suspenso a linha demarcatória de Tordesilhas, dá margem ao processo de interiorização brasileira e, sobretudo, põe em xeque a soberania portuguesa sobre o território do Brasil.

De fato, o espaço da colônia perde, nesse período, unidade política, fragmenta-se em diferentes dominações, a saber: a) a invasão holandesa do Nordeste, principal evidência dessa fragmentação territorial; b) o projeto missionário da Igreja Católica que ganha relevo nas porções meridionais do território colonial; c) o enclave soberano de Palmares; e d) os levantes indígenas.

A superação dessas extraterritorialidades permite qualificar a segunda metade do século XVII como período de consolidação do domínio territorial colonial. É esse movimento de conquista e reconquista (de superação de fraturas territoriais) do território que estrutura o sentido das ações; é isso que dá à Geografia razoável densidade explicativa, que leva Moraes (2000) a afirmar: o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial.

<sup>30</sup> MORAES, 2000.

<sup>31</sup> MORAES, 2000, p. 416.

<sup>32</sup> MORAES, 2000, p. 416.

Nascer e se desenvolver sob o signo da conquista significa, enfim, reconhecer que a sociedade brasileira encontra na construção do território um de seus elementos básicos de coesão e identidade, porque não haveria no Brasil pré-colonial nenhum elemento de identidade que a ele (Brasil) ou a ela (sociedade brasileira) viesse a conferir alguma feição individualizadora ou identitária.

## Autoavaliação

1. Moraes (2000) identifica certas fraturas (extraterritorialidades? descontinuidades?) no território brasileiro ao longo do século XVII. Que processos sociais guardam pertinência com essas fraturas? Que papel desempenha a superação dessas fraturas no tocante à formação do território brasileiro? Justifique sua resposta.
2. A perspectiva geográfica demanda uma periodização interna à história colonial da América portuguesa. Por quê? Que periodização ancorada na espacialidade como dimensão particularizadora da História sugere Moraes (2000)?

## REFERÊNCIA

---

MORAES, Antônio Carlos Robert. A consolidação da soberania portuguesa no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. caps. 12 e 13.

## O Tratado de Madri e Alexandre Gusmão

### Objetivo

- Mostrar as condições históricas e do campo de negociações que permitiram a consecução do Tratado de Madri, bem como os princípios que orientaram esse processo e o papel de Alexandre Gusmão nesse tratado.

### EXCERTOS DO TEXTO DE GOES FILHO

#### Introdução

“O século XVI, o primeiro da colonização portuguesa na América, basicamente dedicado à ocupação de pontos isolados no litoral leste, viu surgirem as entradas pioneiras. O século XVII foi o período das grandes bandeiras paulistas, trilhando o Sul e o Centro-Oeste; foi também a época da fundação de Belém, das tropas de resgate e das primeiras missões de religiosos portugueses no rio Amazonas e seus afluentes; em 1680, o governo do Rio de Janeiro funda a Colônia do Sacramento, na tentativa de assegurar a fronteira natural do Prata. A primeira metade da centúria seguinte foi o tempo das minas gerais, dos centros mineradores de Goiás e Mato Grosso e das monções cuiabanas, que ligavam Cuiabá a São Paulo; da consolidação da presença portuguesa em vários rios da Amazônia e das monções do Norte, a navegação entre Vila Bela e Belém; e, também, das lutas pela posse da colônia e das tentativas de ocupação do território que hoje se divide entre o estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai.”<sup>1</sup>

Em 1750, encerra-se a Idade de Ouro do Brasil: “(...) atingido o auge, começa a diminuir a produção aurífera do Brasil; morre D. João V, cujo reinado de 44 anos foi o mais longo da história de Portugal, e sobe ao trono D. José I, inaugurando, com seu primeiro-ministro, o futuro Marquês de Pombal, a época portuguesa do despotismo esclarecido; completa-se, com a extinção das bandeiras paulistas, um ciclo muito importante da ocupação do território brasileiro; e (...) assinam o Tratado de Madri as potências coloniais”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> GOES FILHO, 1999, p. 163.

<sup>2</sup> GOES FILHO, 1999, p. 164.

O homem que esteve no comando das negociações do tratado na Corte portuguesa foi Alexandre Gusmão.<sup>3</sup> Gusmão, paulista de Santos (...) que, depois de vários anos de vida diplomática, exerceu, entre 1730 e 1750, as funções de secretário particular de D. João V. Nesse período, teve grande influência nas decisões da metrópole sobre o Brasil, tendo sido, em especial, o principal artífice do Tratado de Madri. Foi o primeiro a expressar claramente os princípios que norteiam o acordo, princípios posteriormente chamados de *uti possidetis* e das fronteiras naturais. Esteve, ademais, no centro da política que visava a preparar fisicamente a colônia e intelectualmente a metrópole para a negociação, contribuindo num caso para consolidar a presença portuguesa em regiões estratégicas, como o Rio Grande do Sul e Mato Grosso e estimulando, no outro, os estudos cartográficos portugueses.”<sup>4</sup>

### A biografia de Alexandre Gusmão

“Nascido na vila do Porto de Santos, em 1695, era de uma família conhecida, mas de poucas posses, sendo seu pai, Francisco Lourenço Rodrigues, cirurgião-mor do presídio local. Entre 12 irmãos, três tomaram o sobrenome do amigo paterno e protetor familiar, o jesuíta Alexandre de Gusmão, escritor e fundador do Seminário de Belém, em Salvador.”<sup>5</sup>

“Com 15 anos, depois de ter estudado na Bahia, no colégio de seu padrinho e homônimo, Alexandre vai a Lisboa, onde consegue proteção real. (...) Proteção e certamente talentos, que então já se revelavam, valeram-lhe a nomeação para um posto diplomático em Paris junto ao embaixador português, D. Luís Manuel da Câmara, Conde de Ribeira Grande. Na ida passa alguns meses em Madri e ali se familiariza com o problema de que se ocupará centralmente em sua vida profissional: as fronteiras coloniais na América do Sul. Em Paris, onde ficou cinco anos, frequentou escolas superiores, tendo-se doutorado em Direito Civil, Romano e Eclesiástico.”<sup>6</sup>

“Regressa a Lisboa e é de novo designado para uma missão no exterior, desta vez em Roma, onde permanece sete anos. (...) Volta definitivamente a Lisboa em 1722 e passa a ter intensa atividade literária e acadêmica. Integra o grupo apodado de estrangeirados, favoráveis a que Portugal se liberasse das tradições anquilosadas e se abrisse aos novos ventos do Iluminismo e do Racionalismo que vinham da França e da Inglaterra.”<sup>7</sup>

Nomeado, em 1730, secretário particular de D. João V, Alexandre Gusmão torna-se nesse mesmo ano membro do Conselho Ultramarino. “A partir de então fica muito influente nas decisões do governo português, sobretudo nos assuntos de Roma (...) e nos assuntos do Brasil. Já chegou preparado para estas últimas funções:

<sup>3</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>4</sup> GOES FILHO, 1999, p. 167.

<sup>5</sup> GOES FILHO, 1999, p. 179.

<sup>6</sup> GOES FILHO, 1999, p. 179.

<sup>7</sup> GOES FILHO, 1999, p. 180.

conhecia o Brasil como ninguém e sabia como era importante para Portugal, que nessa época já havia perdido para a Inglaterra e a Holanda suas possessões orientais, assegurar-se firmemente da colônia americana, dilatada muito além de Tordesilhas. Tomando posse de seu cargo, começa o trabalho, completado em 1750, que lhe garante permanência nos anais da diplomacia do Brasil e de Portugal: acordar com a Espanha limites para o Brasil, de maneira que seu território incluísse todas as terras ocupadas pelos luso-brasileiros.”<sup>8</sup>

A mão e a mente de Gusmão veem-se em “(...) todos os atos importantes da política da metrópole em relação à colônia, nesses anos básicos para sua formação territorial, isto é, entre 1730 e 1750: a emigração de casais açorianos para ocupar o Rio Grande do Sul; a capacitação, isto é, o imposto *per capita* sobre a produção aurífera; a vinda ao Brasil de especialistas em determinação de longitudes para se ter uma ideia exata do que Portugal ocupara no continente; a defesa escrita das ocupações portuguesas na América do Sul, com argumentos extremamente sólidos”.<sup>9</sup>

Enfim, o tratado é assinado e a estrela de Alexandre Gusmão se apaga com a morte de D. João V, seu protetor, “(...) e a ascensão de D. José I, com o futuro Marquês de Pombal como primeiro-ministro. Vêm agora os tempos tristes dos ataques ao acordo e da perseguição política. Em 1753, morre abandonado, pobre, frustrado. Não faltaram amarguras em seus últimos anos, inclusive privadas, como a morte da esposa e o incêndio em que perdeu casa e bens.”<sup>10</sup>

### Madri: ocupação e transação

De acordo com Capistrano de Abreu,<sup>11</sup> “(...) a rápida expansão do Brasil pelo Amazonas até o Javari, no Mato Grosso até o Guaporé e agora no Sul, urgiu a necessidade de atacar de frente a questão de limites entre as possessões portuguesas e espanholas, sempre adiada, sempre renascente”.<sup>12</sup> “Faltava a oportunidade histórica, que surgiu com a ascensão ao trono espanhol, em 1476, de Fernando VI, genro de D. João V.”<sup>13</sup>

Ao negociarem o Tratado de Madri, os portugueses estavam em melhor posição no terreno, graças à ocupação territorial realizada em terras extra-Tordesilhas, na Amazônia e no Centro-Oeste; mas não no Sul, onde a força estava do lado dos espanhóis. Com base em documentos divulgados por Alexandre Gusmão, Goes Filho (1999) faz conhecer a intenção de cada uma das partes nessa negociação: “Portugal buscava era negociar um tratado equilibrado, que, à custa de ceder no Prata, se necessário, conservasse a Amazônia e o Centro-Oeste e criasse, no Sul, uma fronteira estratégica que vedasse qualquer tentativa espanhola nessa região, onde a balança de poder pedia para Buenos Aires. (...) Para a Espanha, o objetivo

<sup>8</sup> GOES FILHO, 1999, p. 181.

<sup>9</sup> GOES FILHO, 1999, p. 182.

<sup>10</sup> GOES FILHO, 1999, p. 182.

<sup>11</sup> Citado por GOES FILHO, 1999.

<sup>12</sup> Citado por GOES FILHO, 1999, p. 183.

<sup>13</sup> GOES FILHO, 1999, p. 183.

primeiro era parar de vez a expansão portuguesa, que comia gradativamente pedaços de seu império; depois, reservar a exclusividade do estuário platense, evitando o contrabando da prata dos Andes, que passava por Colônia; e, finalmente, com a paz proporcionada por um acordo, impedir que a rivalidade peninsular na América fosse aproveitada por nações inimigas de Madri.”<sup>14</sup>

Para a Espanha era intolerável deixar para Portugal a Colônia do Sacramento e o território adjacente, por causa do contrabando que sua posição geográfica facultava. Assim, era aconselhável a troca da colônia por uma área equivalente nos territórios de Cuiabá e Mato Grosso. “Com o correr das negociações, foi-se singularizando o território das reduções jesuíticas dos Sete Povos (...) como moeda de troca da Colônia do Sacramento (...) A Espanha concordou, ademais, em ceder os estabelecimentos que possuía na margem direita do Guaporé (...), mas em compensação ficou com o ângulo formado pelos rios Amazonas e Japurá.”<sup>15</sup>

Pouco a pouco a descrição das fronteiras entre a colônia portuguesa e a espanhola vai adquirindo precisão, e a primeira versão do tratado pouco difere do texto definitivo que Gusmão enviou a Madri no final de 1748. No início de 1749, “(...) Alexandre Gusmão também despacha a Madri, para servir de apoio visual às negociações, uma carta geográfica, elaborada sob sua supervisão, onde estavam desenhados os limites propostos nas negociações. É o primeiro mapa do Brasil, com a forma quase-triangular hoje familiar a todos. Sob o nome de Mapa das Cortes, goza de merecida fama, pois fundamental para que as tratativas chegassem aonde os portugueses queriam. Nesse mapa, que combinava habilmente cartas conhecidas e confiáveis da América do Sul, a área extra-Tordesilhas era, entretanto, bastante diminuída, o que dava a impressão de haver parques ganhos territoriais a oeste do meridiano (...) Aprovado por ambas as Cortes, foi a base tanto para as negociações, quanto para as posteriores campanhas de demarcação.”<sup>16</sup>

“O Tratado de Madri foi assinado em 13 de janeiro de 1750. Legalizava-se, assim, a ocupação da Amazônia, do Oeste e do Sul do Brasil, efetuada pouco a pouco, durante dois séculos e meio, por bandeirantes, religiosos e colonos leigos,”<sup>17</sup> e o sonho colonial do Prata era abandonado. Todavia, “(...) nos dez anos que se seguiram à assinatura do Tratado de Madri, morreram seus principais protagonistas: D. João V, Alexandre Gusmão, D. Fernando VI, sua rainha, D. Maria Bárbara, e o negociador espanhol D. José Carbajal y Lancaster. Com a assinatura do Tratado de El Pardo, em 1761, anulatório do Tratado de Madri, poderia parecer ao observador da época que a obra de Alexandre Gusmão fenecia na primeira infância. Na realidade, estava apenas começando uma longa vida, que, em suas linhas básicas, prolonga-se até hoje.”<sup>18</sup>

<sup>14</sup> GOES FILHO, 1999, p. 184.

<sup>15</sup> GOES FILHO, 1999, p. 185.

<sup>16</sup> GOES FILHO, 1999, p. 186.

<sup>17</sup> GOES FILHO, 1999, p. 187.

<sup>18</sup> GOES FILHO, 1999, p. 188.

### Ideias criativas

Sobre as seguintes proposições se assenta o Tratado de Madri: “(...) Portugal ocupou terras na América, mas a Espanha se beneficiou no Oriente; as fronteiras não mais seriam abstratas linhas geodésicas, como a de Tordesilhas, mas sim, sempre que possível, acidentes geográficos facilmente identificáveis; a origem do direito de propriedade seria a ocupação efetiva do território; e, em casos excepcionais, poderia haver troca de território”.<sup>19</sup>

Todas as ideias presentes no tratado foram suscitadas por Alexandre Gusmão; foi ele o primeiro a perceber “(...) a conveniência de se utilizarem as regras do *uti possidetis* e das fronteiras naturais para limitar as imensas áreas coloniais do centro da América do Sul. Foi também quem teve a coragem de, depois de tantas lutas, aceitar a troca da Colônia do Sacramento, reconhecendo que o desejo do Prata como limite do Brasil já não era mais realizável. Alexandre tinha a consciência de que a Espanha valorizava extremamente a posse das duas margens do rio e que, portanto, a Colônia teria um imenso valor de troca, numa eventual negociação, que deveria realizar-se assim que a conjuntura bilateral o permitisse.”<sup>20</sup>

### CONCLUSÃO – MADRI: MORTE E VIDA

“Vários são os motivos que levaram à anulação do Tratado de Madri. É certo que, no Sul, houve a Guerra Guaranítica e, no Norte, as dificuldades de demarcação revelaram-se insuperáveis.” Ademais, a “(...) deterioração das relações entre as Coroas, provocada, na Espanha, pela ascensão, em 1760, de Carlos III, um opositor do acordo, e, em Portugal, pela consolidação do poder de outro, o Marquês de Pombal, foi seguramente causa importante da rápida morte (apenas aparente, como revelou o futuro) do acordo. Pombal era contra o Tratado de Madri porque não concordava com a cessão da Colônia do Sacramento, numa atitude nacionalista, apreciada então, mas certamente exagerada em face da evidente vantagem da troca. Talvez a antipatia que o poderoso ministro nutria por seu antecessor em valimento, Alexandre Gusmão, também contribuisse para explicar sua oposição.”<sup>21</sup>

“O fato é que, em 1761, os dois países assinaram o Tratado de El Pardo, pelo qual, como reza o próprio texto do acordo, o Tratado de Madri e os atos dele decorrentes ficavam cancelados, cassados e anulados como se nunca houvessem sido executados (...) O Tratado de El Pardo criava uma pausa durante a qual se esperaria o momento propício para novo ajuste de limites.”<sup>22</sup>

Em 1777, a Espanha, num momento em que o equilíbrio de forças é modificado para pior quanto aos interesses portugueses, impôs a assinatura de um tratado preliminar de limites, que recebeu o nome

<sup>19</sup> GOES FILHO, 1999, p. 188.

<sup>20</sup> GOES FILHO, 1999, p. 188.

<sup>21</sup> GOES FILHO, 1999, p. 192.

<sup>22</sup> GOES FILHO, 1999, p. 193.

de Tratado de Santo Ildefonso. “Por esse tratado, Portugal conservava para o Brasil as fronteiras oeste e norte negociadas em Madri, mas cedia a Colônia do Sacramento, sem receber a compensação dos Sete Povos das Missões.”<sup>23</sup>

Enfim, a doutrina brasileira “(...) desenvolvida no império se apegava não ao texto do Tratado de Santo Ildefonso, que era provisório e fora anulado pela Guerra de 1801 entre as nações peninsulares, mas sim ao seu princípio fundamental, que era o mesmo do Tratado de Madri, o *uti possidetis*. Santo Ildefonso só serviria, como orientação supletiva, nas áreas onde não houvesse ocupação de nenhuma das partes envolvidas (...) No fundo, era a posse, base do Tratado de Madri, que continuava a definir o território; de certa forma, era a obra de Alexandre Gusmão que vivia para sempre.”<sup>24</sup>

<sup>23</sup> GOES FILHO, 1999, p. 193.

<sup>24</sup> GOES FILHO, 1999, p. 199.

# Autoavaliação

1. Faça um breve relato sobre as condições que ensejaram e os princípios que orientaram a elaboração do Tratado de Madri.

## REFERÊNCIA

---

GOES FILHO, Synésio Sampaio. O Tratado de Madri e Alexandre Gusmão. In: \_\_\_\_\_. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. cap. 9, p. 163-199.

## O Barão da Ponte Ribeiro e as fronteiras do império

### Objetivo

- Expor as questões fronteiriças surgidas no período imperial, os tratados que foram elaborados em razão dessas questões e o papel do Barão da Ponte Ribeiro no tocante às negociações diplomáticas.

### EXCERTOS DO TEXTO DE GOES FILHO

#### Introdução

Liberadas “(...) as nações hispano-americanas do vínculo colonial, entre 1811 e 1824, teve o recém-instaurado império do Brasil dificuldade em identificar qual era, em cada trecho da imensa fronteira amazônica, o seu vizinho”.<sup>1</sup> Às incertezas “(...) intra-hispânicas, agregavam-se as que existiam entre o Brasil e os demais países amazônicos. Os tratados de limites coloniais eram muito imprecisos, especialmente, quanto às mal conhecidas regiões das fronteiras amazônicas, o que abria enorme margem de atritos entre as comissões demarcadoras.”<sup>2</sup>

O tratado de limites assinado com a Espanha em 1777, Tratado de Santo Ildefonso, não era válido, porque além de ser preliminar necessitava da complementação “(...) de tratado posterior, definitivo, fora anulado pela Guerra de 1801, e não tivera suas cláusulas restabelecidas pelo Tratado de Paz de Badajoz. Não havendo, pois, nenhum tratado em vigor sobre fronteiras, foi preciso para estabelecê-las recorrer-se a algum princípio regulador: o que se encontrou foi o *uti possidetis*, que determina que cada parte fique com o que possui no terreno.”<sup>3</sup>

Na verdade, a doutrina da não validade de Santo Ildefonso e do consequente recurso ao *uti possidetis* para resolver problemas de fronteira foi pouco a pouco se firmando e se torna norma geral da diplomacia imperial, a partir de 1849, quando assume a pasta dos negócios estrangeiros Paulino José Soares de Souza, o Visconde do

<sup>1</sup> GOES FILHO, 1999, p. 202.

<sup>2</sup> GOES FILHO, 1999, p. 205.

<sup>3</sup> GOES FILHO, 1999, p. 206.

Uruguai. Assim, a partir da metade do século XIX, ficou claro que o Tratado de Santo Ildefonso teria apenas valor indicativo, quando não houvesse a ocupação do terreno disputado entre Espanha e Portugal.<sup>4</sup>

### A biografia do Barão da Ponte Ribeiro

Coube a Duarte da Ponte Ribeiro a primazia de ter aconselhado, no império, o uso do *uti possidetis* para resolver as questões de fronteira. No entanto, a situação era complexa, pois já havia os tratados coloniais e as negociações tinham de ser feitas com vários países, que tinham outra concepção do *uti possidetis*.<sup>5</sup>

Persistente estudioso das questões de limites, hábil negociador; talvez o diplomata que mais contribuiu para a formulação e a execução da bem-sucedida política de fronteiras do império, o Barão da Ponte Ribeiro nasceu em Portugal e “(...) veio ao Brasil com 14 anos acompanhando seu pai um dos cirurgiões da frota de D. João VI”.<sup>6</sup>

Duarte da Ponte Ribeiro formou-se em medicina e obteve sucesso na profissão, pois moço ainda chegou a ser cirurgião-mor de Niterói por designação da Câmara local. Sua vocação diplomática talvez “(...) tenha sido despertada pelas viagens de longo curso, que, como médico de bordo, costumava fazer com uma assiduidade que lhe permitiu visitar todos os continentes”.<sup>7</sup>

Em 1825, com 31 anos, Ponte Ribeiro entrou no Ministério dos Negócios Estrangeiros e permaneceu na carreira diplomática por 52 anos, “(...) até sua morte aos 83 anos, em 1878; aposentado em 1853, continuou trabalhando para o Ministério como consultor. Embora tenha começado a carreira na Europa, como Cônsul em Madri, foi a América Latina o cenário principal de sua atividade, o objeto constante de seus estudos.” A vasta experiência por ele acumulada no campo diplomático, “(...) aliada a profundos estudos da História e da Geografia da América do Sul, fizeram-no o grande especialista do império das relações do Brasil com seus vizinhos”.<sup>8</sup>

Homem de gênio forte, que não tinha medo de enfrentar adversários, se achasse que estavam em jogo interesses brasileiros ou sua honra pessoal; homem de grande inteligência, que, todavia, interessava-se excessivamente pelos pormenores, e não o suficiente pelo conjunto, Ponte Ribeiro terminou a vida com poucos amigos; tornou-se quase intratável. Não “(...) foi homem de grande prestígio internacional, como seria depois Rio Branco, nem foi personagem de decisiva influência em decisões governamentais, como havia sido Alexandre Gusmão. Não deixou um grande monumento, como o Tratado de Madri, nem foi o condutor absoluto e incontestável da política externa. (...) Mas, com seus muitos trabalhos

<sup>4</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>5</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>6</sup> GOES FILHO, 1999, p. 212.

<sup>7</sup> GOES FILHO, 1999, p. 212.

<sup>8</sup> GOES FILHO, 1999, p. 212.

sobre dezenas de trechos de nossa fronteira, com os vários tratados que negociou ou assinou, contribuiu decisivamente para construir e executar a admirável política de limites do império.”<sup>9</sup>

### O Tratado de 1851 com o Peru

As fronteiras do Brasil com o Peru são as mais distantes da costa atlântica. “Na década de 1830, o Peru já havia procurado negociar com o Brasil um tratado de limites, o que não fora possível porque o governo imperial julgou que não conhecia a área suficientemente para limitá-la corretamente, mesmo no papel. Em 1842, Ponte Ribeiro firmou um tratado com o Peru, pelo qual ambas as nações se comprometiam a demarcar a fronteira de acordo com o *uti possidetis* de 1811. O tratado não foi ratificado pelo Rio de Janeiro, mas serviu de base ao de 1851 (...)”,<sup>10</sup> que, no tocante ao *uti possidetis*, reconhecia a posse efetiva de cada uma das nações na data da assinatura.

Com base no Tratado de 1851, o império do Brasil e a república do Peru reconheceram como fronteira “(...) a povoação de Tabatinga e de aí para o Norte em linha reta a encontrar o rio Japurá defronte da foz do Apapóris (...) Ao Sul de Tabatinga, o tratado continuava com o limite colonial do Javari, até sua então desconhecida nascente. A grande novidade estava ao norte de Tabatinga, no estabelecimento de nova fronteira pela linha geodésica Tabatinga-foz do Apapóris, que fazia passar à soberania brasileira o ângulo formado pelos rios Solimões e Japurá.”<sup>11</sup>

O Tratado de 1851, cujo título oficial é Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradicação e Limites, apresenta características notáveis:

- a) “estabeleceu o padrão pelo qual todos os outros tratados de limites com as nações amazônicas seriam negociados, introduzindo a praxe de trocar facilidades de navegação pelo rio Amazonas, a porta de saída de toda a bacia, por vantagens territoriais”;<sup>12</sup>
- b) “adotou pela primeira vez, entre as nações sul-americanas independentes, o princípio do *uti possidetis*, na versão brasileira, para o estabelecimento dos limites bilaterais”;<sup>13</sup>
- c) “estabeleceu a prática salutar de se negociar apenas com uma república de cada vez, embora houvesse sempre mais de uma disputando a soberania sobre a região limitada”;<sup>14</sup>
- d) “incorporou ao Brasil uma área de aproximadamente 76 500km<sup>2</sup>”.<sup>15</sup>

<sup>9</sup> GOES FILHO, 1999, p. 215.

<sup>10</sup> GOES FILHO, 1999, p. 218.

<sup>11</sup> GOES FILHO, 1999, p. 218.

<sup>12</sup> GOES FILHO, 1999, p. 217.

<sup>13</sup> GOES FILHO, 1999, p. 217.

<sup>14</sup> GOES FILHO, 1999, p. 217.

<sup>15</sup> GOES FILHO, 1999, p. 217..

### O Tratado de 1859 com a Venezuela e negociações com a Colômbia

“Logo depois da Independência, a Grã-Colômbia e o império do Brasil tentaram, sem sucesso, negociar um tratado de limites, o que não foi possível por não haver ainda uma ideia comum das bases para uma negociação. (...) Em 1830, quando foi tripartida a república fundada por Bolívar, os entendimentos foram suspensos. Entre 1849 e 1853, o império teve um de seus maiores Ministros dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares, Visconde do Uruguai. Procurou ele resolver todos os nossos problemas de fronteiras. Encaminhou-os bem, mas na região amazônica, só conseguiu firmar em 1851, através de Duarte da Ponte Ribeiro, o acordo de fronteiras com o Peru: estabelecia a linha Tabatinga-Apapóris, traçada numa região disputada pela Colômbia. Nos dois anos seguintes conseguiu, também baseado no *uti possidetis*, finalizar as negociações de acordos com a Venezuela, em 1852, e com a Colômbia, em 1852 (...) Os acordos não foram, entretanto, ratificados pelos Congressos das duas repúblicas, contrários à fixação das fronteiras pelo princípio do *uti possidetis*.”<sup>16</sup>

“Em 1859, o Brasil celebrou com a Venezuela um Tratado de Limites e Navegação Fluvial, que, sem mencionar especificamente o princípio do *uti possidetis*, definia a mesma divisória do Tratado de 1852, reconhecendo, portanto, posses portuguesas no alto rio Negro (o Forte de São Carlos ficou, entretanto, região venezuelana). Desta vez, o acordo foi ratificado por ambos os governos, embora (...) as demarcações tenham prosseguido por mais de 100 anos, nesses confins montanhosos dos dois países. A divisa fixada começa a leste num ponto determinado do alto rio Negro (a Pedra de Cucuí, hoje a trijunção das fronteiras Brasil-Colômbia-Venezuela), e segue por curtas e quebradas linhas geodésicas até a Serra do Imeri (onde está o Pico da Neblina) e continua pela crista desta e das serras Parima e Pacaraima até o monte Roraima: basicamente a linha segue, pois, o divisor de águas Amazonas-Orinoco, já previsto em Madri.”<sup>17</sup>

“Assim que o Brasil celebrou o Tratado de 1859 com a Venezuela, o governo colombiano protestou alegando que ele dividia terras colombianas, na região do rio Negro. (...) Em 1867, o Brasil enviou a Bogotá para tentar um acordo de fronteiras Joaquim Maria Nascentes de Azambuja. Durante dois anos sustentou ali debate amigável com as autoridades locais, em particular sobre o entendimento brasileiro do princípio do *uti possidetis*. Também dessa vez não se chegou a um acordo (...) que só foi conseguido na República com Rio Branco, em 1907.”<sup>18</sup>

<sup>16</sup> GOES FILHO, 1999, p. 221.

<sup>17</sup> GOES FILHO, 1999, p. 222.

<sup>18</sup> GOES FILHO, 1999, p. 223.

## O Tratado de 1867 com a Bolívia

Já em 1837, Duarte da Ponte Ribeiro se esforçava “(...) por determinar nossos limites bolivianos, baseado, pela primeira vez no império, no princípio do *uti possidetis*. A queda do general Santa Cruz e o fim da confederação peruano-boliviana impediram a conclusão do acordo.”<sup>19</sup>

“Em 1860, Rego Monteiro, ministro do Brasil em La Paz, propunha, seguindo instruções do Ministro dos Negócios Estrangeiros, (...) novo tratado de limites, também baseado no *uti possidetis*, agora já transformado em doutrina oficial da chancelaria brasileira (...) Nessa ocasião também não se concluíram as negociações, porque a Bolívia insistia, agora, em que o Tratado de Santo Ildefonso fosse tomado como base do acordo. Em 1867, esse mesmo projeto de acordo, apoiado nos mesmos mapas, inclusive o da Linha Verde, foi representado pelo (depois) Barão de Lopes Neto, plenipotenciário em missão especial a La Paz, e, dessa vez, foi possível concluir-se a negociação, com a assinatura do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, também conhecido nos países hispânicos por Tratado Muñoz-Neto.”<sup>20</sup>

“Sobre as fronteiras, o art 2º era muito claro: “Sua majestade o imperador do Brasil e a República da Bolívia concordaram em reconhecer, como base para a demarcação da fronteira entre os respectivos territórios, o *uti possidetis*, e, de conformidade com esse princípio, declaram e definem a mesma fronteira do modo seguinte (...)” O artigo pormenorizava a seguir a linha divisória, que pode ser dividida em três trechos distintos. Ao norte, região inabitada, só conhecida por alguns intrépidos exploradores, era constituída por uma única linha geodésica, ligando a foz do Beni (no rio Madeira) às nascentes do Javari. Ao sul, os limites corriam por uma série de linhas quebradas que procuravam, ligando as lagoas de uma área pantanosa, resguardar para o Brasil os estabelecimentos brasileiros e o rio Paraguai; e reservar para a Bolívia os estabelecimentos bolivianos (como San Matias, para dar exemplo de um local onde a linha praticamente contorna o povoado). No trecho intermediário, o Tratado de 1867 confirmava o tradicional limite do Guaporé, estabelecido pelo Tratado de Madri. À exceção desse seguimento da fronteira, o único, aliás, das fronteiras amazônicas, sobre o qual nenhuma dúvida houve no século XIX, os dois outros foram muito criticados na Bolívia e em outros países de fala espanhola.”<sup>21</sup>

## CONCLUSÃO

A política do império para o Prata consistiu em “(...) defender as fronteiras sulinas e impedir que a Argentina readquirisse, à custa da independência do Uruguai e do Paraguai, as dimensões do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Essa política concentrava boa parte

<sup>19</sup> GOES FILHO, 1999, p. 224.

<sup>20</sup> GOES FILHO, 1999, p. 224.

<sup>21</sup> GOES FILHO, 1999, p. 225.

<sup>22</sup> GOES FILHO, 1999, p. 201.

das preocupações internacionais da época (...): todas as guerras de nosso passado imperial tiveram por cenário a região e se centravam, do ponto de vista brasileiro, no Rio Grande do Sul, a província que tinha mais contatos com os países vizinhos – atrações e rejeições – e por essa razão aquartelava a maior parte das tropas do país.”<sup>22</sup>

# Autoavaliação

1. Descreva o processo de elaboração do Tratado de 1851 com o Peru, do Tratado de 1859 com a Venezuela e do Tratado de 1867 com a Bolívia.

## REFERÊNCIA

---

GOES FILHO, Synésio Sampaio. O Tratado de Madri e Alexandre Gusmão. In: \_\_\_\_\_. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. cap. 11, p. 201-252.

## Adscrições territoriais: o problema da mão de obra no Brasil

### Objetivo

- Lançar luz sobre as conexões entre a mobilidade espacial da força de trabalho e os mecanismos institucionais de adscrição territorial criados no Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX.

### EXCERTOS DO TEXTO DE CARLOS VAINER

#### Introdução

Vainer (2000) sustenta a tese de que “(...) qualquer esforço para construir uma história da mobilidade não poderia se restringir a um recenseamento dos deslocamentos de população ao longo do tempo e ao largo do território; na verdade, deveria dar conta dos processos mediante os quais as exigências do regime transfiguram-se, aos olhos da sociedade e dos próprios trabalhadores, em leis naturais. Por outro lado, no que concerne à transição para o trabalho livre, momento fundador desta história, haveria que reconhecer e ler, através dos deslocamentos dos negros e dos fluxos de imigração estrangeira, diferentes estratégias e táticas de mobilização produtiva, bem como sua contraface, os diferentes modos de resistência.”<sup>1</sup>

#### A transformação do escravo liberto em proletário moderno

O sistema escravocrata sofreu com o fim do tráfico negreiro, em 1850, ruptura estrutural; e o efeito imediato dessa medida foi a elevação do preço do escravo que só podia ser suportado pelos proprietários das regiões brasileiras economicamente mais prósperas. “O tráfico interprovincial que se desenvolve vai, por algum tempo, amenizar a situação nas zonas de expansão do café, enquanto em outras partes não faltarão esforços para submeter ao trabalho forçado homens livres (...) Além do tráfico interprovincial, vai ocorrer, simultaneamente, um deslocamento do plantel de escravos engajados em serviços urbanos para as fazendas.”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> VAINER, 2000, p. 8.

<sup>2</sup> VAINER, 2000, p. 10.

“Esses mecanismos de ajuste à nova situação, no entanto, adiam a marcha de transição, sem resolver as questões que ela colocara para o conjunto da economia. (...) O trabalho escravo tem por fundamento essencial a coerção direta e imediata; e numa sociedade escravista, a concepção de trabalho é fornecida pela experiência social da relação escravista. Assim, o trabalho escravo, que a perspectiva histórica permite apreender como uma forma determinada de relação de trabalho, no âmbito da sociedade brasileira do século XIX é visto como a forma essencial do trabalho. E a coerção, que é a condição de exercício do trabalho escravo, aparece como condição de existência do trabalho em geral.”<sup>3</sup>

“Nessa sociedade, que institui juridicamente, generaliza econômica e socialmente, legitima ideologicamente o trabalho escravo, a liberdade é liberdade de não trabalhar: trabalho e liberdade são os polos de uma oposição irreduzível.”<sup>4</sup> Não cabe imaginar que, à luz desse entendimento, um homem livre pudesse trabalhar para outro sem abrir mão de sua liberdade.

O processo de emergência do trabalho livre vai pagar seu tributo a essa contradição de base. Para impedir que o escravo, uma vez liberto, realizasse sua natural vocação à ociosidade, toda uma série de leis foi votada. A Lei do Ventre Livre, de 1871, ancora-se no reconhecimento de que a transição para o trabalho livre é inevitável e constitui uma tentativa de institucionalizar a transição de maneira a garantir que ela transcorresse de forma lenta e gradual. A Lei Saraiva-Cotegipe (dos Sexagenários), de 1885, expressa uma crescente preocupação com o deslocamento dos libertos e escravos fugidos. Nessa lei, são claros os mecanismos de adscrição territorial: “o escravo do corpo marcado era agora o liberto do território demarcado”.<sup>5</sup>

“Com a chegada do ano de 1887 cresce, rapidamente, o número dos proprietários que parecem se conformar com a ideia de que a escravidão se aproxima do fim. Enquanto em certas áreas decadentes e endividadas, como o Vale do Paraíba fluminense, a preocupação principal era encontrar formas de ressarcir os proprietários pela perda do patrimônio que a abolição acarretaria, noutras partes, sobretudo em São Paulo, a preocupação era com a obtenção de braços.”<sup>6</sup>

A substituição do plantel de trabalhadores escravos da fazenda por outro contingente de trabalhadores livres vai dominar o desenlace da transição para novas relações de trabalho e nova população trabalhadora. “O processo de transformação do escravo em proletário moderno toma um rumo e um ritmo que obriga os fazendeiros a encontrarem outra saída para evitar a desorganização da lavoura. Fugindo das plantações, antes ou depois de libertos, os escravos manifestam de forma inequívoca sua maneira de ver o trabalho: (...) Às tentativas de mobilização produtiva o negro respondeu com sua automobilidade ociosa, não produtiva, vagabunda.”<sup>7</sup> A liberdade desponta então para o negro como sinônimo de não trabalho.

<sup>3</sup> VAINER, 2000, p. 10.

<sup>4</sup> VAINER, 2000, p. 10.

<sup>5</sup> VAINER, 2000, p. 12.

<sup>6</sup> VAINER, 2000, p. 12.

<sup>7</sup> VAINER, 2000, p. 15.

## A imigração internacional

As primeiras experiências de imigração dirigida para o Brasil associam-se à necessidade de aumentar a oferta de alimentos para atender à crescente demanda do Rio de Janeiro e de São Paulo. A transfiguração dessa imigração colonizadora em imigração voltada para a oferta de braços destinados à atividade cafeeira abarcou duas grandes fases: a da imigração por iniciativa privada e a da imigração por iniciativa governamental.<sup>8</sup>

“Num primeiro momento, a imigração e localização de estrangeiros foi objeto de iniciativas de fazendeiros individuais ou de sociedades formadas por grupos de fazendeiros. Recrutado na Europa, o imigrante tinha seus custos de viagem e instalação cobertos, à guisa de avanço, por um plantador, comprometendo-se, em contrapartida, a trabalhar para seu credor, e apenas para ele, até haver ressarcido a dívida (principal e juros).”<sup>9</sup>

Esse tipo de “parceria” ficava, na verdade, a meio caminho entre o trabalho livre e uma espécie de escravidão por dívidas. As duríssimas condições impostas aos imigrantes pelos contratos de parceria e a prepotência dos fazendeiros não tardariam a provocar reclamações, deserções, greves e verdadeiras revoltas. O fracasso da imigração agenciada pela iniciativa privada, por força da sua incapacidade de assegurar uma efetiva transição para o trabalho livre.<sup>10</sup>

Esse fracasso “(...) apontava de maneira quase imediata para as formas capazes de superar o impasse: era necessário desvincular o trabalhador de qualquer relação que não fosse simples prestação contratual de trabalho, era necessário eliminar a dívida que antecedia e era, na prática, o pressuposto do contrato de trabalho/parceria. Em outros termos, tratava-se de criar as condições para que, na relação de trabalho, o proprietário dos meios de produção aparecesse como devedor (...) e o proprietário da força de trabalho como credor (...).”<sup>11</sup>

A fase que se abre com o agenciamento da imigração estrangeira pela iniciativa governamental “(...) encontrará o Estado assumindo diretamente a publicidade, o recrutamento, o transporte, a recepção e a distribuição dos imigrantes entre as diferentes fazendas. Agindo desta forma, o aparelho estatal realizava, simultaneamente, dois movimentos: em primeiro lugar, assegurava a dissociação entre a viagem e realocização do imigrante da relação (contratual) de trabalho; em segundo lugar, assumia e, desta forma, socializava os custos do processo de constituição de uma oferta de trabalhadores realmente livres.”<sup>12</sup>

<sup>8</sup> VAINER, 2000.

<sup>9</sup> VAINER, 2000, p. 8.

<sup>10</sup> VAINER, 2000.

<sup>11</sup> VAINER, 2000, p. 20.

<sup>12</sup> VAINER, 2000, p. 20.

“A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre se afirma como a conjugação de dois movimentos simultâneos: a desmobilização autônoma dos negros (escravos e libertos) e a mobilização organizada dos imigrantes. Essa mobilização não foi apenas organizada, mas centralizada e organizada pelo Estado e implicava a necessidade de assegurar que os imigrantes fossem conduzidos às fazendas onde fariam seu primeiro estágio de aclimação e preparação para realizarem o sonho de ascender à propriedade.”<sup>13</sup>

O recrutamento do imigrante, o transporte e o encerramento dele na hospedaria constituiu um extraordinário modelo de controle da mobilidade espacial, o que impedia os contatos desse imigrante “(...) seja com compatriotas já estabelecidos no Brasil, seja com empregadores potenciais que não os fazendeiros”.<sup>14</sup>

Esses, no entanto, não foram os únicos mecanismos acionados no processo de conversão dos imigrantes em força de trabalho para a cafeicultura. “Já desde 1850, a Lei de Terras havia determinado que a apropriação fundiária não se poderia efetuar senão pela compra, transformando toda a terra, desta maneira, em mercadoria e condicionando ‘o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital’. O controle simultâneo do fundo de terras e dos fluxos de população imigrante assegurava o controle da localização dos trabalhadores estrangeiros.”<sup>15</sup>

## CONCLUSÃO

“Com a instalação das relações capitalistas de produção, a questão da mobilização do trabalho se impõe. (...) O processo de transformação do escravo em proletário moderno, com efeito, encontrou um extraordinário obstáculo: a recusa à mobilização produtiva por parte dos ex-escravos. (...) Os esforços para resolver o problema através de uma legislação que submetesse os libertos a um sistema de adscrição territorial mostram-se incapazes de enfrentar a rápida desagregação do regime escravista, sobretudo a partir de 1884-1885.”<sup>16</sup>

A indisciplina do escravo em face do processo que busca proletarizá-lo, sua vagabundagem, sua inconstância no trabalho são a afirmação de sua liberdade e, ao mesmo tempo, convertem-se na dificuldade de seu uso como trabalhador livre. Em virtude dessa dificuldade, a “(...) alternativa do emprego maciço dos imigrantes ofereceu uma solução imediata. Ela permitiu que, junto com a escravidão e a monarquia, não caísse por terra também todo um sistema social e econômico fundado na grande propriedade fundiária monoexportadora. E a primeira intervenção sistemática, persistente, planejada, de um Estado que rezava pela cartilha do liberalismo vai se dar exatamente na montagem de uma estrutura de mobilização e controle de localização de trabalhadores.”<sup>17</sup>

<sup>13</sup> VAINER, 2000.

<sup>14</sup> VAINER, 2000, p. 24.

<sup>15</sup> VAINER, 2000, p. 24.

<sup>16</sup> VAINER, 2000, p. 26.

<sup>17</sup> VAINER, 2000, p. 26.

“Longe estamos das teorias migratórias que veem na circulação espacial de trabalho um simples reflexo da desigual distribuição no território das oportunidades de emprego e renda. Longe estamos das concepções que postulam a disposição para migrar como um atributo natural que se atualiza pelas incitações do mercado. Na transição que aqui buscamos retrazar (...) acompanhamos a gênese do trabalho livre e também, simultaneamente, a produção de populações móveis, mobilizáveis segundo as exigências da valorização do capital. Percebemos, sobretudo, a instauração de estratégias, táticas e aparatos de mobilização e controle espacial do trabalho.”<sup>18</sup>

## EXCERDOS DO TEXTO DE CELSO FURTADO

### Introdução

A causa principal do grande atraso relativo da economia brasileira na primeira metade do século XIX foi o estancamento de suas exportações. Durante esse período, a taxa de crescimento médio anual do valor em libras das exportações brasileiras não excedeu 0,8 %, enquanto a população crescia com uma taxa anual de cerca de 1,3 %. A estabilidade dos preços de importação e a significativa queda dos preços de exportação constituem indicação clara de que a renda *per capita* declinou sensivelmente na primeira metade do século XIX. De fato, excluído o café, o valor das exportações de 1850 é inferior ao que provavelmente foi no começo do século. Entre 1821-1830 e 1841-1850, o valor em libras das exportações de açúcar cresceu em 24% com uma taxa média anual de 1,1%; o das exportações de algodão se reduziu à metade; o das de couros e peles se reduziu em 12% e o das de fumo permaneceu estacionário. Desses produtos, o único cujos preços mantiveram-se estáveis foi o fumo. Os exportadores de açúcar, para receber 24% mais em valor, mais que dobraram a quantidade exportada; os de algodão receberam a metade do valor, exportando apenas 10% menos, e os de couros e peles mais que dobraram a quantidade para receber um valor 12% inferior.<sup>19</sup>

### Gestação da economia cafeeira

Transcorridos três quartos de século (1775/1850) em que a característica dominante da economia brasileira fora a estagnação e a decadência, difícil seria, nesse período, perceber a amplitude das transformações que nela ocorreriam ao longo do meio século que se iniciava. Hoje se afigura perfeitamente claro que, para superar a etapa de estagnação, “(...) o Brasil necessitava reintegrar-se nas linhas de expansão do comércio internacional. Num país sem técnica própria e no qual praticamente não se formavam capitais que pudessem ser desviados para novas atividades, a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio

<sup>18</sup> VAINER, 2000, p. 27.

<sup>19</sup> FURTADO, 1971.

internacional. O desenvolvimento com base em mercado interno só se torna possível quando o organismo econômico alcança determinado grau de complexidade, que se caracteriza por uma relativa autonomia tecnológica. (...) Tampouco seria possível contar com um influxo de capitais forâneos em uma economia estagnada. A corrente de capitais do século XIX era principalmente de inversões indiretas. Para levantar recursos nos mercados de capitais era necessário apresentar projetos com perspectivas muito atrativas ou oferecer garantias de juros subscritas por quem tivesse necessário crédito. As possibilidades de apresentar projetos atrativos numa economia estagnada teriam de ser praticamente nulas; além disso, que crédito poderia ter o governo de um país de economia em decadência e cuja capacidade para arrecadar impostos estava cerceada? Para contar com a cooperação do capital estrangeiro, a economia deveria primeiro retomar o crescimento com seus próprios meios.”<sup>20</sup>

As possibilidades de que as exportações tradicionais do Brasil voltassem a recuperar o dinamismo necessário para que o país entrasse em nova etapa de desenvolvimento eram remotas na metade do século XIX: o mercado do açúcar tornara-se cada vez menos promissor; a situação do algodão, segundo produto das exportações brasileiras, era ainda pior do que a do açúcar; e o fumo, o couro, o arroz e o cacau eram produtos menores, cujos mercados não admitiam grandes possibilidades de expansão. A resolução do problema econômico brasileiro consistia em encontrar produtos de exportação em cuja produção entrasse como fator básico a terra. Com efeito, a terra era o único fator de produção abundante no país. Capitais praticamente não existiam e a mão de obra era basicamente constituída por um estoque de pouco mais de dois milhões de escravos, parte substancial dos quais permaneciam imobilizados na indústria açucareira ou prestando serviços domésticos.<sup>21</sup>

O café, que fora introduzido no Brasil desde o começo do século XVIII, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do país, firma-se como produto que permite reintegração brasileira nas linhas de expansão do comércio internacional na primeira metade do século XIX: no primeiro decênio da independência o café contribuía com 18% do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes, já passa para primeiro lugar, representando mais de 40% do valor das exportações.<sup>22</sup>

A produção cafeeira concentrou-se inicialmente na região montanhosa próxima à capital do país. Nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão de obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Ademais a proximidade do porto permitia solucionar o problema do transporte lançando mão do veículo que existia em abundância: a mula. Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base no aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados.<sup>23</sup> Como nessa

<sup>20</sup> FURTADO, 1971, p. 111.

<sup>21</sup> FURTADO, 1971.

<sup>22</sup> FURTADO, 1971.

<sup>23</sup> FURTADO, 1971.

fase, “(...) a economia cafeeira dispôs de mão de obra escrava subutilizada da região de antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços”.<sup>24</sup>

O segundo e principalmente o terceiro quartel do século XIX são basicamente a fase de gestação da empresa cafeeira: essa empresa permite a utilização intensiva da mão de obra escrava, e nisso assemelha-se à açucareira. Todavia, o grau de capitalização da atividade cafeeira, se comparado ao da economia açucareira, é muito baixo, porquanto se baseia mais amplamente na utilização do fator terra.<sup>25</sup>

“Ao concluir-se o terceiro quartel do século XIX os termos do problema econômico brasileiro se haviam modificado basicamente. Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída a sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de auto-financiar sua extraordinária expansão subsequente: (...) restava por resolver o problema da mão de obra.”<sup>26</sup>

## O problema da mão de obra

### Oferta interna potencial

“Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho.”<sup>27</sup>

A alta taxa de mortalidade da população escrava brasileira associada à eliminação da única fonte importante de imigração, que era a africana, chamam à baila a questão da mão de obra, que passa a exigir urgente solução.

“No caso brasileiro, o crescimento econômico era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível – a terra – mediante a incorporação de mais mão de obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão de obra. Caberia indagar: não existia uma oferta potencial de mão de obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão?”<sup>28</sup>

“O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul do país caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. (...) Dentro da economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A roça era a base da economia de subsistência. Entretanto não se limitava

<sup>24</sup> FURTADO, 1971, p. 114.

<sup>25</sup> FURTADO, 1971.

<sup>26</sup> FURTADO, 1971, p. 116.

<sup>27</sup> FURTADO, 1971, p. 117.

<sup>28</sup> FURTADO, 1971, p. 120.

a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem sua roça.”<sup>29</sup> A este interessava basicamente que o maior número de pessoas vivessem em suas terras, pois dessa forma poderia ele, no momento oportuno, dispor da mão de obra de que necessitasse. “Demais, dadas as condições que prevaleciam nessas regiões, o prestígio de cada um dependia da quantidade de homens que pudesse utilizar a qualquer momento e para qualquer fim.”<sup>30</sup>

Assim, o recrutamento da mão de obra dentro da economia de subsistência era praticamente impossível em virtude do seu alto grau de dispersão, o que exigiria grande mobilização de recursos. “Na realidade, tal recrutamento só seria praticável se contasse com a decidida cooperação da classe de grandes proprietários de terra. A experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação do poder político o que entrava em jogo.”<sup>31</sup>

“Também nas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que dificilmente encontrava ocupação permanente. As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola e às condições da vida nas grandes fazendas.”<sup>32</sup>

### A imigração europeia

O espetáculo do enorme fluxo de população que espontaneamente se dirigia da Europa para os EUA sugeria como solução para o problema da mão de obra no Brasil o fomento de uma corrente de imigração europeia.

A partir dos anos setenta do século XIX, a questão da oferta de mão de obra torna-se particularmente séria: a melhora nos preços do café fazia mais e mais atrativa a expansão da cultura. “A evolução se inicia pelo sistema de pagamento ao colono. O regime inicialmente adotado era o de parceria, dentro do qual a renda do colono era sempre incerta, cabendo-lhe a metade do risco que corria o grande senhor de terras.” Diante desse problema um sistema misto foi introduzido “(...) pelo qual o colono tinha garantida parte principal de sua renda. Sua tarefa básica consistia em cuidar de certo número de pés de café, e por essa tarefa recebia um salário anual”.<sup>33</sup>

O segundo problema a exigir solução era o do pagamento da viagem. A solução nesse caso veio do governo imperial que “(...) passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação do seu trabalho. Também devia colocar a sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de

<sup>29</sup> FURTADO, 1971, p. 120.

<sup>30</sup> FURTADO, 1971, p. 121.

<sup>31</sup> FURTADO, 1971, p. 121.

<sup>32</sup> FURTADO, 1971, p. 122.

<sup>33</sup> FURTADO, 1971, p. 127.

primeira necessidade para a manutenção da família. Dessa forma o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito a sua renda futura. Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente migratória de origem europeia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas.”<sup>34</sup>

### Transumância amazônica

Além da grande corrente migratória de origem europeia para a região cafeeira, o Brasil conheceu no último quartel do século XIX e primeiro decênio deste um outro grande movimento de população: da região nordestina para a amazônica.<sup>35</sup>

Nos fins do século XIX e começo do século XX, a borracha se transforma na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial. A evolução da economia mundial desse produto desdobrou-se em duas etapas: “(...) durante a primeira encontrou-se uma solução de emergência para o problema da oferta do produto extrativo; a segunda se caracteriza pela produção organizada em bases racionais, permitindo que a oferta adquira a elasticidade requerida pela rápida expansão da procura mundial. A primeira fase da economia da borracha se desenvolve totalmente na região amazônica e está marcada pelas grandes dificuldades que apresenta o meio.”<sup>36</sup>

Ainda mais do que no caso do café, a expansão da produção da borracha na Amazônia era uma questão de suprimento de mão de obra. Furtado (1971) estima que teria chegado aos estados do Pará e Amazonas, no período 1890-1910, cerca de meio milhão de pessoas. “Essa enorme transumância indica claramente que a fins do século XIX já existia no Brasil um reservatório substancial de mão de obra, e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Aparentemente, a imigração europeia para a região cafeeira deixou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da produção da borracha.”<sup>37</sup>

As grandes distâncias e a precariedade da situação financeira do nordestino na Amazônia reduziram-no a um regime de servidão. Entre as longas caminhadas na floresta e a solidão das cabanas rudimentares onde habitava, esgotava-se sua vida, num isolamento que talvez nenhum outro sistema haja imposto ao homem. A situação desse imigrante se agrava quando os preços da borracha declinam. “Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando.

<sup>34</sup> FURTADO, 1971, p. 127.

<sup>35</sup> FURTADO, 1971, p. 128.

<sup>36</sup> FURTADO, 1971, p. 130.

<sup>37</sup> FURTADO, 1971, p. 131.

Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de caça e pesca, foram regredindo à forma mais primitiva da economia de subsistência.”<sup>38</sup>

## CONCLUSÃO

“Na segunda metade do século XIX, não obstante a permanente expansão do setor de subsistência, a inadequada oferta de mão de obra constitui problema central da economia brasileira. (...) Esse problema foi resolvido nas duas regiões em rápida expansão econômica: o planalto paulista e a bacia amazônica. Sem embargo, não seria avisado deixar de lado outro aspecto desse problema, que aos contemporâneos pareceu ser em realidade de todos o mais fundamental: a chamada questão do trabalho servil.”<sup>39</sup>

“À semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. Na região nordestina, as terras de utilização agrícola mais fácil já estavam ocupadas praticamente em sua totalidade, à época da abolição. Os escravos liberados que abandonaram os engenhos encontraram grandes dificuldades para sobreviver. Nas regiões urbanas, pesava já um excedente de população que desde o começo do século constituía um problema social. Para o interior a economia de subsistência se expandira a grande distância e os sintomas da pressão demográfica sobre as terras semiáridas do agreste e da caatinga se faziam sentir claramente. Essas duas barreiras limitaram a mobilidade da massa de escravos recém-liberados na região açucareira. Os deslocamentos se faziam de engenho para engenho e apenas uma fração reduzida filtrou-se fora da região. Não foi difícil, em tais condições, atrair e fixar uma parte substancial da antiga força de trabalho escravo, mediante um salário relativamente baixo.”<sup>40</sup>

Na região cafeeira as consequências da abolição foram diversas. Em Minas Gerais e Rio Janeiro não houve forte incentivo para que os antigos escravos se deslocassem em massa para o planalto paulista; todavia a situação deles nessa antiga região cafeeira passou a ser muito mais favorável do que a dos ex-escravos da região açucareira do Nordeste: “(...) a relativa abundância de terras nessa região tornava possível ao antigo escravo refugiar-se na economia de subsistência”.<sup>41</sup>

No planalto paulista, para reter “(...) a força de trabalho, foi necessário oferecer salários relativamente elevados, o que provocou de imediato um afrouxamento nas normas de trabalho. Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo comprar o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente para viver. Dessa forma, uma das consequências diretas da abolição, nas

<sup>38</sup> FURTADO, 1971, p. 131.

<sup>39</sup> FURTADO, 1971, p. 136.

<sup>40</sup> FURTADO, 1971, p. 137.

<sup>41</sup> FURTADO, 1971, p. 139.

regiões em mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho.”<sup>42</sup>

### NOTAS EXPLORATÓRIAS E INTERPRETATIVAS

A análise de Carlos Vainer sobre a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil orienta-se segundo o pressuposto teórico de inspiração marxiana de que a mobilidade da força de trabalho constitui condição necessária e suficiente da gênese do capitalismo. Essa mobilidade está sujeita a constrangimentos impostos pela busca de emprego; resulta, portanto, de exigências do próprio regime capitalista, exigências transfiguradas aos olhos dos próprios trabalhadores em leis naturais.

Não está, todavia, inscrito na natureza das coisas que os que possuem apenas sua própria força de trabalho a oferecerão no mercado e se submeterão às exigências desse mesmo mercado. Assim, a construção da história da mobilidade deve dar conta tanto das diferentes estratégias e táticas de mobilização produtiva, bem como dos diferentes modos de resistência.

Se o trabalho escravo tem por fundamento essencial a coerção direta e imediata, essa mesma coerção aparece como condição de existência do trabalho em geral, daí para o escravo a liberdade só podia ser a liberdade de não trabalhar; sua vocação natural só podia ser a ociosidade. Para impedir que o escravo liberto no Brasil realizasse essa vocação natural, é que um conjunto de leis foi criado; leis que expressavam uma crescente preocupação com o deslocamento dos libertos e escravos fugidos; leis que instituíram claros mecanismos de adscrição territorial.

A automobildade ociosa, não produtiva, vagabunda do escravo liberto pode ser vista como um dos componentes do que Furtado denomina de problema da oferta interna de mão de obra no Brasil. A esse componente do problema somam-se outros três que acentuam, mais precisamente no terceiro quartel do século XIX, a escassez da força de trabalho no território brasileiro: a) a alta mortalidade da população escrava; b) o fim do tráfico negreiro; e c) a impraticabilidade de recrutamento da mão de obra excedente no setor econômico de subsistência.

Assim, ao final do terceiro quartel do século XIX, lembra Furtado que a economia brasileira encontrara um produto que permitiria reintegrá-la nas correntes em expansão do comércio internacional: o café; restava resolver, no entanto, o problema da mão de obra.

A solução para esse problema veio com o fomento à imigração europeia para o Brasil. Também, nesse caso, táticas de mobilização produtiva foram empregadas para a conversão dos imigrantes em força de trabalho para a cafeicultura. Entre os mecanismos empregados nessa

<sup>42</sup> FURTADO, 1971, p. 140.

conversão encontram-se o recrutamento, o encerrar o imigrante na hospedaria para evitar que ele tivesse contato com seus compatriotas ou com empregadores potenciais que não fossem fazendeiros, o encaminhamento dele para a fazenda de café e a Lei de Terras que condicionava o acesso a terra à posse prévia de capital. Ao passo que o negro recusa toda a tutela na determinação de sua localização, o imigrante internacional, no que deixa transparecer o discurso de Vainer, vê-se obrigado a aceitá-la.

Resta retomar finalmente o que Vainer não faz notar em relação à vagabundagem do escravo libertado e Furtado põe em evidência: uma espécie de geografia do ócio; esse ócio (vagabundagem) não era algo que estivesse ao alcance de todos os escravos libertos, ele foi realizado na região que oferecia salários relativamente elevados (São Paulo), que oferecia as condições para satisfazer os gastos de subsistência do ex-escravo com dois ou três dias de salário. Se há uma geografia do ócio, há também uma geografia da resistência à conversão do escravo em trabalhador livre. Controle e resistência ao controle, fluxos e fixos admitem a singularidade que a eles confere o espaço.

# Autoavaliação

1. Que diferença de ordem socioespacial existe entre a explicação dada por Carlos Vainer (2000) e por Celso Furtado (1971) no tocante ao exercício da liberdade pelo escravo liberto?

## REFERÊNCIAS

---

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. caps. 19, 20, 21, 22, 23 e 24, p. 106-141.

VAINER, Carlos Bernardo. Do corpo marcado ao território demarcado. *Cadernos de Migração*, São Paulo, n. 7, p. 4-30, jun. 2000.

## A unidade territorial brasileira

### Objetivo

- Explorar os vínculos entre a independência, a unidade territorial e a identidade nacional do Brasil.

### EXCERTOS DO TEXTO DE DEMÉTRIO MAGNOLI

#### Introdução – O império na História: o projeto continuísta

“A transição da América Lusitana para o Brasil independente realizou-se como processo essencialmente conservador tanto na sua dimensão política como territorial. Caso único no continente, a Independência do Brasil representou uma reação aos ventos liberais e revolucionários que sopravam da Europa, da América do Norte e do entorno hispânico. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro (1807) e a transição do Reino Unido (1815-1822) consubstanciaram o projeto de estabelecimento de um império aristocrático e escravista nos trópicos.”<sup>1</sup>

A transferência geográfica da Corte portuguesa para o Brasil, “(...) que culmina na Independência, ou melhor, o desenlace pelo qual o regente Pedro unificou o poder monárquico às ambições nativas de independência materializou uma opção específica da Corte, que consistiu, ao mesmo tempo, na reação à Revolução Liberal do Porto de 1820 e na efetivação de um antigo projeto político ideológico lusitano”.<sup>2</sup>

Muito mais do que a retirada circunstancial da Corte determinada pela ocupação francesa de Portugal em 1807, a transmigração corporificou, “(...) ainda que determinada por revés militar, a ocupação francesa de Portugal em novembro de 1807, foi muito mais que uma retirada circunstancial, corporificando um projeto que tinha bases nos dois lados do Atlântico: o estabelecimento de uma nova monarquia mundial. Tratava-se de realizar um desígnio de grandeza ou um destino nacional. Por essa via, a transferência

<sup>1</sup> MAGNOLI, 1997, p. 79.

<sup>2</sup> MAGNOLI, 1997, p. 80.

geográfica da Corte, definida nos termos frios da política de poder europeia, aparecia como um novo começo, glorioso, e materialização da vocação expansionista lusitana.”<sup>3</sup>

Ao longo do período que medeia a transferência da Corte e a Independência, o “(...) projeto grandioso do Conde de Linhares de estabelecer um vasto e geral sistema de comércio que comportava a aliança com a Inglaterra e conferia ao Brasil a posição de entreposto entre a Europa e a Ásia dissolveu-se sob o peso de um contexto diplomático adverso e da divisão de pontos de vistas estratégicos entre os portugueses. Os altos círculos da Corte dividiram-se em correntes antagônicas a respeito do futuro do Brasil e de Portugal na estrutura de uma monarquia tricontinental. Os opositores de Linhares apegavam-se às prerrogativas históricas de Lisboa, não aceitavam o Rio de Janeiro como sede da monarquia transatlântica e encaravam o Brasil como expediente conjuntural.”<sup>4</sup>

“A divisão na Corte nutria-se das repercussões do Tratado de 1810. Negociado secretamente no momento da transmigração, ele concedia desmesurados privilégios aos britânicos, funcionando como argumento dos que, em Portugal, recusavam-se a aceitar o Brasil como sede da monarquia reestruturada. Em consequência tomava corpo no Rio de Janeiro a opção por um império exclusivamente americano, introduzindo-se a hipótese de renúncia ao berço ibérico.”<sup>5</sup>

O decreto que elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, de dezembro de 1815, refletiu um estágio momentâneo de equilíbrio entre as correntes que preconizavam a primazia do Brasil ou de Portugal e destinou-se a defender a presença da Europa restauracionista no Novo Mundo, em meio ao avanço republicano na América hispânica. Assim, a oportunidade e o formato dessa medida derivaram do restauracionismo triunfante em Viena e das necessidades diplomáticas de prestígio da Corte de São Cristóvão nas suas relações com as congêneres europeias.<sup>6</sup>

“O desenlace de 1822 foi condicionado pelas duas revoluções liberais que, no Brasil e em Portugal, dramatizaram as ameaças que pesavam sobre a dinastia. A Revolução Pernambucana de 1817 proclamou a República e voltou-se para a França e os Estados Unidos, em busca de reconhecimento internacional. A Revolução do Porto, por sua vez, refletiu a explosão da tensão acumulada pelo caráter bifronte da monarquia, destruindo o que restava do projeto joanino original; na sua base, foi uma tentativa de emancipação da antiga metrópole em relação a um governo imperial instalado na América.”<sup>7</sup>

Nessa linha de acontecimentos, a Independência, reação conservadora, aristocrática e continuísta de D. Pedro I, “(...) configurava a permanência do projeto original da transmigração nas novas

<sup>3</sup> MAGNOLI, 1997, p. 81.

<sup>4</sup> MAGNOLI, 1997, p. 82.

<sup>5</sup> MAGNOLI, 1997, p. 83.

<sup>6</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>7</sup> MAGNOLI, 1997, p. 84.

condições, desfavoráveis, geradas pela emergência do movimento liberal. Contudo, o seu sucesso dependia da capacidade do novo Estado imperial de congregar as elites estabelecidas no Brasil e representar eficazmente os seus interesses no cenário internacional. O problema – a um tempo geográfico, geopolítico e ideológico – da unidade territorial está associado a essa tarefa vital do império.”<sup>8</sup>

### **Unidade territorial: papel do império no plano interno e externo**

Fatores internos e externos respondem pela manutenção da unidade territorial brasileira. No plano interno, a explicação organiza-se em torno do escravismo, visto como lastro do consenso monárquico que envolveu oligarquias regionais na sustentação da monarquia e, ainda, como poderosa soldadura territorial. O centro político, materializado nas instituições monárquicas, teria de funcionar como gestor dos múltiplos e eventualmente conflitantes interesses das oligarquias dominantes que se distribuíam de maneira irregular pela imensidão do território. “A fragilidade do conjunto residia na sua precária coesão, em razão da fratura de descontinuidade social representada pela instituição da escravidão, a qual, não obstante, era o alicerce do Estado a ser preservado. Paradoxalmente, o sucesso histórico do império derivou dessa fonte de fraqueza que, funcionando como polo aglutinador dos interesses oligárquicos principais, possibilitou a concentração do poder político.”<sup>9</sup>

“A associação entre a instituição da escravidão e a construção da unidade territorial adquire sentido e concretude quando se considera o ambiente internacional da primeira metade do século XIX. O domínio dos mares pela potência britânica, e a campanha movida contra o tráfico negreiro representavam desafios intransponíveis para as oligarquias regionais escravistas, que precisaram se conformar com a prioridade monárquica: a manutenção do tráfico ilícito continha implicações diplomáticas e militares que ultrapassavam consideravelmente a margem de manobra de qualquer das regiões, demandando um poder central forte e funcionando como freio às veleidades autonomistas provinciais.”<sup>10</sup>

A unidade territorial não estava nem de longe assegurada no momento da ruptura com a metrópole portuguesa. Antes, pelo contrário: o império enfrentou um sem-número de revoltas que, explícita ou subterraneamente, ameaçaram implodir o território precariamente reunido sob a autoridade da Coroa. No entanto, o império logrou transformar os domínios coloniais portugueses numa unidade geopolítica, esmagando impiedosamente as rebeliões de cunho separatista, o que contrasta com o processo disruptivo que fragmentou a América hispânica.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> MAGNOLI, 1997, p. 84.

<sup>9</sup> MAGNOLI, 1997, p. 85.

<sup>10</sup> MAGNOLI, 1997, p. 86.

<sup>11</sup> MAGNOLI, 1997.

No plano externo, a unidade do território brasileiro guarda relação com o interesse britânico, a um só tempo comercial e estratégico, enxergando no império um amplo mercado potencial e uma base de operação para o domínio da América do Sul.<sup>12</sup>

“Com a imposição da proibição do tráfico aos seus súditos, a Grã-Bretanha deflagrava a campanha para a eliminação do comércio negreiro internacional. A limitação crescente da liberdade de tráfico foi o preço pago pelo governo do Rio de Janeiro pela obtenção do reconhecimento diplomático da independência (...) Todavia, a instituição da escravidão tinha raízes poderosas no Brasil e, pelo menos até o período regencial, aparecia como um consenso abrangente: mesmo as rebeliões do Primeiro Reinado eximiram-se de reivindicar a abolição. Nesse quadro, o império desempenhava consistentemente uma função diplomática crucial para o conjunto heteróclito das oligarquias nativas, ao resistir às pressões britânicas e lançar mão de todos os subterfúgios capazes de adiar o desenlace inevitável.”<sup>13</sup>

“A fase que se estende da Independência até a Lei Eusébio de Queiroz constituiu uma transição turbulenta de consolidação do Estado imperial. A defesa da escravidão e, em especial, do tráfico representou o instrumento essencial para o enraizamento do regime monárquico. A política externa funcionou, então, como elemento central da construção do próprio Estado (...) Ao atuar no plano externo como escudo protetor das oligarquias escravistas, a monarquia opera pela atração e fusão dos interesses da elite e o Estado imperial enraíza-se como leito de unidade da classe senhorial, que se constitui como camada social e se expande na arquitetura institucional provida por essa mesma monarquia. No plano ideológico, a consolidação do Estado imperial, realizada no ambiente da defesa do escravismo, implicava a reiteração de uma postura antiliberal e a reivindicação conservadora da singularidade da nação brasileira.”<sup>14</sup>

O império não deveria ser visto como Estado pré-nacional em razão de sua natureza oligárquica, mas em virtude de ter se assentado na escravidão. Foi a escravidão – esse obstáculo decisivo à formação de um Estado nacional – que funcionou como alicerce da unidade territorial forjada pelo império. A unidade do território apareceu, desde o início, como um traço crucial da imagem na qual se reconhece o Estado imperial.

“A versão segundo a qual a colonização portuguesa legou um território unificado é frequentemente sustentada sobre a base de uma pretensa centralização da administração colonial. Contudo, efetivamente, o modelo administrativo português operou muito mais pela descentralização que, num aparente paradoxo, possibilitava um controle mais seguro e estável sobre os territórios do Novo Mundo. As unidades básicas da colonização foram as capitânicas, que

<sup>12</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>13</sup> MAGNOLI, 1997, p. 122.

<sup>14</sup> MAGNOLI, 1997, p. 123.

<sup>17</sup> VAINER, 2000, p. 26.

concentravam os aparatos governamentais elementares e jamais estiveram realmente subordinadas à autoridade difusa e limitada dos governos gerais.”<sup>15</sup>

“A construção da unidade territorial brasileira foi um empreendimento do Estado imperial. Essa unidade foi produto e partícipe do processo de formação do Estado brasileiro. Tal formação, iniciada com a transmigração, definiu-se política e ideologicamente pela associação das noções de continuidade – materializada na dinastia de Bragança – e de ruptura – expressa na Independência de 1822. Mas a substância desse empreendimento consistiu na articulação dos interesses das oligarquias regionais no interior das instituições da monarquia parlamentar.”<sup>16</sup>

“O acomodamento das oligarquias no leito do Estado imperial processou-se tanto pela conciliação como pela repressão. O debate renitente entre as prerrogativas do poder central e as exigências dos poderes regionais locais, que sacudiu o Primeiro Reinado, foi em grande medida resolvido pelo Ato Adicional de 1834, através da fórmula de equilíbrio: a criação das assembleias legislativas provinciais com a preservação da regra de nomeação dos presidentes de província pelo governo central. Por essa via, estabeleciam-se as molduras para a formação de consensos regionais e para o diálogo entre as oligarquias e o núcleo do poder imperial. Concomitantemente, intensificava-se o uso dos mecanismos de cooptação das elites regionais para os ministérios e o Conselho de Estado, o que tornava viável a constituição de um estamento político legítimo aos olhos das diferentes facções oligárquicas.”<sup>17</sup>

“A política externa imperial ocupou um lugar primordial na construção da unidade territorial. O sentido de continuidade e permanência da herança lusitana e colonial serviu de fundamento doutrinário para uma política exterior conduzida, em regra, pelas mais influentes lideranças do império (...) Os eixos dessa política – traduzidos na resistência às pressões antiescravistas britânicas e em estratégias continentais para as bacias platina e amazônica – figuravam como pontos de referência para a incorporação das oligarquias ao regime monárquico, lastreando consensos elitistas bastante gerais. A política de fronteiras conduzida nas duas bacias e o imaginário geográfico assentado na noção da preservação da herança lusitana alimentaram-se mutuamente, gerando uma consciência nacional que antecedeu ao próprio surgimento de um Estado nacional.”<sup>18</sup>

### O império e a identidade nacional

O império é uma solução para a crise, para o esgotamento institucional, que soluciona o problema pela via do deslocamento da unidade no sentido vertical: no centro e no alto do regime imperial figura o imperador, que subordina e integra as instâncias inferiores

<sup>15</sup> MAGNOLI, 1997, p. 127.

<sup>16</sup> MAGNOLI, 1997, p. 129.

<sup>17</sup> MAGNOLI, 1997, p. 130.

<sup>18</sup> MAGNOLI, 1997, p. 131.

do poder, provendo um quadro de coesão e unificação. “O poder imperial surge como resposta à ameaça da desintegração republicana: como instrumento da unidade política e territorial. De certo modo, a centralização real e simbólica das instituições políticas substituía um (inexistente) substrato integrador social e econômico.”<sup>19</sup> Diversamente dos vizinhos hispano-americanos, a independência não constituiu ruptura, pois o Brasil era Reino Unido, não colônia.

“O conceito de nação apareceu no Brasil como reação ao Movimento Constitucionalista do Porto de 1820. A exigência dos portugueses quanto ao retorno de D. João VI deflagrou a tentativa recolonizadora que acabou por precipitar a ruptura de 1822. Assim, o deslocamento da fonte de legitimação do poder para os representantes do povo rompia o vínculo institucional entre os habitantes do Reino e os do Brasil e significava a exclusão e a submissão dos segundos. Tal postura exigia uma elaboração, por parte dos brasileiros, sobre a sua própria definição nacional.”<sup>20</sup>

“O processo dessa elaboração pode ser seguido através da evolução do pensamento de José Bonifácio. Se, no início, ele não é contrário aos princípios defendidos pelas Cortes – ainda que defenda com ardor a autonomia administrativa brasileira no quadro de um império unido –, à medida que a tentativa recolonizadora avança, as coisas mudam de figura: a utilização dos termos território brasileiro, pátria e, finalmente, nação é alterada nos textos de Bonifácio. É o que se verifica no caso do Manifesto de 6 de Agosto às Nações Amigas, pois mesmo acreditando na possibilidade de uma monarquia dual, o Andrada passa a referir-se a uma nação brasileira, bem como a um caráter e uma vontade geral do Brasil. Começava-se a organizar o império, e era necessário localizar as bases sobre as quais seria fundamentado o poder do Estado. Nesse momento, nasce uma nação brasileira.”<sup>21</sup>

Constitui erro ter deste regime, o império, “(...) a imagem simplificada de tranquilo domínio de senhores de terra e de donos de escravos ou de uma autocracia burocrática. O império estruturou-se com a finalidade de construção da ordem, ou seja, de integração das oligarquias regionais no Estado brasileiro que se edificava. Esse Estado era distinto das suas bases oligárquicas, ainda que a sua missão consistisse em abrangê-las sob o seu manto, interpretando num sentido unificador os seus interesses particularistas.”<sup>22</sup>

“O centralismo político e administrativo do Brasil imperial, que consagrou o poder do Executivo sobre as esferas regionais e locais, evidencia a distinção entre o Estado e as oligarquias. Todavia a oposição dogmática entre o império e o federalismo não deve causar nenhuma surpresa, quando se tem em conta que a unidade territorial do país, longe de constituir um pressuposto, aparecia como desafio para o Estado erguido sobre as ruínas do poder colonial português.”<sup>23</sup>

<sup>19</sup> MAGNOLI, 1997, p. 88.

<sup>20</sup> MAGNOLI, 1997, p. 91.

<sup>21</sup> MAGNOLI, 1997, p. 92.

<sup>22</sup> MAGNOLI, 1997, p. 92.

<sup>23</sup> MAGNOLI, 1997, p. 93.

“A questão da unidade, estreitamente relacionada com a da continuidade, funcionou como fonte originária de legitimação do regime implantado em 1822. O novo arranjo carregava em si a ideia de permanência e perpetuidade, por oposição à sensação de transitoriedade e caos das instituições precedentes, em dissolução. O império é o resgate do que se desmancha, e a promessa de glória, conquista e estabilidade no futuro: o império foi sempre visto como instrumento necessário para a salvação de todo aquele mundo a ele ligado.”<sup>24</sup>

A nação brasileira não é filha da revolução, mas da Restauração. A elaboração do nacionalismo no Brasil, realizada no ambiente histórico do império, “(...) manipulou signos da continuidade, construindo uma identidade nacional e um sentido de destino amparados no passado. Sob esse aspecto, os mitos fundadores brasileiros distinguem-se radicalmente dos americanos, cuja fonte é a ideia de ruptura. A distinção reflete trajetórias históricas e geopolíticas contrastantes. Nos Estados Unidos, a independência foi o fruto da revolução, que significava a ruptura sob três registros: o geográfico, pela separação entre o Novo e o Velho Mundo; o ideológico, pela instalação do contrato social no lugar do direito dinástico; e o institucional, pela fundação da República. No Brasil, a independência foi uma manobra continuísta, destinada a conservar a dinastia pela transferência geográfica da sede do império. Como consequência, a produção da identidade nacional operou através da assimilação do passado colonial: o Brasil independente é a reafirmação do Brasil português, ou seja, o Brasil português prefigura o Brasil independente.”<sup>25</sup>

Em face da postura eurocêntrica da elite imperial, que se considerava uma parte da civilização europeia condenada aos trópicos, a Coroa funcionava como um passaporte de duplo significado: no plano diplomático, introduzia o Brasil no círculo das monarquias europeias; no plano simbólico, conferia a legitimidade proveniente da tradição. Convencida de que o Brasil pertencia à esfera da civilização cristã europeia, a elite imperial considerava que todo o esforço deveria ser feito para conformá-lo aos padrões dessa civilização. Todavia, a percepção dessa elite sofria de uma ambiguidade, pois a elevada imagem que fazia de si mesma não tinha correspondência com a imagem que fazia do país; daí a necessidade de levar à frente um programa de ação – civilizar o Brasil.

Como parte desse programa de ação, que tinha a ambição de elevar o país à altura da sua classe dirigente, tornando-o digno de figurar no mundo civilizado, nasceram os institutos históricos e geográficos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi o pioneiro, organizando-se em 1838, para produzir uma tradição nacional, para operar uma seleção e uma interpretação do passado, isto é, para inventar uma história da nação. A publicação da História Geral do

<sup>24</sup> MAGNOLI, 1997, p. 93.

<sup>25</sup> MAGNOLI, 1997, p. 94.

Brasil de Varnhagen,<sup>26</sup> um dos mais célebres secretários do IHGB, assinala o marco inicial da historiografia nacional.

“Desde o início, a historiografia investiu na noção da comunhão das etnias constitutivas do país. Os institutos participaram dessa empreitada e foram uma das principais fontes do caudal de ensaios sobre o assunto que se formaria mais tarde. A comunhão étnica constitui um pilar da identidade nacional; remete ao passado colonial e à vasta mitologia da mestiçagem – a gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desgajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África e os europeus aqui residentes – que serve ao objetivo de inventar uma entidade homogênea: o povo brasileiro.”<sup>27</sup>

Temário recorrente na historiografia oficialista, a fusão das três raças constitutivas da nacionalidade faz o Brasil pulsar dentro da entidade colonial lusitana na América. Todavia, essa fórmula extraordinariamente feliz de adaptação do homem ao trópico, de acordo com Darci Ribeiro,<sup>28</sup> essa mitologia da comunhão étnica não nasceu pronta; sua produção, “(...) iniciada com a Independência, demandou mais de um século até atingir uma configuração definitiva. Na sua forma embrionária, por toda uma grande parte do século XIX, essa mitologia esteve limitada ao elogio do índio, isto é, à elaboração de uma síntese nacional composta pelas figuras do índio e do branco da qual o negro permaneceu ausente, ou quase, até a emergência do movimento abolicionista.”<sup>29</sup>

Uma etapa transitória na construção da mitologia identitária foi atingida pela incorporação do negro, que introduziu a noção do cadinho das três raças. Na segunda metade do século XIX, a narrativa do cadinho constitutivo do Brasil coloriu-se dos condicionantes da raça, do meio e do pensamento de filiação europeia que patenteava a inferioridade da sociedade brasileira, contaminada pela presença marcante das raças não brancas. A elaboração de uma resposta ao problema da inferioridade racial brasileira envolveu a construção da ideia de mestiçagem, que, num único movimento, projetava para o futuro a edificação da nação brasileira – através do branqueamento progressivo – e invertia o sinal valorativo, fazendo da miscigenação o veículo para a aclimação tropical.<sup>30</sup>

O cadinho das três raças só alcançaria sua formulação definitiva e completamente eficaz como mitologia identitária com Gilberto Freyre. Nesse ponto, a formulação se liberta do horizonte estreito do casulo racial e transforma, pela perspectiva cultural, a mestiçagem em valor completamente positivo. Com esse último passo, fechava-se o circuito de um discurso que, tendo surgido com a Independência, foi capaz de fornecer um lastro identitário para a historiografia nacional.<sup>31</sup>

<sup>26</sup> Citado por MAGNOLI, 1997.

<sup>27</sup> MAGNOLI, 1997, p. 99.

<sup>28</sup> Citado por MAGNOLI (1997).

<sup>29</sup> MAGNOLI, 1997, p. 99.

<sup>30</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>31</sup> MAGNOLI, 1997.

Os institutos históricos e geográficos reservaram também grande espaço para os ensaios de Geografia. Os discursos geográficos dos institutos cumprem exatamente o mesmo papel dos discursos historiográficos: a definição e a delimitação do território aparecem como condições essenciais para a construção da nação: assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço.<sup>32</sup>

Ao longo do período imperial, “(...) no ambiente de refundação do Brasil, iria se construir, como mitologia de legitimação nacional e territorial, o mito da Ilha-Brasil. As várias formulações que ela recebe nesse período pouco diferem entre si, insistindo todas na noção da unidade do território pelo encontro das bacias hidrográficas amazônica e platina (...) No século XIX, a doutrina das fronteiras naturais tinha alcançado plena cidadania diplomática. A Ilha-Brasil podia cumprir, nesse contexto, uma dupla função: na esfera da política de fronteiras, respaldar a manutenção da herança colonial e até mesmo amparar ambições maiores na área platina; na esfera simbólica fornecer uma identidade territorial assentada sobre a configuração da natureza.”<sup>33</sup>

Outro objetivo do programa de ação que tinha como meta civilizar o Brasil consistia em fundar uma cultura nacional. As primeiras iniciativas nessa direção precederam a própria Independência, devendo-se a D. João VI a criação da Imprensa Régia (1808), a abertura ao público da Biblioteca Real (1814), a Missão Artística Francesa, a fundação da Academia de Belas-Artes (1816) e a Missão Austríaca (1817).

Nos anos 1830 e 1840, começava a ser gestada uma historiografia literária, ficcional, que se ocupava da singularidade e das marcas inconfundíveis da brasilidade. O movimento romântico, pioneiro da tradição literária nacional que se deveria constituir, prescrevia “(...) a regra de ouro da brasilidade literária – o nacionalismo – e o método a ela inerente – o retorno às origens do país. Com isso, estabelecia-se a plataforma indigenista da literatura romântica e a sua obsessão por uma natureza primordial, intocada dos tempos pré-coloniais. A valorização do país e a elaboração de uma identidade nacional implicavam saltar, ou apagar, o passado recente para atingir outro passado mais puro: o começo de tudo.”<sup>34</sup>

Mas a redescoberta do Brasil, promovida na época, não se circunscreveu à narrativa ficcional, envolveu notadamente uma literatura não ficcional de viagens e um paisagismo que tematizam a exuberância da natureza tropical. O imperativo de conhecer o Brasil realizou-se por meio de viajantes, em geral europeus e muitas vezes aristocratas, que percorreram o país em todos os quadrantes, desde a transferência da Corte. Fruto da unificação do olhar científico e artístico, o paisagismo dos viajantes ancorou-se na noção do pitoresco: a nova imagem do Brasil distinguia-se da imagem

<sup>32</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>33</sup> MAGNOLI, 1997, p. 111.

<sup>34</sup> MAGNOLI, 1997, p. 103.

dos tempos da conquista pela intromissão da razão científica – não mais o inferno ou o paraíso do qual se tentava extrair ouro, não mais mina, mas curiosidade, paisagem pitoresca.<sup>35</sup>

## CONCLUSÃO

---

Enfim, no Brasil, o nascimento do Estado precedeu ao da nação e a singularidade brasileira nesse caso consiste tanto na substância oligárquica e escravista que assumiu o Estado pré-nacional quanto na reprodução de uma imagem do Estado como organismo territorial e produto da unidade política das elites regionais – plataforma histórica sobre a qual se ergue, mais tarde, o Estado nacional. Aqui, o que distingue o Brasil é a produção de um imaginário geográfico específico destinado a prolongar no futuro, como realidade, o mito de um território preexistente.<sup>36</sup>

## EXCERTOS DO TEXTO DE LIA OSÓRIO

---

### Introdução

Apresentados como condições que permitiram a unidade territorial e política dos antigos territórios portugueses da América do Sul, o estabelecimento, por Portugal, de um governo centralizado na colônia e a implantação de instituições monárquicas que garantiram um processo de transição pacífico do *status* colonial à condição de Estado independente remetem a dois aspectos problemáticos: a) considerar a unidade territorial como condição pré-existente e não como produto e partícipe do processo de formação do Estado brasileiro; e b) consentir na situação paradoxal de a dinastia dos Bragança encarnar, simultaneamente, a continuidade e a separação e relegar os grupos dominantes da ex-colônia a uma posição de passividade no processo de independência e na formação da unidade territorial/política do Brasil.<sup>37</sup>

A estratégia política dos grupos dominantes brasileiros para formar um Estado independente não foi o resultado de um projeto prévio de independência. Nessa estratégia, pragmática e precária, a conservação da unidade territorial exerceu uma funcionalidade política e ideológica flexível, serviu a situações diversas:

- a) ajudou a construir justamente o que dizia defender, ou seja, a unidade territorial como base da unidade política;
- b) ajudou a defender a tese da conveniência de um governo centralizado, como condição *sine quae non* da mesma unidade; e
- c) permitiu que as contradições internas, sociais e raciais, fossem identificadas como perigo de dispersão e desunião entre províncias.<sup>38</sup>

<sup>35</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>36</sup> MAGNOLI, 1997.

<sup>37</sup> MACHADO, 1990.

<sup>38</sup> MACHADO, 1990.

“A estratégia política parcialmente fundamentada na conservação da unidade territorial e, finalmente, responsável por plasmá-la, não poderia ter tido êxito se tivesse se apoiada unicamente na centralização. As oligarquias regionais brasileiras conseguiram forjar uma forma de associação que lhes permitiu dominar o aparelho governamental utilizando combinadamente centralização e descentralização. Para forjar esse acordo foi fundamental a criação de códigos jurídico-administrativos que, ao mesmo tempo, favorecessem o papel articulador do governo central e a continuidade do exercício do poder das oligarquias no âmbito local.”<sup>39</sup>

### Herança portuguesa

“O estabelecimento pelos portugueses de um governo colonial centralizado, responsável por um legado de unidade territorial, é um dos mitos fundadores do Brasil. Tal suposição é errônea. A análise dos principais regimentos dedicados ao governo colonial mostra ausência de preconceitos de uniformidade política. Adaptada ao padrão de povoamento disperso, criou-se uma organização administrativa descentralizada no âmbito colonial, permitindo e estimulando laços diretos entre a metrópole e cada núcleo de povoamento, fiel ao adágio, dividir para reinar.”<sup>40</sup>

Além disso, é preciso ter em conta a “(...) reduzida dimensão do aparato de governo, as grandes distâncias, e as dificuldades que supunham para as vias de circulação interna, para compreender que não existiam condições materiais de infraestrutura que possibilitassem a centralização. Essas mesmas condições, no entanto, tornavam possível muita liberdade no exercício de poder pelas oligarquias no âmbito local.”<sup>41</sup>

### A unidade territorial

As condições que permitiram a unidade na esfera de formação do Estado nacional brasileiro foram:

- a) O interesse dos grupos dominantes da ex-colônia na manutenção do tráfico negreiro, e do regime de trabalho escravo, forma então dominante de organização do trabalho, portanto, da propriedade. O acordo relativo entre as diversas facções dos grupos dominantes quanto à necessidade de um governo central capaz de defender, no plano externo, a continuidade do tráfico, não parece ser razão suficiente para a superação das divergências no plano interno. A manutenção do tráfico e, indiretamente, do regime de trabalho escravo, estava relacionada a uma questão de fundo – a defesa da propriedade privada –, num momento em que a indeterminação institucional poderia fazê-la perigar. Evitar esse conflito potencial é a questão que supera as diferenças locais, unindo as oligarquias de norte ao

<sup>39</sup> MACHADO, 1990, p. 718.

<sup>40</sup> MACHADO, 1990, p. 718.

<sup>41</sup> MACHADO, 1990, p. 719.

sul do país por cima do maior ou menor papel do trabalho escravo nas estruturas produtivas locais.<sup>42</sup>

- b) A estratégia britânica de apoio à instituição da monarquia permitiu às elites locais a manutenção dessa alternativa como solução das dissensões internas – qualquer saída sob a forma de secessão territorial colocaria em perigo para a Inglaterra o mercado reservado que representava um Brasil unificado política e territorialmente.<sup>43</sup>
- c) O artifício dos grupos dominantes locais (conservadores e liberais) de associar a presença de representantes da dinastia dos Bragança (continuidade) à criação de uma monarquia constitucional (separação), e artifícios jurídicos/administrativos como forma de conciliação e unidade das oligarquias regionais, cujos interesses conflitantes se expressaram nos debates em torno da centralização e da descentralização do poder governamental.<sup>44</sup>
- d) A superposição do centro econômico (agricultura do café) ao centro político (Rio de Janeiro, Minas e São Paulo), depois de 1830.<sup>45</sup>

## CONCLUSÃO

“A afirmação de que, no Brasil, o nascimento do Estado precedeu ao de nação tem sua razão de ser. Não obstante, seria um equívoco pensar que esse foi um caso excepcional; não foram poucos os Estados modernos que se formaram antes que a consciência nacional tivesse adquirido um sentido político pleno. Afinal, o que poderia sim distinguir o Brasil, seria a reprodução de uma imagem do Estado como organismo territorial e produto da unidade política das elites regionais, e não como Estado-nação.”<sup>46</sup>

### Notas exploratórias e interpretativas

A Independência do Brasil, a unidade do território brasileiro e a identidade nacional são os temas sobre os quais a análise de Machado (1990) e a de Magnoli (1997) se voltam.

De acordo com Magnoli (1997), a independência consistiu em reação conservadora, aristocrática e continuísta de D. Pedro I, porque foi a expressão da permanência do projeto original de transferência da Corte portuguesa para o Brasil nas novas condições, desfavoráveis, geradas pela emergência do movimento liberal. Para o mesmo fato, Machado (1990) oferece interpretação oposta: a independência não resulta de um projeto prévio no qual a dinastia dos Bragança conduz as rédeas do processo. A independência seria muito mais o resultado da estratégia política das oligarquias regionais brasileiras para dominar o aparelho governamental pelo uso combinado de centralização e descentralização, isto é, pela criação de códigos

<sup>42</sup> MACHADO, 1990.

<sup>43</sup> MACHADO, 1990.

<sup>44</sup> MACHADO, 1990.

<sup>45</sup> MACHADO, 1990.

<sup>46</sup> MACHADO, 1990, p. 724.

jurídico-administrativos que a um só tempo favorecessem o papel articulador do governo central e a continuidade do exercício do poder dessas mesmas oligarquias no âmbito local.

Entre as condições que permitiram a unidade territorial brasileira está também a manutenção do regime de trabalho, segundo Machado (1990). Essa unidade não é condição pré-existente, mas sim participante e produto da formação do Estado brasileiro. Magnoli (1997) reconhece, de comum acordo com Machado (1990), que a unidade territorial não estava nem de longe assegurada no momento da ruptura com a metrópole portuguesa e indica os fatores responsáveis por garantir essa unidade: no plano interno, estaria o interesse das oligarquias regionais na manutenção do escravismo; e, no plano externo, o interesse comercial e estratégico da Inglaterra que via no império um amplo mercado potencial e uma base de operação para o domínio da América do Sul.

Quanto à identidade nacional, Magnoli (1997) faz notar que o conceito de nação surge no Brasil como reação à proposta recolonizadora vinda do Movimento Constitucionalista do Porto de 1820. A nação brasileira não seria filha da revolução, mas sim da Restauração. Como a independência brasileira foi uma manobra continuísta, a produção da identidade nacional operou através da assimilação do passado colonial. Todavia, a assimilação desse passado devia filtrar-se, de acordo com a elite imperial, pelo esforço de conformá-lo aos padrões da civilização cristã europeia: a elevada imagem que essa elite fazia de si mesma não tinha correspondência com a imagem que fazia do país; daí a necessidade de realizar o programa *Ação de civilizar o Brasil*. A criação de institutos históricos e geográficos tanto para produzir uma tradição nacional, para operar uma seleção e uma interpretação do passado, para inventar uma história da nação, quanto para definir e delimitar o território nacional, associada à fundação de uma cultura nacional constituíram as bases desse programa de ação.

Enfim, não cabe dúvida de que, no Brasil, o nascimento do Estado precedeu ao da nação; todavia, não é isso que distingue o processo de formação da identidade nacional brasileira. A singularidade do caso brasileiro estaria, como quer Magnoli (1997), na produção de um imaginário geográfico específico, destinado a prolongar no futuro, como realidade, o mito de um território preexistente ou, como sugere Machado (1990), na reprodução de uma imagem do Estado como organismo territorial e produto da unidade política das elites regionais, e não como Estado-nação.

## Autoavaliação

1. De acordo com Magnoli (1997), o projeto continuísta, a identidade nacional e a política externa imperial encontram articulação direta com o império. Qual a natureza dessa articulação? De que argumentos Magnoli lança mão para sustentá-la?
2. Para Machado (1990), quais foram as condições que permitiram a unidade territorial brasileira?

---

## REFERÊNCIAS

---

MAGNOLI, Demétrio. O império: destino manifesto luso-brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. cap. 3, p. 79-131.

MACHADO, Lia Osório. A questão da unidade territorial do Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 8, 1990, Salvador. *Anais...* Salvador: AGB, 1990. p. 717-725.



## O legado do Barão do Rio Branco: as fronteiras do Brasil

### Objetivo

- Dar conta das questões fronteiriças que, pelas ações diplomáticas empreendidas pelo Barão do Rio Branco, encontraram resolução no período relativo ao final do século XIX e início do XX, a saber: a questão de Palmas; a questão do Amapá; e a questão do Acre.

### EXCERTOS DOS TEXTOS DE GOES FILHO E DEMÉTRIO MAGNOLI

#### Introdução – A biografia do Barão do Rio Branco

José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), político, diplomata e historiador fluminense (1845-1912), filho do Visconde do Rio Branco, nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em direito em Recife. Em 1869, elegeu-se deputado por Mato Grosso. Tornou-se cônsul do Brasil na Inglaterra, em 1876. Com a proclamação da República, assumiu a superintendência geral do Serviço de Emigração para o Brasil. E, a partir de 1893, tornou-se figura fundamental na definição das fronteiras brasileiras.

Sua maior contribuição para o país foi a conquista de três importantes territórios por intermédio de ações diplomáticas. Em 1895, conseguiu assegurar para o Brasil boa parte do território dos estados de Santa Catarina e Paraná, em litígio contra a Argentina, no que ficou conhecido como *A questão de Palmas*. Obteve vitória contra a França na questão fronteiriça referente ao Amapá: causa ganha pelo Brasil em 1900, com arbitragem do governo suíço. O prestígio obtido nesses dois casos fez com que o presidente Rodrigues Alves escolhesse Paranhos para o posto máximo da diplomacia brasileira em 1902, quando o Brasil estava envolvido em outra questão de fronteiras, desta vez, com a Bolívia. Daí veio sua maior vitória, o Tratado de Petrópolis assinado com a Bolívia para garantir ao Brasil a posse do território do Acre.

Em sua dedicação ao Brasil, Rio Branco assumiu a missão de unir um território de dimensões continentais, por meio da força do argumento e da negociação. Somando todos os seus feitos, o barão conseguiu anexar ao Brasil cerca de 900 mil km<sup>2</sup>, recuperando o prestígio internacional do Brasil e, em especial, estabelecendo a liderança brasileira na América do Sul.

Sua morte durante o carnaval de 1912 alterou o calendário da festa popular no Rio de Janeiro em virtude das intensas homenagens que lhe foram prestadas. Considerado o patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco lançou as bases da nova política internacional.

### A questão de Palmas

A demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Argentina foi motivo de controvérsias que remontam aos tempos coloniais. De acordo com o artigo 5º do Tratado de Madri, firmado entre Portugal e Espanha em 1750, a linha divisória das terras que, na América, caberiam às duas Coroas, na região hoje correspondente à porção oeste do estado de Santa Catarina, deveria seguir o curso do rio Peperi e o do Santo Antônio.<sup>1</sup>

Em consonância com o que havia sido estabelecido em Madri, comissários portugueses e espanhóis encarregaram-se das demarcações em 1759. Todavia, uma divergência instaurou-se por ocasião de novas demarcações promovidas pela Espanha nessa região, em 1759: ao descobrirem os comissários espanhóis, mais a leste do Peperi, na margem direita do Uruguai, outro rio, que figura atualmente com o nome de Chapecó, identificaram-no com o nome de Peperi: mesmo procedimento foi tomado em relação ao rio contra-vertente que deságua no Iguçu, o Chopim, a que os comissários passaram a chamar de Santo Antônio. A intenção espanhola era clara com esse artifício: expansão territorial.<sup>2</sup>

A indefinição fronteira persistiu mesmo após a independência do Brasil e da Argentina, o que levou essas nações a assinar, no ano de 1857, um acordo que não deixava dúvidas sobre a fronteira, pois reafirmava os limites determinados pelo Tratado de 1750. Tudo parecia esclarecido, todavia esse acordo não foi ratificado pela Argentina, que, em 1888, reivindicou o direito de levar ainda mais para dentro do território brasileiro suas fronteiras: em razão disso, assinalou como divisas o rio Chapecó e o Jangada, em vez de o Chopim.<sup>3</sup>

Proclamada a República, o governo provisório, com Quintino Bocaiúva na pasta das relações exteriores, resolveu, num gesto fraterno, depois de várias negociações, aceitar a proposta argentina de divisão do território contestado em duas partes iguais:

<sup>1</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>2</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>3</sup> GOES FILHO, 1999.

nessas bases, foi assinado o Tratado de 25 de janeiro de 1890 em Montevideu. Como a medida não contou com o apoio do Congresso Nacional, Brasil e Argentina optaram, de comum acordo, por submeter a questão à decisão arbitral do presidente americano Grover Cleveland.<sup>4</sup>

Para defender os direitos do Brasil, o Barão do Rio Branco foi nomeado, em 1893, chefe da missão diplomática brasileira em Washington. De posse tanto do texto original das instruções aos demarcadores de Madri, redigido em 1758, quanto do “mapa das Cortes”, documentos estes utilizados pelas coroas portuguesa e espanhola para a elaboração do tratado, Rio Branco conseguiu do presidente Cleveland, no ano de 1895, parecer favorável ao Brasil, ao mostrar que os demarcadores tinham cumprido corretamente as instruções das coroas portuguesa e espanhola.<sup>5</sup>

A vitória de Rio Branco significou a anexação de uma área de 30.621 km<sup>2</sup> ao território brasileiro: se essa porção territorial fosse transferida para a Argentina, o Rio Grande do Sul permaneceria unido ao restante do Brasil por uma estreita faixa de terra de pouco mais de 200 km.<sup>6</sup>

### A questão do Amapá

Para consolidar sua posição na margem esquerda do baixo Amazonas, os portugueses fundaram em 1637, na área correspondente ao atual estado do Amapá, a capitania do Cabo Norte. Por essa ocasião, os franceses já se haviam estabelecido na vizinha Guiana e pretendiam que os limites territoriais de sua possessão sul-americana fossem estendidos até o rio Araguari. Em 1688, os franceses chegaram a ocupar transitoriamente o Forte de Macapá, bem na boca do Amazonas; todavia, em 1713, de acordo com o Primeiro Tratado de Utrecht, a França renunciava ao direito e à pretensão de propriedade sobre as terras do Cabo Norte, situadas entre os rios Amazonas e Japoc ou Vicente Pinzón.<sup>7</sup>

As divergências entre franceses e portugueses sobre a posse das terras do Cabo Norte pareciam ter encontrado solução nesse importante tratado, mas assim não foi. A partir de 1725, as autoridades francesas de Caiena começaram a manifestar dúvidas sobre a localização do rio Japoc ou Vicente Pinzón. O retorno das divergências fronteiriças levou portugueses e franceses a uma nova série de acordos que, na sequência temporal, passaram a registrar como limite da Guiana Francesa, em 1797, o rio Calçoene; em 1801, pelo Tratado de Badajoz, o rio Araguari; e, em 1750, pelo Tratado de Madri, o pequeno rio Carapanatuba.<sup>8</sup>

<sup>4</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>5</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>6</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>7</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>8</sup> GOES FILHO, 1999.

Ao longo do século XIX, o território litigioso foi palco de numerosas e sucessivas disputas entre portugueses e franceses. Tal situação urgia uma solução: finalmente, em 1897, firmou-se um compromisso arbitral que atribuía ao presidente do conselho federal suíço a decisão do conflito. Em virtude do êxito obtido na questão de Palmas, o Barão do Rio Branco foi designado pelo governo Campos Sales para defender os interesses brasileiros na Suíça. O barão considerava a questão do Amapá bem mais difícil de ser defendida do que a de Palmas, tanto porque o conflito era com uma das maiores potências mundiais da época, quanto por ter sido a posição de Portugal, e mais tarde a do Brasil, demasiadamente mutável no tocante à defesa de seus direitos.<sup>9</sup>

Ao árbitro caberia fixar os limites no interior e na costa atlântica que, nesse caso, poderia ser o rio Oiapoque, como queria o Brasil, ou o rio Araguari, como pretendia a França. Munido de rica documentação histórico-cartográfica que legitimava a posição brasileira, Rio Branco conseguiu, no dia 1º de dezembro de 1900, sentença favorável ao Brasil: na costa atlântica, a divisão foi fixada pelo Oiapoque – afinal reconhecido como “Japoc ou Vicente Pinzón” de Utrecht – e, no interior da Guiana, o limite ficou sendo o divisor de águas, os montes de Tumucumaque, divisas muito mais próximas das pretensões brasileiras que das da França.<sup>10</sup>

### A questão do Acre

A produção da borracha atraiu à Amazônia, entre 1860 e 1900, cerca de 500 mil nordestinos. Expulsos da própria terra, do Ceará em especial, pelas secas, sobretudo a de 1878, foram os nordestinos subindo os afluentes da margem direita do rio Amazonas e, no final do século XIX, já ocupavam o alto do Purus e o alto do Juruá, no atual território do Acre.<sup>11</sup>

Pelo Tratado de Ayacucho assinado com a Bolívia em 1867, cuja vigência era expressamente reconhecida pelo governo brasileiro, a fronteira entre as duas nações encontrava definição na linha geodésica que da junção do rio Beni com o Madeira (10º 20’ de latitude sul) demandava a nascente do Javari: imaginavam os negociadores do tratado que a nascente principal do Javari estivesse à mesma altura da foz do Beni; todavia, cálculos realizados em 1874 levaram à conclusão de que o Javari teria origem na latitude 7º 1’, isto é, aproximadamente 400 km a norte da foz do Beni.<sup>12</sup>

A aceitação da linha geodésica de direção dada pelos pontos resultantes do encontro entre os paralelos 10º 20’ e 7º 1’ de latitude sul com os rios Beni e Javari, respectivamente, como limite entre os territórios boliviano e brasileiro implicava a perda para o Brasil dos principais afluentes do Juruá e, por consequência, da maior porção da borracha extraída e exportada pelos brasileiros. Fato é que os

<sup>9</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>10</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>11</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>12</sup> GOES FILHO, 1999.

seringueiros brasileiros marcavam presença em terras situadas ao sul dessa linha geodésica, terras estas pertencentes, de acordo com o tratado, à Bolívia.<sup>13</sup>

Para assegurar maior controle da região o governo boliviano fundou no início de 1899 o povoado de Puerto Alonso e instalou uma delegacia administrativa e uma alfândega para a cobrança de impostos. Inconformados com a medida, os brasileiros, sob a liderança do espanhol Luiz Galvez Rodriguez de Arias, proclamaram em julho do mesmo ano a República Independente do Acre. No entanto, eles foram depostos em 1900 pela Marinha Brasileira, que restituiu o território à Bolívia.<sup>14</sup>

Convencido de que por meios próprios a Bolívia não garantiria o domínio do território acreano, o presidente José Manuel Pando cedeu sua exploração econômica a um consórcio anglo-americano, o Bolivian Syndicate, em 1901. Os descontentamentos gerados por essa situação conduziram novamente os brasileiros, sob a liderança de José Plácido de Castro, a proclamar o Acre como estado independente. A crise atingia o ápice quando Rio Branco assumiu o Itamaraty: até então fora ele um grande conhecedor da história e da geografia pátrias, um hábil diplomata, um magnífico advogado dos direitos do Brasil; agora, emergia como estadista.<sup>15</sup>

Para a resolução da contenda, Rio Branco tentou negociar a compra do território acreano da Bolívia. Em face da recusa boliviana no tocante à venda, cuidou Rio Branco de isolar as outras duas forças interessadas nesse território: o sindicato e o Peru. Ao Peru deu todas as garantias de que teria a maior consideração pelas reivindicações territoriais que esse país tivesse sobre o Acre, no caso de um acordo com a Bolívia; e comprometeu-se com o sindicato a pagar 110 mil libras esterlinas como indenização pelo rompimento do contrato com a Bolívia.<sup>16</sup>

Por fim, meses depois desse acordo com o sindicato, em 17 de novembro de 1903, foi assinado o Tratado de Petrópolis entre o Brasil, representado pelo Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, e a Bolívia, pelo qual o governo boliviano cedia ao Brasil um território de 191.000 km<sup>2</sup>, em troca de compensações territoriais em vários trechos da fronteira mato-grossense; uma área de 3.200 km<sup>2</sup> habitada por bolivianos entre o Beni e o Madeira; a construção de uma estrada de ferro entre Porto Velho e Guajará-Mirim; e a indenização de 2 milhões de libras esterlinas.<sup>17</sup>

## CONCLUSÃO

As fronteiras brasileiras, até o início do século XX, eram áreas quase sempre inacessíveis, uma vastidão entregue a ninguém. As linhas divisórias com os outros países eram escorregadias e mudavam de lugar conforme o interesse de governantes ou a voracidade dos

<sup>13</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>14</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>15</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>16</sup> GOES FILHO, 1999.

<sup>17</sup> GOES FILHO, 1999.

colonizadores. Nesse cenário inóspito e arriscado, o Barão do Rio Branco alcançou a façanha de garantir ao Brasil um território equivalente a 900.000 km<sup>2</sup>: 32% da sua área atual. Em virtude desse feito, cabe concluir que a “(...) História não fez justiça completa a Rio Branco, como não fez ao Barão da Ponte Ribeiro. Eles construíram a maior parte das fronteiras do Brasil, mas figuram no registro histórico apenas como hábeis negociadores que consolidaram divisórias supostamente muito antigas, encravadas nos tempos coloniais ou na própria natureza. A responsabilidade cabe em parte a eles mesmos, que se enxergaram e se apresentaram como instrumentos fortuitos da realização do desígnio da Ilha-Brasil.”<sup>18</sup>

<sup>18</sup> MAGNOLI, 2005, p. 19.

# Autoavaliação

1. Faça breve histórico sobre a questão de Palmas, a questão do Amapá e a questão do Acre.

## REFERÊNCIAS

---

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A guerra do Acre. *Nossa História*. Ano 3, n. 25, p. 20-22, nov. 2005.

DORATIOTO, Francisco. Projeção brasileira na América do Sul. *Nossa História*. Ano 3, n. 25, p. 24-27, nov. 2005.

FRAGA, Rosendo. Olhar adversário. *Nossa História*. Ano 3, n. 25, p. 28-31, nov. 2005.

GOES FILHO, Synésio Sampaio. O barão da República. In: \_\_\_\_\_. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. cap. 11, p. 253-303.

MAGNOLI, Demétrio. Uma ilha chamada Brasil. *Nossa História*. Ano 3, n. 25, p. 14-19, nov. 2005.

## A constituição da rede de cidades no Brasil

### Objetivo

- Descrever o processo de constituição/gênese da rede de cidades no Brasil.

### EXCERDOS DO TEXTO DE PIERRE DEFFONTAINES – PARTE 1

#### Introdução

Paira uma atmosfera de mistério sobre a origem das cidades: as velhas regiões da Europa fizeram seu recheio de cidades desde muito tempo por processos sucessivos, a proporção de cidades novas é restrita; nos países novos, foi preciso estabelecer a rede urbana inteira. Como se cria a rede urbana brasileira?<sup>1</sup>

#### Um país hostil ao grupamento

Há poucos séculos o Brasil não contava com nenhuma cidade, porém, em 1944 já havia milhares delas. Como essa associação urbana tão cerrada se constituiu em tão pouco tempo?

No início, o povoamento do território brasileiro admitiu uma configuração dispersa. “Em nenhuma parte do Brasil a vila é a unidade de povoamento, esta é a grande propriedade, a fazenda, com sua colônia de empregados rurais, ora grupada em pequenas cidades operárias, ora dispersa através do domínio em retiro ou currais.”<sup>2</sup> Assim, as propriedades brasileiras, pequenas ou grandes, não se organizaram de maneira que estimulasse a aglomeração; elas eram, geralmente, “(...) separadas por várias centenas de metros e às vezes mais. Não há nenhum núcleo rural.”<sup>3</sup>

A vida econômica e social teve de se adaptar a essa forma de ocupação tão dispersa: o pequeno comércio é em grande parte ambulante, e os médicos e os dentistas são também, muitas vezes, nômades. Porque não havia centro rural onde colocar a escola, o problema da educação mostrou-se grave, o que deu margem à enorme proporção de iletrados no país.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 141.

<sup>2</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 141.

<sup>3</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 141.

<sup>4</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

Certas tentativas de grupamento, no entanto, foram feitas e progressivamente constituíram o embrião das cidades brasileiras.

### As reduções

Agrupamentos realizados pelos missionários (jesuítas, franciscanos, dominicanos, ou salesianos, com a finalidade de proteger e evangelizar as populações indígenas) obedeciam sempre ao mesmo plano: “Diante da igreja, uma grande praça retangular, o largo da matriz, e dos lados as casas dos índios, dispostas geometricamente.”<sup>5</sup> Essas aglomerações de origem religiosa enfrentaram muita hostilidade da parte dos colonos, pois a preação dos nativos era o recurso utilizado para superação do problema da escassez de mão de obra. Assim, os vários ataques às reduções missionárias concorreram para o desaparecimento de muitas delas; sobrevivem, no entanto, ainda hoje, apesar do estado de decadência, aglomerações que descendem diretamente desse tipo de grupamento.

Em suma, essa “(...) tentativa de povoamento aglomerado pelas reduções abortou em quase toda parte (...) A vitória da fazenda orientou definitivamente o Brasil para a dispersão e o país se encontrou privado para todo o sempre do quadro da vila.”<sup>6</sup>

### Aglomerações de origem militar

Os primeiros estabelecimentos fixados na costa brasileira tiveram por finalidade marcar a posse definitiva da Coroa portuguesa na colônia e atender às necessidades de defesa contra as populações indígenas hostis e contra as outras nações colonizadoras. Assim é que esses estabelecimentos mais antigos fixaram-se em sítios defensivos tais como ilhas e promontórios.<sup>7</sup>

No interior, fraca foi a importância do fator defensivo na constituição de grupamentos; todavia, situações específicas, que exigiam um contingente militar de defesa, como no caso das disputas territoriais da colônia com a França, a Holanda e a Inglaterra (no Nordeste e no Norte), das contendas para delimitação da área de influência espanhola no Sul e da linha de guarnição dirigida por capitães do mato para livrar o rio São Francisco do banditismo no século XVII, ensejaram a formação de cidades.<sup>8</sup>

### As cidades mineiras

A colonização mineira “(...) se apresentou essencialmente sob a forma de uma civilização urbana”.<sup>9</sup> As cidades que surgiram nas zonas de descoberta de metais preciosos funcionavam como lugares de segurança, espécies de cofres fortes onde se concentrava o ouro.

<sup>5</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 142.

<sup>6</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 143.

<sup>7</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>8</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>9</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 143.

As primeiras extrações auríferas se fizeram esporadicamente “(...) nos aluviões ao longo dos rios nas zonas de sopé de morro, em torno dos maciços montanhosos do centro de Minas Gerais carregados de minério”. Essa “(...) mineração de cascalho era nômade e individual, que implicava pequenos acampamentos temporários denominados arraiais, não acarretou nenhum povoamento fixo, salvo a capital de toda essa zona de pé de morro, Mariana”.<sup>10</sup>

“Mas desde logo os mineradores ou garimpeiros, subindo os rios, penetraram nas montanhas e descobriram os filões; outro trabalho se impôs, foi preciso abrir galerias, executar importantes terraceamentos, é a mineração do morro. Esses empreendimentos mais estáveis fixaram a população e fizeram nascer aglomerações. Rapidamente a zona aurífera das montanhas de Minas se encheu de cidades de mineiros cuja prosperidade foi ofuscante.”<sup>11</sup> A suntuosidade das cidades mineiras (Ouro Preto, Sabará, Caeté, Diamantina etc.) contrapunha-se estranhamente à desolação dos campos circunvizinhos; “(...) nenhuma exploração pastoril ou agrícola se estabeleceu nos solos pobres em que a floresta foi destruída para a fusão dos metais”.<sup>12</sup>

“Quando a prosperidade mineira declinou, no decurso do século XIX, a montanha ficou vazia com suas cidades mortas, verdadeiros monumentos históricos perdidos num deserto: São João del Rey, Congonhas do Campo.”<sup>13</sup>

### As cidades nas estradas: pousos

Importantes agentes de povoamento brasileiro foram as pessoas que realizavam o transporte de mercadorias no Brasil colônia: nesse período, transportavam-se “(...) para os portos, metais preciosos e alguns produtos de plantação: café, rum, açúcar; trazia-se para o interior sal, alimentos, farinha; em peso isso representava pequenas quantidades, mas os meios de transporte rudimentares, unicamente por carga, faziam do tropeiro uma personagem típica; era um dos horizontes de trabalho mais difundidos”.<sup>14</sup> “Através das solidões mais afastadas esses tropeiros transmitiam as ideias, os hábitos, as novidades; eles se tornaram um dos principais agentes da unidade brasileira.”<sup>15</sup>

Desde o século XVIII, com a descoberta do ouro, os tropeiros penetraram o Mato Grosso e nos caminhos de burros que eles próprios haviam traçado previram paradas, repousos, pousos que progressivamente tornaram-se aglomerações. “Muitas vezes eles atravessavam regiões completamente vazias, onde nenhuma colonização tinha começado, e, antes das fazendas, os pousos sobre as estradas constituíram os primeiros centros de povoamento”.<sup>16</sup> Essas cidades-estradas se espalharam por todo o Brasil, sendo muito abundantes em Minas Gerais.<sup>17</sup>

<sup>10</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 144.

<sup>11</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 144.

<sup>12</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 144.

<sup>13</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 144.

<sup>14</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 145.

<sup>15</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 145.

<sup>16</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 145.

<sup>17</sup> Daí deriva o nome de várias cidades: Pouso Alto, Pouso Alegre, Passa Três, Passa Quatro, Passa Vinte, Passo Fundo etc.

Algumas dessas paradas eram obrigatórias, lugares de pedágio, de fiscalização, que se chamavam registros.<sup>18</sup> “Para escapar a esses pagamentos criaram-se também estradas clandestinas, como a que passava em Casa Branca e Franca, estrada francana, onde nasciam novos pousos, ligados aos caminhos desviados.”<sup>19</sup>

Outra modalidade de agrupamento que se formou ao longo dos caminhos foram as chamadas estradas de boiadas. O transporte do gado implicava pousos que serviam para o descanso e contagem dos animais e, em períodos de parada maior, até mesmo para a engorda.<sup>20</sup> As aglomerações formavam-se tanto nesses pousos como também nas feiras onde o gado era vendido.

“No Brasil meridional, existia uma estrada de gado de um tipo particular, era o caminho das mulas, a estrada mulada. A maior parte das mulas e burros que serviam ao transporte do Brasil litoral e central não era produzida no lugar, provinha dos grandes pastos do Sul e, sobretudo, do território das Missões e do Uruguai. Eles se detinham em pousos com invernadas (Apiáí, São Miguel Arcanjo, Itapetininga) e alcançavam o centro das feiras de burros, em Sorocaba, que se tornou uma das principais cidades do estado de São Paulo.”<sup>21</sup>

### Cidades de navegação

As cidades de navegação surgiram principalmente no Amazonas: o transporte aí se fazia unicamente por água e de dia, o que demandava a criação de portos para a escala das embarcações à noite; outras escalas também se faziam necessárias para a troca das guarnições de remadores ao longo dos rios de circulação. Assim, as margens dos rios se povoaram de pequenos centros.<sup>22</sup>

A navegação a vapor não suprimiu, e sim reclamou, outro tipo de escala, o porto de lenha: uma vez que as caldeiras dos navios eram tocadas a lenha, de 30 em 30 quilômetros mais ou menos era preciso refazer a provisão de combustível, e daí a necessidade de portos. Tais portos eram formados por pequena população composta, em especial, por lenhadores, aos quais se juntavam alguns comerciantes.<sup>23</sup>

Os portos de madeira contribuíram para fixar a população nas margens dos rios; “(...) alguns se tornaram importantes, vieram a ser escalas mercantes e se transformaram em cidades. Várias aglomerações do rio São Francisco começaram sendo portos de lenha, como Matias Cardoso, Manga, Januária”.<sup>24</sup>

A transformação rápida da navegação a vapor pela adoção de motores a explosão provocou uma verdadeira crise do povoamento fluvial; a maior parte dos portos de madeira perdeu a razão de ser.

<sup>18</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>19</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 145.

<sup>20</sup> O lugar de contagem era denominado Contagem das Abóboras e, antes de partir, o gado passava pelo Curral Del Rei (antigo nome de Belo Horizonte) para acumular energias para a viagem.

<sup>21</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 146.

<sup>22</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>23</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>24</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 146.

### Ruínas de cidades pelas vias férreas

Antes de serem criadoras de cidades, as estradas de ferro, que convergiram todo o fluxo de mercadoria para os grandes portos: Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre, foram responsáveis pela extinção de várias cidades portuárias ao longo da costa brasileira. Assim, os pequenos portos intermediários não servidos pelas vias férreas perderam toda a atividade e passaram a fazer parte do conjunto numeroso de cidades mortas: Angra dos Reis, Ubatuba, Nova Almeida, Benevente, Torres.<sup>25</sup>

As estradas de ferro provocaram também a ruína da navegação fluvial e, por consequência, a decadência das cidades que dela viviam. No estado de São Paulo, as linhas férreas seguiam em geral as cristas fluviais, os espigões, e se afastavam do fundo dos vales.<sup>26</sup>

### Cidades-estações ferroviárias

As companhias ferroviárias facultaram o estabelecimento de várias cidades no Brasil ainda que não tivessem uma verdadeira política de colonização comparável com uma Canadian Pacific que loteava terras, planejava e construía cidades.<sup>27</sup>

“No estado de São Paulo, a Companhia Paulista constituída com os capitais dos grandes fazendeiros ocupou-se essencialmente em servir as propriedades já em exploração, em assegurar o escoamento de produção já fixada; ela só estabeleceu suas linhas sobre territórios já povoados. Ao contrário, a Sorocabana e a Noroeste estabeleceram linhas, sobretudo de caráter estratégico, que levaram seus trilhos de um só golpe até as margens do Paraná, limite ocidental do território do estado antes de qualquer povoamento, no meio de um país absolutamente virgem e mesmo quase desconhecido. Estações fictícias eram estabelecidas a cada 20 quilômetros num cruzamento necessário de uma única linha.”<sup>28</sup>

### As bocas de sertão

A estação ferroviária “(...) que, quase seguramente, faz aparecer uma cidade é a estação terminal, a ponta de linha, que desemboca na região nova e constitui uma ponta pioneira, é a boca de sertão, a boca sobre as regiões vazias. No Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras cuja população aumenta com uma velocidade vertiginosa; aí a terra é virgem e dá rendimentos fabulosos durante os primeiros tempos.”<sup>29</sup> A intenção de explorar novas regiões cujos rendimentos eram maiores do que o das áreas mais antigas enseja elevada densidade e o surgimento de várias cidades brasileiras, a saber: Bauru, Ribeirão Preto, Mococa, Rio Preto, Ourinhos, Uberaba, Marília, Londrina etc. Além disso, as ramificações e cruzamentos das linhas férreas também originaram cidades no Brasil: Divinópolis,

<sup>25</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>26</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>27</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>28</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 147.

<sup>29</sup> DEFFONTAINES, 1944a, p. 148.

Cruzeiro, Barra do Pirai e Entre Rios são exemplos desse tipo de aglomeração.<sup>30</sup>

## EXCERDOS DO TEXTO DE PIERRE DEFFONTAINES – PARTE 2

### Introdução

A circulação, com suas formas variadas, deu origem a várias cidades no Brasil; em compensação é muito mais frequente em território brasileiro as cidades que nasceram do isolamento. Não foi tanto por necessidade econômica que se construíram muitas cidades no interior. Não se escolhia para tais aglomerações um lugar favorável ao comércio ou à circulação, “(...) a cidade nascia antes de uma necessidade da vida social, necessidade de se tornar à sociedade, de romper a monotonia da solidão do sertão; o sertanejo vem à cidade como o nômade do deserto vem ao oásis. A aglomeração aparece como uma reação contra o isolamento.”<sup>31</sup>

A cidade nascente é essencialmente uma igreja e uma praça. A igreja serve de lugar de atração de toda a população, muito ligada a uma religião de cerimônia e de forma; ela é também o centro de estado civil para os nascimentos, casamentos, enterros. “A praça serve de ponto de parada, onde as pessoas se divertem olhando, não ficando mais solitárias; fazer praça é o principal emprego do tempo dos habitantes, é a única ocasião que se tem de pôr a roupa de domingo segundo o costume do lugar.”<sup>32</sup>

### Os patrimônios religiosos

Esse curioso processo de fundação de cidades era empregado no Brasil o século XVII. Foi ele, pelo menos na parte central do país, que deu origem à maioria das cidades.<sup>33</sup>

A fundação de patrimônio urbano é um ato pio, ele entroniza vida religiosa numa região. “Em geral é um fazendeiro ou uma reunião de fazendeiros vizinhos que faz a doação do território; ele o constitui em patrimônio, patrimônio oferecido à Igreja, ou antes, a um santo, ao qual será dedicado o novo burgo e do qual ele levará o nome. O ato é redigido em nome do santo, o bispo assina no seu lugar e sítio.”<sup>34</sup>

Além disso, a fundação desse tipo de patrimônio apresenta um alcance social. “O doador quer criar uma cidade, o ato prevê o plano da futura povoação, as dimensões e a localização da grande praça, a distribuição dos lotes ou datas a construir, reservando aí para si próprio e os seus algumas porções.”<sup>35</sup>

<sup>30</sup> DEFFONTAINES, 1944a.

<sup>31</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 299.

<sup>32</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 299.

<sup>33</sup> DEFFONTAINES, 1944b.

<sup>34</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 300.

<sup>35</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 300.

“Os proprietários vizinhos, desejosos de aproveitar das vantagens deste agrupamento, obtêm lotes por locação, por arrendamento muito longo ou por perpetuidade mediante o pagamento de um foro. Os benefícios realizados são destinados à construção da capela, à manutenção de um padre, cura ou vigário, ao estabelecimento de um cemitério, à organização das festas (festas religiosas) e também ao embelezamento da cidade, ou antes, da praça. Uma pequena sociedade se constituiu para a administração deste bem da igreja, à testa do qual se encontra o padre, assistido por um conselho, mesa ou irmandade.”<sup>36</sup>

Barra Mansa e Pirai no Rio de Janeiro, Santos, Jundiá, Sorocaba, Botucatu e São Carlos em São Paulo, Aquidauana no sul do Mato Grosso, são cidades cuja origem remonta à constituição de patrimônios religiosos.<sup>37</sup>

Depois de instaladas, essas cidades oriundas de atos piedosos, de atos sociais, tornaram-se ambientes lucrativos, seja pela valorização imobiliária, seja pelo intenso comércio realizado durante as festas religiosas.<sup>38</sup>

### Os patrimônios leigos

No início do século XX, o fazendeiro dispensa a interferência da Igreja e constrói sozinho o patrimônio denominado, assim, leigo. “Ele próprio loteia, vende por sua conta e se encarrega da construção, traça ruas, canalizações de água ou então cria um conselho de cidade entre os primeiros compradores (...)”<sup>39</sup>

“A nova nomenclatura das cidades novas se ressentia dessa laicização. Outrora ela levava sempre o nome religioso: Madre de Deus, Piedade, Coração de Jesus, Maria da Cruz... ou um nome santo; hoje, ela leva um nome leigo do fundador, Paulópolis, criada por Paulo Vicente de Azevedo; Orlândia, fundada pelo coronel Orlando; Pradópolis, patrimônio estabelecido sobre a fazenda de Martinho Prado; nomes de personagens políticas: Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Porto Epitácio, Coronel Procópio, ou datas históricas: Há cidades que se chamam Quinze de Novembro, ou ainda nomes de grandes cidades servindo de reclame a nova aglomeração: Pompeia, Londrina, Nova-Dantzing, Nova Granada, Assis ou também nome de produção: Cafelândia, Citrolândia (...)”<sup>40</sup>

“As grandes companhias de colonização estrangeiras (inglesas, japonesas, alemãs, polonesas) que se constituíram em diferentes lugares do Brasil previram muitas vezes além dos loteamentos de explorações rurais, loteamentos urbanos, patrimônios.”<sup>41</sup>

<sup>36</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 302.

<sup>37</sup> DEFFONTAINES, 1944b.

<sup>38</sup> DEFFONTAINES, 1944b.

<sup>39</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 302.

<sup>40</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 302.

<sup>41</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 302.

### Composição dos patrimônios

“Todas essas cidades patrimônios, desde as mais antigas às mais recentes, se parecem e dão ao Brasil uma vestimenta urbana desesperadamente monótona. Elas foram concebidas previamente, segundo um plano quase sempre em geométricos tabuleiros de xadrez, como todas as cidades novas da América Latina, tanto espanholas quanto portuguesas. Raros são os patrimônios que procuram libertar-se da quadrícula habitual. Algumas fundações recentes apelaram para arquitetos urbanistas e apresentam planos em estrela, em losango ou mais complicados ainda.”<sup>42</sup>

### Instabilidade e crescimento da rede urbana

Um fato peculiar à multidão de pequenas aglomerações no Brasil é a grande instabilidade delas. As cidades brasileiras não possuem a fixidez das cidades europeias; “(...) muitas são cidades em eclipse, e o número de cidades mortas é inteiramente anormal para um país novo, no qual a forma de cidade não tem três séculos de existência. A maioria das cidades mineiras está hoje em plena letargia, os pequenos portos da costa, muitas cidades de estrada ou cidades de rio estão golpeadas mortalmente. Nos portos de Ubatuba e Angra dos Reis, muitas ruas são bordadas de bonitas fachadas de pedra em estilo colonial, mas se percebe pelas janelas escancaradas, o interior construído de terra completamente desabado. Julgar-se-ia estar em algum velho país em via de despovoamento, como a Gasconha, e se custa a crer que se está no Brasil, num dos principais países pioneiros cujo crescimento da população é em média de 1 milhão de habitantes. Ao lado do Brasil que se povoa há um grande Brasil que se despovoa.”<sup>43</sup>

“Os nomes, tanto quanto os lugares, não são fixos. As cidades não estão verdadeiramente enraizadas, o meio natural ainda não teve tempo de aprovar essas fundações muitas vezes arbitrárias.”<sup>44</sup> Sendo na sua maioria atos da vontade humana, as cidades “(...) são criadas e povoadas com uma facilidade que surpreende e são mudadas de lugar por um simples decreto, mesmo que se trate de capitais”.<sup>45</sup> É o que ocorreu no caso da capital mineira e da capital de Goiás. “Cogitou-se mesmo transferir a Capital Federal, Rio de Janeiro, para pleno centro do Brasil; e se delimitou nas fronteiras de Goiás um território federal. Felizmente, ficou-se na fase dos decretos sem se passar aos atos.”<sup>46</sup>

Assim, a rede urbana brasileira “(...) aparece menos como guiada pela natureza do que abandonada à fantasia dos homens, plantadores de cidades. Ela não é absolutamente constituída por alguns raros pontos de urbanização comandados pelo meio, mas ao contrário por um surgimento de cidades novas mais ou menos efêmero e aleatório. A sua própria instabilidade foi a causa da sua multiplicidade.”<sup>47</sup>

<sup>42</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 303.

<sup>43</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 306.

<sup>44</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 306.

<sup>45</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 306.

<sup>46</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 306.

<sup>47</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 307.

Apesar de serem exceção no Brasil, ainda há algumas regiões brasileiras que não foram atingidas pelas diferentes vagas de urbanização. “O interior do Mato Grosso ficou em grande parte no regime da grande fazenda de gado totalmente isolada, sem nenhuma cidade na vizinhança (...) No ocidente do Paraná e de Santa Catarina, ainda em via de colonização por imigrantes europeus, nenhuma cidade foi fundada, motivo por que a própria colonização está em jogo; toda aglomeração é, para uma região rural, um centro de consumo, e permite sair de uma economia absolutamente fechada que impede todo o progresso.”<sup>48</sup>

Enfim, o Brasil, país da dispersão rural mais absoluta, “(...) fez nascer uma rede urbana já cerrada, como se a dispersão tivesse também necessidade de organismo urbano. Todas as ocasiões são boas para que surjam cidades: evangelização, minas, circulação, grandes trabalhos, o próprio isolamento e talvez esse principalmente. A semente urbana flutuava em estado latente e procurava o menor terreno favorável pra desabrochar e tentar sua sorte; muitas vezes ela produziu árvores cheias de seiva como o Rio de Janeiro, com quase 2.000.000 de habitantes, e São Paulo, com mais de 1.000.000. Em resumo, crescimento e instabilidade das cidades, tal parece ser a característica de uma rede urbana na infância, pelo menos é o que parece desprender-se do exemplo do Brasil.”<sup>49</sup>

### NOTAS EXPLORATÓRIAS E INTERPRETATIVAS

Deffontaines (1994, a e b) ocupa-se da constituição/gênese da rede de cidades no Brasil. Apesar de ser um país novo e da hostilidade ao agrupamento citadino resultante da dispersão da população rural, entre as peculiaridades dessa gênese está a rapidez com que as cidades surgiram no Brasil se comparada ao que ocorreu na Europa, onde o recheio de cidades se deu por processos sucessivos ao longo de muitos anos.

Três foram as causas da origem das cidades brasileiras: a) as tentativas de grupamentos oriundas da necessidade de assegurar a evangelização e proteção das populações indígenas (reduções) e da necessidade de defesa tanto das populações indígenas hostis (assentamentos de origem militar) quanto do banditismo presente nas zonas de descoberta de metais preciosos (cidades mineiras); b) a circulação/transporte de mercadorias responde pelas cidades que surgiram em lugares estratégicos ao longo das estradas (pousos), das rotas de navegação fluvial e das vias férreas; e c) o isolamento leva ao nascimento das cidades em virtude de uma necessidade de vida social, de romper com a monotonia da solidão do sertão (patrimônios religiosos e patrimônios leigos).

<sup>48</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 308.

<sup>49</sup> DEFFONTAINES, 1944b, p. 308.

Por fim, Deffontaines (1994, a e b) registra a instabilidade da rede urbana brasileira, instabilidade essa que se deve ao fato de que a “maioria das cidades brasileiras resulta de atos da vontade humana”; em razão disso as cidades não estão verdadeiramente enraizadas, pois o meio natural não teve tempo de aprovar a arbitrariedade que rege a fundação de muitas cidades.

# Autoavaliação

1. Três foram, de acordo com Deffontaines (1994), as causas da origem das cidades brasileiras. Quais são essas causas?
2. A que se deve a instabilidade da rede urbana brasileira?

## REFERÊNCIAS

---

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui a rede de cidades no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p. 141-148, maio 1944a.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constitui a rede de cidades no Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 15, p. 299-308, jun. 1944b.

## Os marcos temporais de maior relevância na formação do território brasileiro e os atributos territoriais que a eles conferem especificidade

O reconhecimento de que as realidades de espaço e lugar são básicas para a formação de acontecimentos históricos fundamentais traz à tona a necessidade de introduzir uma sensibilidade geográfica no estudo do passado, pois isso é o que parece orientar a intenção do conhecer na Geo-História. Lançar mão desse recurso não significa aceitar que certo passado possa ser reduzido às complexidades de sua geografia, mas apenas admitir, como ficou registrado na Aula 1, que a distribuição espacial/territorial dos fenômenos e a forma pela qual os fenômenos se combinam fazem uma diferença crucial na constituição da História.

Vale repisar nos procedimentos de ordem prática, indicados na Aula 1, que podem dar vazão à sensibilidade geográfica, que servem para apreender as articulações entre tempo e espaço e, por isso mesmo, explicitar a territorialidade dos fenômenos, revelar suas singularidades, suas particularidades. São eles:

- a) conferir nome às formas assumidas pelas territorialidades de distintos processos sociais – o processo guarda relação com a configuração territorial que ele enseja; logo, a adjetivação de certa territorialidade é a expressão qualificada da manifestação objetiva (concreta) desse mesmo processo;
- b) identificar fatores geográficos que foram fundamentais para a criação de pedaços da história brasileira; e,
- c) consoante as interpretações que consideram o território como resultado de relações de poder (conflito) ou de relações de trabalho (valorização do espaço), indicar a prevalência desta ou daquela relação em períodos distintos da formação territorial brasileira.

Se o objeto da Geografia são os processos que possuem relativa autonomia de manifestação na própria realidade, se eles possuem territorialidade direta, se a configuração assumida por uma territorialidade muito revela da inércia, das rugosidades que o espaço abriga, a adjetivação de certa territorialidade é a expressão qualificada da manifestação objetiva (concreta) desse mesmo processo.

Assim, a necessidade de trabalhar as formas concretas que qualificam a relação sociedade/espaço e o recurso aos procedimentos que dão vazão à sensibilidade geográfica orientaram a seleção dos marcos temporais de maior relevo na formação do território brasileiro. Esses marcos temporais, articulados com os atributos territoriais que a eles conferem especificidade, agrupados em quatro unidades, admitiram a seguinte distribuição:

### **UNIDADE I – A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA E A GEOGRAFIA DA INSTALAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL**

---

- Expansão marítima portuguesa – causas da expansão marítima portuguesa e a natureza das relações de Portugal com suas possessões de além-mar.
- Feitorias, capitanias hereditárias e Governo-geral – territorialidade artificial/normativa *versus* territorialidade substantiva.
- Êxito da empresa agrícola – atividade açucareira e fixação litorânea.
- Ocupação da fronteira norte, missões jesuíticas portuguesas e colonização – territorialidade defensiva.

### **UNIDADE II – AMPLIAÇÃO DO TERRITÓRIO: A INTERIORIZAÇÃO**

---

- Atividade pecuária – interiorização da expressão de uma territorialidade derivada.
- União Ibérica – territorialidade difusa.
- Ocupação holandesa, quilombos e a guerra contra os índios – fraturas territoriais.
- Bandeiras de preação, missões jesuíticas espanholas, bandeiras de prospecção e sertanismo de contrato – territorialidades de despovoamento e de povoamento.

### **UNIDADE III – ARTICULAÇÃO TERRITORIAL RELATIVA**

---

- Guerra dos Emboabas e monções – a resultante espacial de ocupação do Centro-Oeste.
- Atividade mineradora – articulação e isolamento territorial.
- Inconfidência Mineira – autonomia territorial *versus* territorialidade de controle.

---

#### **UNIDADE IV – IMPÉRIO DO BRASIL: UNIDADE, ORDEM E CIVILIZAÇÃO**

- Vinda da família real – equivalência territorial: a elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal.
- Independência do Brasil e Primeiro Reinado – a questão da unidade territorial brasileira.
- Regência e Segundo Reinado – a definição das fronteiras nacionais, o papel da diplomacia brasileira.

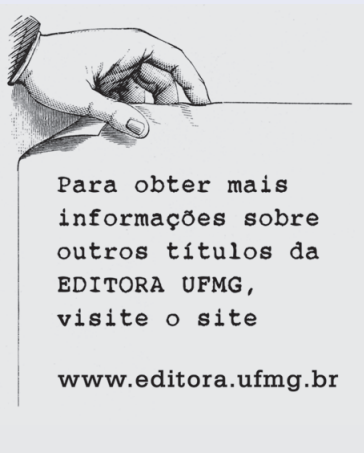


## Sobre o autor

Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Coordenador do Grupo de Estudos sobre Migrações da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. Possui experiência na área de Demografia, com ênfase em distribuição espacial da população, geografia da população e formação territorial do Brasil, e tem atuado como coordenador e pesquisador de projetos nacionais de pesquisa referentes à migração internacional, à migração interna, ao desenvolvimento territorial e à análise de redes sociais.







A presente edição foi composta pela Editora UFMG, em caracteres Chaparral PRO e Optima STD, e impressa pela Finaliza Acabamentos Gráficos., em sistema offset, papel offset 90g (miolo) e cartão supremo 250g (capa), em Novembro de 2010.



CENTRO DE APOIO  
À EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA UFMG

**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Secretaria de Educação a Distância  
Ministério da Educação

